

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MÍDIAS SOCIAIS

redes sociais, portais de notícias e anúncios políticos

STF: Moraes x Mendonça e a crise institucional sem precedentes

18/09/2026 · PERÍODO ANALISADO: 15/09/2026 A 17/09/2026 · 41 GRÁFICOS · ABORDAGEM: SAÚDE DA DEMOCRACIA E DAS INSTITUIÇÕES: CONFIANÇA INSTITUCIONAL (PADRÃO DE CONFIANÇA, EXIGÊNCIA DE PROVA), QUALIDADE DA DEMOCRACIA (VULNERABILIDADE DEMOCRÁTICA, POLARIZAÇÃO, DISPUTA INFORMACIONAL) E VALORES REPUBLICANOS (PRESTAÇÃO DE CONTAS, LEI IMPESSOAL, TRANSPARÊNCIA, SEPARAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO, BEM COMUM), LIDOS À LUZ DA DISPUTA ELEITORAL DE 2026.

A crise aberta no Supremo Tribunal Federal entre Alexandre de Moraes e André Mendonça, com pedido de afastamento levado ao Senado, é examinada aqui como teste da saúde da democracia brasileira, cruzada com a pré-campanha presidencial de 2026, entre 15 e 17 de setembro de 2026, a partir do debate público sobre o tribunal, os ministros, os pré-candidatos e as instituições. O relatório mobiliza o posicionamento sobre o tema, os enquadramentos, as emoções, a Teoria das Fundações Morais (MFT), o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais (MAPAM), o Confiança, Coragem, Força e Esperança (CCFE), os valores de Schwartz, o quadrante cultural de Kahan e os valores republicanos. Os resultados principais: 71% do engajamento defende Moraes e a integridade da Corte contra 5,8% que pedem seu afastamento; 89,1% do que se diz do tribunal circula sob desconfiança; a fundação moral aparece no polo da violação em 94,4% dos casos; a repulsa soma 83,2% das emoções; e a campanha paga amplifica o ataque pessoal a ministros, com 1.294 anúncios e gasto declarado entre R\$ 397.700 e R\$ 580.006, pagos sobretudo por candidaturas de 2026. A instituição é disputada, não abandonada, mas defendida por conveniência e não por princípio. Isso é erosão: a confiança virou leilão, e a eleição, em vez de oferecer saída, cobra a fatura.

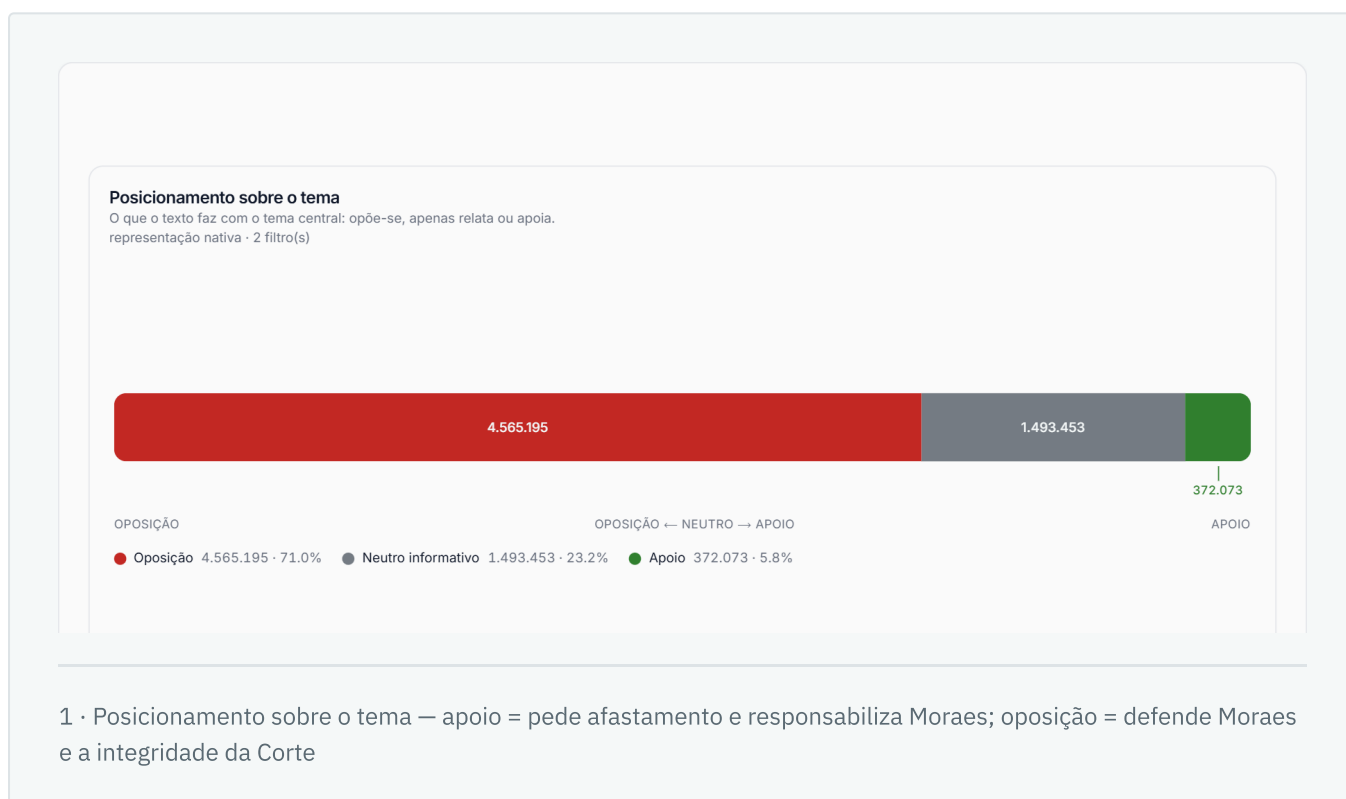
A CORTE EM DISPUTA, A CONFIANÇA EM LEILÃO: O QUE A CRISE DO SUPREMO E A PRÉ-CAMPANHA DIZEM DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A crise do Supremo Tribunal Federal não fraturou a democracia brasileira por fora; corroeu por dentro o vocabulário com que o país fala de si mesmo. A audiência engajada recusou a queda de um ministro — 71% das 6.430.721 interações do recorte da crise, entendido o engajamento como soma de curtidas, comentários e compartilhamentos, isto é, exposição, estão em publicações que defendem Alexandre de

Moraes e a integridade da Corte, contra 5,8% que pedem o afastamento e o responsabilizam, com 23,2% de relato neutro —, e essa recusa é um anticorpo real. Mas o mesmo painel mostra que a confiança plena nas instituições praticamente não circula, que a exigência de prova alta responde por 1,4% do engajamento, que 89,1% do que se diz sobre o tribunal se faz sob desconfiança, que a fundação moral acionada aparece no polo da violação em 94,4% dos casos e que a pré-campanha converteu o desgaste da Corte em ativo de exposição de um único nome. A instituição é disputada, não abandonada; a ordem é defendida por conveniência, não por princípio; e a eleição, em vez de oferecer saída, cobra a fatura.

O TAMANHO DO ASSUNTO E A SEMANA EM QUE O SUPREMO VIROU PAUTA DE SI MESMO

Na janela que cerca a sessão extraordinária de 15 de setembro e as 48 horas seguintes, a crise movimentou 6,43 milhões de interações, e o placar diante do objeto em disputa não admitiu empate: doze interações de blindagem institucional para cada uma que exige a cabeça do relator. A opinião que interage não comprou a tese do tribunal capturado — a melhor notícia do painel.



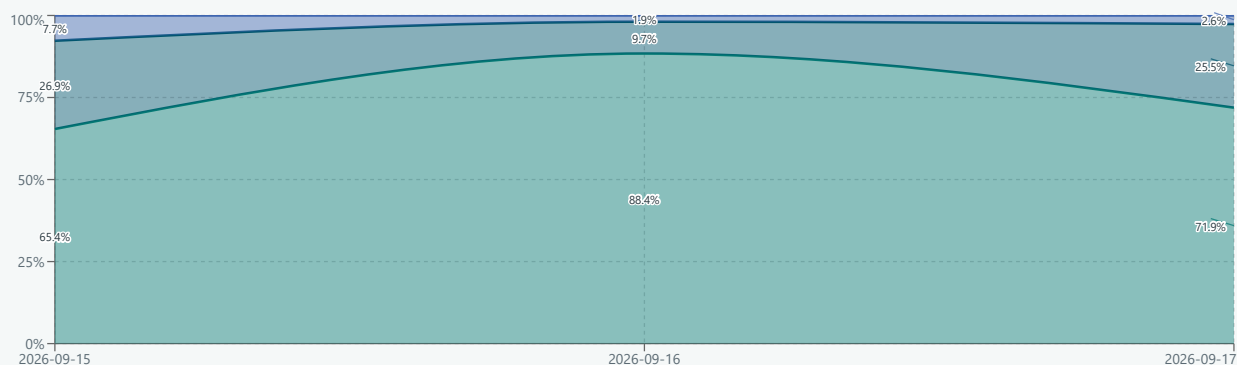
O gráfico mede o que cada publicação faz diante do objeto em disputa — o afastamento de Alexandre de Moraes e a crise aberta na Corte —, e a assimetria é de ordem de magnitude: 71% do engajamento defendem Moraes e a integridade do tribunal, 23,2% apenas relatam e 5,8% pedem o afastamento e o responsabilizam. São doze interações de blindagem para cada uma de cobrança. O campo da defesa se abastece das falas de peso do próprio plenário: Fachin cravando que "não se julgam pessoas, julgam-se fatos" e que "somos seres humanos, podemos errar"; Cármen Lúcia pedindo desculpas aos brasileiros e advertindo que a democracia vive da confiança do cidadão nas instituições; Dino sustentando que o presidente da Corte não pode destituir o relator; Gilmar Mendes atacando o colega com "até a máfia tem

ética". O pedido de afastamento, por sua vez, se alimenta do caso Master — a auditoria do BRB, os repasses a escritórios, o contrato da mulher de um ministro com o banco de Daniel Vercaro, a ameaça de impeachment no Senado —, convertendo cada vazamento em prova moral.

Em termos de confiança institucional, o padrão que o texto deposita nas instituições que menciona, o que se vê é uma audiência que reagiu do lado da instituição, não do lado de quem a ataca. Isso não mede a opinião do país; mede o que se fez circular. E o que circulou em defesa do tribunal mobiliza valores republicanos precisos: a impessoalidade da lei, contra a investigação movida por conveniência de calendário; a separação entre o público e o privado, no escândalo dos contratos e do "canal direto com o STF"; a prestação de contas, na cobrança de que a acusação venha com prova; e o bem comum, invocado por Cármen Lúcia e Fachin quando deslocam o problema do plenário para o cidadão.

Os 94,2% somados de defesa e relato factual contra 5,8% de exigência de afastamento indicam que a ofensiva contra Moraes, por mais ruidosa que seja, não encontrou combustível de exposição. É aí que a crise encontra a pré-campanha: se o campo que proclama o "momento mais corrupto do Judiciário" não converte audiência, quem tentasse capitalizar a crise eleitoralmente não tem onda para surfar — e o silêncio das vozes de peso ausentes sugere cálculo, não distração. A saúde democrática que este gráfico deixa entrever é de duas camadas: a instituição atravessa crise grave de funcionamento, mas a reação pública ainda se organiza em torno da sua integridade, não da sua captura.

A série diária mostra como o placar se formou e por que é menos sólido do que a fotografia sugere. No dia 15, o da sessão, concentraram-se 4.152.575 interações, e nesse pico a defesa de Moraes e da Corte respondeu por 65,3% do engajamento do dia, o relato por 26,9% e o pedido de afastamento por 7,7%. No dia 16, quando o plenário assistiu ao choque entre Gilmar Mendes e André Mendonça e às costuras de trégua de Edson Fachin e Cármen Lúcia, o volume do dia desabou 68,7%, mas a composição se radicalizou em favor de quem blinda o tribunal: a defesa subiu a 88,4% do dia e o campo do afastamento encolheu a 1,9%. No dia 17, o total caiu outros 24,6% e o relato recuperou participação, de 9,7% para 25,5%, enquanto a defesa se manteve em 71,9% e o pedido de afastamento ficou congelado em 2,6%. Não houve refluxo do assunto: houve troca de dono da atenção dentro dele. E há leitura institucional amarga nesse movimento — no dia em que a crise virou espetáculo interno, o público defendeu a instituição e soltou a apuração.



2 · Como o debate engaja dia a dia: apoio, neutro/informativo e oposição (o afastamento de Alexandre de Moraes e a crise aberta no STF) — apoio = pede afastamento e responsabiliza Moraes; oposição = defende Moraes e a integridade da Corte

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

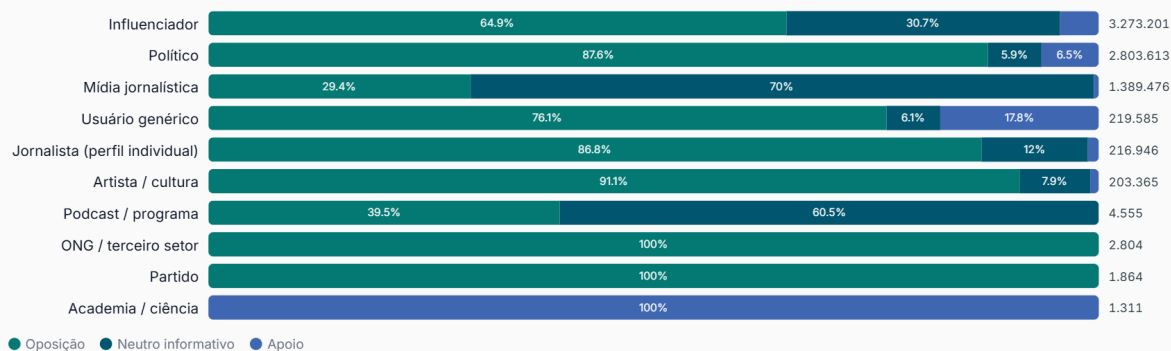
A série diária mostra como o placar de blindagem se formou e por que é menos sólido do que a fotografia sugere. No dia 15, o da sessão extraordinária, concentram-se 4.152.575 interações, e nesse pico a defesa de Moraes e da Corte responde por 65,3% do engajamento do dia, o relato por 26,9% e o pedido de afastamento por 7,7%. No dia 16, quando o plenário assistiu ao choque entre Gilmar Mendes e André Mendonça e às costuras de trégua de Fachin e Cármen Lúcia, o volume do dia desaba 68,7%, mas a composição se radicaliza em favor de quem blinda o tribunal: a defesa sobe a 88,4% do dia e o campo do afastamento encolhe a 1,9%. No dia 17, o total cai outros 24,6% e o relato recupera participação, de 9,7% para 25,5%, enquanto a defesa se mantém em 71,9% e o pedido de afastamento fica congelado em 2,6%. Não houve refluxo do assunto: houve troca de dono da atenção dentro dele.

A leitura institucional desse movimento é amarga. No dia em que a crise virou espetáculo interno — bate-boca, acusação de viés eleitoral, tropa de choque —, o público defendeu a instituição e soltou a apuração. A exigência de prova, que deveria ser o coração de uma crise com acusações desse calibre, perdeu combustível para a guerra de narrativas: o escrutínio sobre o caso Master despenhou 92,3% em vinte e quatro horas, e o que restou foi a defesa da Corte como corpo, não a cobrança de contas sobre a conduta de um ministro. Numa democracia saudável, a gravidade da acusação faria crescer a demanda por evidência; aqui, a acusação explodiu e a prova saiu de cena.

O dado tem consequência eleitoral direta. A duas semanas do pleito, atacar o Supremo rendeu, neste recorte, pouco mais de uma interação para cada doze gastas em defendê-lo — o que ajuda a explicar por que pré-candidatos de peso preferiram ficar fora do tiroteio. A resiliência democrática está no fato de a crise não ter produzido adesão ao desmonte do tribunal; a erosão está em que a instituição só mobilize engajamento quando é acusada, e o público abandone a apuração no exato momento em que ela se torna mais necessária.

QUEM FALA, COM QUE LUGAR E COM QUE PESO

A anatomia de quem publica explica de onde vem a blindagem. Políticos e influenciadores respondem juntos por três de cada quatro interações do recorte, e o grosso do que produzem é defesa da Corte: 87,6% do engajamento dos políticos e 64,9% do dos influenciadores estão nesse campo, contra 6,5% e 4,4% que pedem o afastamento. A mídia jornalística, com 17,1% do total, tem composição oposta: 70% do seu engajamento é relato neutro, 29,4% é defesa de Moraes e da Corte e 0,6% é exigência de afastamento. E o dado que desorganiza a hierarquia esperada: quando o pedido de afastamento cresce em peso relativo, cresce embaixo — entre usuários comuns alcança 17,8% do engajamento do próprio grupo, contra 6,5% entre políticos e seis décimos de ponto na imprensa. Se o caso é sobre a conduta de um ministro, por que a cobrança de consequência não encontra quem a lidere? Porque, entre os que têm megafone, o sistema político preferiu o escudo.



3 · Quem fala e de que lado: tipos de ator por posicionamento — apoio = pede afastamento e responsabiliza Moraes; oposição = defende Moraes e a integridade da Corte

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

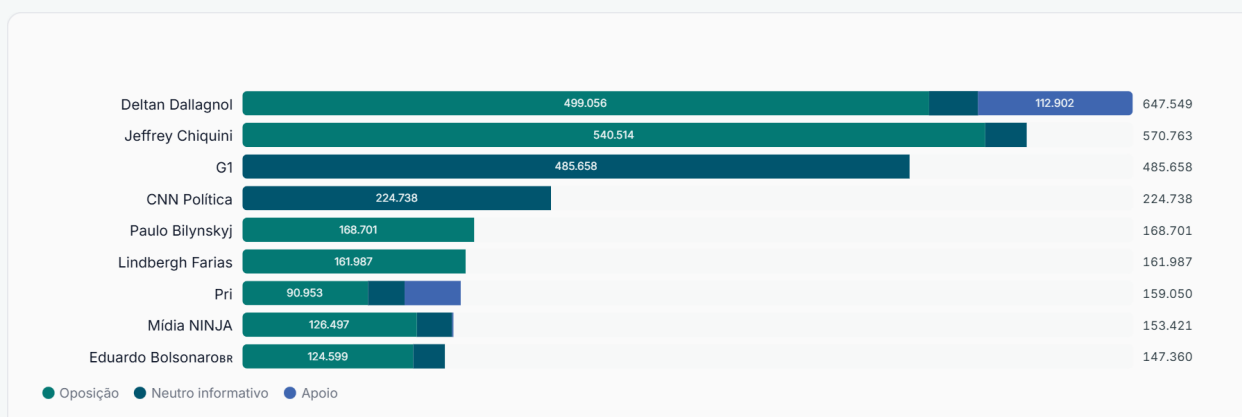
A anatomia de quem publica explica de onde vem a blindagem. Políticos e influenciadores respondem juntos por três de cada quatro interações do recorte, e o grosso do que produzem é defesa da Corte: 87,6% do engajamento dos políticos e 64,9% do dos influenciadores estão nesse campo, contra 6,5% e 4,4% que pedem o afastamento. A mídia jornalística, com 17,1% do total, tem composição oposta: 70% do seu engajamento é relato neutro, 29,4% é defesa de Moraes e da Corte e 0,6% é exigência de afastamento. Artistas e jornalistas de perfil individual alinham-se quase integralmente à defesa, com 91,1% e 86,8% das respectivas barras.

E aqui aparece o dado que desorganiza a hierarquia esperada: quando o pedido de afastamento cresce em peso relativo, cresce embaixo. Entre usuários comuns alcança 17,8% do engajamento do próprio grupo, contra 6,5% entre políticos e seis décimos de ponto na imprensa. A academia e uma associação setorial

aparecem integralmente nesse campo, mas com exposição que não move o placar. Se o caso é sobre a conduta de um ministro, por que a cobrança de consequência não encontra quem a lidere? Porque, entre os que têm megafone, o sistema político preferiu o escudo.

O que isso diz da qualidade da democracia é de dois gumes. De um lado, não se formou, entre quem tem alcance, coalizão pela queda de um ministro do Supremo: a exigência de afastamento é minoritária, fragmentada e órfã de voz institucional, o que é sinal de resiliência. De outro, os fatos que sustentam a cobrança — o contrato do escritório da mulher de um ministro com o Banco Master, as mensagens de Vercaro, a auditoria do BRB — circulam no registro do relato, e o relato, aqui, é sobretudo o do bate-boca e do "pior dia da história do Supremo": o enquadramento de conflito, que organiza a cobertura como embate entre personagens em vez de apuração de conduta, sustenta boa parte daqueles 70% de exposição neutra da imprensa. Os valores republicanos que a crise põe em jogo — prestação de contas, impessoalidade da lei, transparência, separação entre o público e o privado, bem comum — são mais noticiados do que reivindicados. A confiança no Supremo, entre os que falam com alcance, resistiu; a exigência de que a lei valha igualmente para todos ficou sem dono.

O ranking de quem influencia repete a clivagem e revela sua fragilidade. Deltan Dallagnol concentra 23,8% do engajamento do período, Jeffrey Chiquini 21%, os perfis do g1 somam 17,9%, a CNN Política 8,3%; os dois mais expostos, sozinhos, respondem por 44,8% de tudo o que circulou. Por dentro das barras, a coalizão é quase monotemática: Dallagnol tem 77,1% da própria exposição na defesa da Corte e 17,4% no pedido de afastamento; Chiquini, 94,7% na defesa; Eduardo Bolsonaro, 84,6%; e os perfis do g1 e da CNN entregam 100% de suas barras em relato. Quem pede o afastamento fala por pouquíssimas vezes muito amplificadas — Dallagnol responde por 73% do engajamento desse campo, e Pri por 27%. Palco e alcance não são a mesma coisa: a coalizão que defende a Corte é ampla e política; a que a acusa é estreita e depende de dois ou três perfis.



4 · Quem mais influencia o debate, por posicionamento

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

O ranking de quem influencia repete a clivagem e revela sua fragilidade. Deltan Dallagnol concentra 23,8% do engajamento do período, Jeffrey Chiquini 21%, os perfis do g1 somam 17,9%, a CNN Política 8,3%, Paulo Bilynskyj 6,2%, Lindbergh Farias 6%, Pri 5,8%, Mídia NINJA 5,6% e Eduardo Bolsonaro 5,4%. Os

dois mais expostos, sozinhos, respondem por 44,8% de tudo o que circulou. Por dentro das barras, a coalizão é quase monotemática: Dallagnol tem 77,1% da própria exposição na defesa da Corte e 17,4% no pedido de afastamento; Chiquini, 94,7% na defesa; Eduardo Bolsonaro, 84,6%; Bilynskyj e Lindbergh Farias, integralmente; a Mídia NINJA, 82,5%. No outro extremo, os perfis do g1 e a CNN Política entregam 100% de suas barras em relato, e são eles que sustentam o segundo maior bloco de exposição do período. Pri é a única barra diversificada: 57,2% na defesa, 25,8% no afastamento e 17% em relato.

Quem pede o afastamento fala por pouquíssimas vozes muito amplificadas — Dallagnol responde por 73% do engajamento desse campo, e Pri por 27%. Palco e alcance não são a mesma coisa: a coalizão que defende a Corte é ampla e política; a que a acusa é estreita e depende de dois ou três perfis. Isso fragiliza a pluralidade do argumento tanto quanto a personalização fragiliza o argumento oposto.

O que o gráfico sustenta sobre a saúde institucional é um claro-escuro. Há resiliência: a defesa da Corte e da legalidade do processo contra um ministro é o discurso que mais circula, e a ofensiva mais dura contra Moraes não converte exposição na mesma proporção em que ocupa a pauta política. Há erosão: o debate sobre o tribunal se faz nome por nome, com barras quase inteiras em um único lado, e a prestação de contas, valor republicano por excelência, é acionada pelos dois campos, o que a converte em arma de disputa em vez de critério comum. Um terço largo da exposição, no relato neutro, é o terreno em que essa disputa se decide — é ali que a exigência de prova e o padrão de confiança nas instituições se formam, sem que nenhum dos campos o controle. Um país que discute a própria Suprema Corte a duas semanas do pleito, dividido entre defender um ministro e derrubá-lo, faz do funcionamento da Justiça matéria de campanha; e o público, quando escolhe interagir, escolhe majoritariamente o lado que preserva a instituição, ainda que o faça pela pessoa que a encarna.

DE QUEM SE FALA: DOIS HOMENS, UM TRIBUNAL E UMA POLÍCIA

Sobre 9,02 milhões de interações em que as pessoas do tribunal são citadas, Alexandre de Moraes responde por 25,8% e André Mendonça por 22,5% — juntos, 48,3%. Gilmar Mendes (12,6%), Edson Fachin (11,5%) e Flávio Dino (10,3%) fecham um grupo de cinco nomes que absorve 82,7% da exposição. E o dado que vale por um diagnóstico: Fachin, o presidente que tentou costurar a trégua, e Cármen Lúcia, a voz que pediu desculpas aos brasileiros, somam 14,5% — menos de um terço do que os dois brigões concentram. A ordem do gráfico não é a do protocolo, é a da cena. Uma instituição que só se torna legível pelos seus personagens perde a blindagem impessoal que é a sua razão de ser.

Pessoas citadas

Como são CITADAS nos posts, e não como publicam.
representação nativa · 2 filtro(s)

carregando...

Este gráfico mede uma coisa só, e é preciso fixá-la: não o que os ministros dizem, mas a exposição que a citação de cada um produziu — quem fala é outra camada do debate; aqui, todos são objeto. Sobre 9,02 milhões de interações, Alexandre de Moraes responde por 25,8% e André Mendonça por 22,5%. Juntos, os dois que trocaram farpas no plenário em 15 de setembro concentram 48,3% de tudo o que circulou sobre a Corte — quase metade, num duelo tão equilibrado quanto simbólico: Moraes expõe 1,15 vez o que expõe Mendonça, e este alcança 87% daquele. Não é o Supremo que aparece; são os dois que se estranharam.

A hierarquia seguinte confirma o padrão. Gilmar Mendes (12,6%), Edson Fachin (11,5%) e Flávio Dino (10,3%) fecham um grupo de cinco nomes que absorve 82,7% da exposição; na cauda, Kassio Nunes Marques (4,6%), Luiz Fux (3,6%), Dias Toffoli (3,3%), Cármen Lúcia (3%) e Cristiano Zanin (2,7%) dividem pouco mais de 17%. A ordem não é a do protocolo, é a da cena: os cinco primeiros são exatamente os que ocuparam o palco, do bate-boca entre Moraes e Mendonça à acusação de Gilmar a Mendonça, passando por Fachin na presidência da sessão e por Dino contestando o presidente da Corte. E há um dado que diz mais que todos: Fachin, o presidente que tentou costurar a trégua, e Cármen Lúcia, a voz que pediu desculpas aos brasileiros, somam 14,5% — menos de um terço do que os dois brigões concentram. A tentativa de costurar a trégua circula; o atrito circula muito mais.

Traduzido para a pergunta deste painel, o quadro é ambíguo e por isso mesmo revelador. A crise é consumida como conflito entre pessoas: a exposição migra do tribunal para os ministros, e uma instituição que só se torna inteligível pelos seus personagens perde a blindagem impessoal que é a sua razão de ser. A impessoalidade da lei e a separação entre o público e o privado — o contrato da esposa de um ministro com o banqueiro, o celular de Vercaro, o pedido de vista, a delação — entram no debate como episódios da vida privada dos magistrados, não como normas a reparar; e o público paga mais para assistir à biografia em disputa do que ao rito. Há resiliência, e não é pequena: a querela se dá pelos procedimentos, dentro e sobre o tribunal, com sessão, relatório, votos e horário marcado — os atores disputam as regras, não a existência da Corte. Mas a confiança institucional não se sustenta apenas de procedimento cumprido; sustenta-se de autoridade reconhecida, e uma autoridade que se distribui por onze nomes, cada um com sua cota de escândalo, deixa de ser do tribunal para ser de cada um. A menos de três semanas do pleito, os nomes que a audiência premia são os que romperam a liturgia, não os que tentaram restaurá-la; o capital em circulação é o do confronto, e quem encarna a reparação institucional ocupa a margem.

Quando o objeto citado é a instituição, o eixo do Estado aparece na frente e o eixo da política, como vestígio. Sobre 3,18 milhões de interações, o Supremo Tribunal Federal responde por 36,7% e a Polícia Federal por 30,7% — 67,4% ancorados nos dois órgãos que apuram e julgam. A terceira maior âncora não é partido, ministério nem casa legislativa: é "Agora!", com 11,4%. O Senado Federal, que decidiria um afastamento, vale 3,8%; o Congresso Nacional, 1,3%; os partidos somados, 3,8%; a Procuradoria-Geral da República, 0,1%; o Banco Central, 0,2%, num caso nascido de um banco. Os rótulos identitários não chegam a 3,6%, um décimo do que o Supremo mobiliza sozinho. A crise é assistida, não mediada.

Instituições e agrupações citadas

Como são CITADAS nos posts, e não como publicam.
representação nativa · 2 filtro(s)

carregando...

8 · Instituições e agrupações citadas

Quando o debate sobre a crise vira engajamento, a que instituição o público cola esse engajamento? De cada três interações do recorte — 3,18 milhões no total —, mais de duas se prendem a duas casas: o Supremo Tribunal Federal responde por 36,7% de toda a exposição e a Polícia Federal por 30,7%; somadas, 67,4%. Acrescentem-se a Justiça Eleitoral, 1%, e o Tribunal Superior Eleitoral, 0,5%, e chega-se a 68,9% — quase sete de cada dez interações ancoradas em tribunais e na polícia. A terceira maior âncora de exposição não é partido, ministério nem casa legislativa: é "Agora!", com 11,4%, sozinha mais que todo o conjunto das casas legislativas, dos partidos e dos agrupamentos políticos citados, que somado dá 10,7%. Três nomes que não são órgãos de Estado — "Agora!", Pública, 3,6%, e Vermelho, 0,5% — valem 15,5% do engajamento, quase um sexto do total. A crise é assistida mais do que decidida, e o que o público assiste é o tribunal e a investigação.

O que sobra é revelador do que encolheu. O Senado Federal, 3,8%, e o Congresso Nacional, 1,3%, somam 5,1% — sete vezes menos que o Supremo isolado. Os partidos juntos — Podemos, 2%, Partido Liberal, 1,4%, PSOL-REDE e Solidariedade, 0,2% cada — alcançam 3,8%, rigorosamente o mesmo peso do Senado sozinho. O Centrão, 1,6%, tem mais exposição que o Congresso, 1,3%, o que, tratando-se de um apelido de coalizão, diz bastante sobre o que o público enxerga quando o assunto é deliberação. O Poder Executivo inteiro — Palácio do Planalto, 0,3%, Presidência da República, 0,1%, governos do Paraná, 0,5%, e da Bahia, 0,1% —, com o Banco Central, 0,2%, e a Procuradoria-Geral da República, 0,1%, não chega a 1,3%: menos de um décimo da fatia do Supremo. Que a Procuradoria-Geral da República — a instituição que, no próprio material em circulação, aparece como aquela cuja autorização se discute para investigar um ministro — ancore 0,1% da exposição é o dado mais eloquente desta tabela: o árbitro existe no texto, mas quase não existe no que o público consome. E, num caso nascido de um banco, o supervisor prudencial vale 0,2% — a cadeia de responsabilização para na apuração criminal antes de alcançar a falha de supervisão.

Note-se, por fim, o que quase não ancora engajamento: os rótulos identitários. A família bolsonarista — Direita Bolsonaro, Bolsonaroistas e Bolsonaroismo — soma 1,9%; petistas e lulistas, 1,1%; lavajatistas e lavajatismo, 0,6%; no conjunto, 3,6%, um décimo do que o Supremo mobiliza sozinho. Nada disso é consolo para a saúde da democracia. É o retrato de uma crise que o público não lê como duelo partidário, o que seria, ironicamente, o formato mais digerível, e sim como um conflito cujo objeto é a própria instituição que julga. Há resiliência nisso: a moeda do debate é a prova, a prestação de contas, e a Corte não foi esvaziada pela desconfiança, foi disputada — 36,7% de engajamento é atenção, não abandono. Mas há erosão no mesmo movimento: o Senado, que decidiria o afastamento de um ministro, vale 3,8%; os partidos, 3,8% juntos; a Procuradoria-Geral da República, 0,1%. O canal político de solução da crise

comparece, no consumo público, como vestígio. Uma democracia cujo principal polo de exposição é o tribunal não está morta: está judicializada. A instituição continua no centro da atenção; quem saiu dele foi quem poderia tirá-la de lá.

O QUE VIRALIZA: A CRISE COM NOME, ROSTO E RÉU

A crise não circula como controvérsia jurídica; circula como escândalo com endereço. A publicação mais engajada do recorte, de um perfil político que anuncia que Fachin quer a investigação e o afastamento de Moraes, soma 189.632 interações e 1,52 milhão de alcance — o alcance mede quantos foram expostos, o engajamento mede quantos reagiram. O tom é monocromático: 96% das publicações mais engajadas têm valência negativa, e a única exceção é um elogio rasgado a Flávio Dino. A indignação atravessa quatro de cada dez desses textos e o desprezo cerca de um quarto. Quem foi exposto à crise, nesses dias, foi exposto a vergonha — e vergonha é o oposto exato da confiança que Cármen Lúcia invocou em plenário.

"🔔 FACHIN QUER INVESTIGAÇÃO E AFASTAMENTO DO MORAES!"

PUBLICAÇÃO 1

JEFFREY CHIQUINI · POLÍTICO · INSTAGRAM · 2026-09-16

🔔 FACHIN QUER INVESTIGAÇÃO E AFASTAMENTO DO MORAES!

189.632 interações · alcance 1.520.806 · Negativo

[ABRIR PUBLICAÇÃO](#)

"Flávio Dino protagonizou um dos momentos mais emblemáticos da sessão do STF nesta terça-feira ao contestar diretamente Edson Fachin por assumir para si processos que estavam sob relatoria de outros ministros"

PUBLICAÇÃO 2

PRAGMATISMO POLÍTICO · MÍDIA JORNALÍSTICA · INSTAGRAM · 2026-09-15

Flávio Dino protagonizou um dos momentos mais emblemáticos da sessão do STF nesta terça-feira ao contestar diretamente Edson Fachin por assumir para si processos que estavam sob relatoria de outros ministros, discussão que alcança tanto a retirada de Alexandre de Moraes do inquérito das fake news quanto a crise envolvendo André Mendonça e o caso Master. Dino sustentou que a Presidência do Supremo

102.837 interações · alcance 1.028.325 · Negativo

[ABRIR PUBLICAÇÃO](#)

"Nosso país vive a maior crise institucional da história, com um STF sendo desmoralizado por investigações que chocam todo o Brasil"

PUBLICAÇÃO 17

GUILHERME DERRITE · POLÍTICO · INSTAGRAM · 2026-09-16

Nosso país vive a maior crise institucional da história, com um STF sendo desmoralizado por investigações que chocam todo o Brasil. A nossa democracia precisa e vai sobreviver a mais esse escândalo, mas para isso, o Congresso Nacional e o Poder Executivo devem cumprir seus papéis. Essa é a verdadeira soberania.

32.578 interações · alcance 1.078.898 · Negativo

[ABRIR PUBLICAÇÃO](#)

"E VOCÊ ACHAVA QUE A DÍVIDA DE ZANIN ERA SÓ COM LULA? Zanin tira da manga um: não podemos investigar Moraes sem autorização do PGR. Sim, do PGR Gonet que fuma charuto e toma whiskey Macallan com Vorcaro"

PUBLICAÇÃO 9

EDUARDO BOLSONARO^{BR} · POLÍTICO · TWITTER/X · 2026-09-15

E VOCÊ ACHAVA QUE A DÍVIDA DE ZANIN ERA SÓ COM LULA? Zanin tira da manga um: não podemos investigar Moraes sem autorização do PGR. Sim, do PGR Gonet que fuma charuto e toma whiskey Macallan com Vorcaro! Não surpreende, mas a cara-de-pau tem que ser registrada. <https://t.co/u9QBQlwbhg>

42.192 interações · alcance 322.483 · Negativo

[ABRIR PUBLICAÇÃO](#)

5 · As 5 publicações que mais viralizaram sobre o assunto

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	 FACHIN QUER INVESTIGAÇÃO E AFASTAMENTO DO MORAES! Jeffrey Chiquini · Político · Instagram · 2026-09-16 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	189.632	1.520.806
2	Flávio Dino protagonizou um dos momentos mais emblemáticos da sessão do STF nesta terça-feira ao contestar diretamente Edson Fachin por assumir para si processos que estavam sob relatoria de outros ministros,... Pragmatismo Político · Mídia jornalística · Instagram · 2026-09-15 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	102.837	1.028.325
3	Fux colocou as cartas na mesa: a Polícia Federal atuou de forma paralela, por determinação de Alexandre de Moraes. Enquanto alguns ministros tentam inverter os fatos e desviar o foco, a verdade precisa vir à tona. Carol De Toni · Político · Instagram · 2026-09-15 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	83.930	552.261
4	Julgamento no STF - Os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça bateram boca nesta terça-feira (15) durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a crise que atinge a Corte, resultante do caso Mast... g1 · Influenciador · TikTok · 2026-09-15 NEGATIVO	63.161	648.715

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
5	Flávio Dino critica a seletividade no tratamento à corrupção no Brasil. Para o ministro, quando o STF se afasta dos ritos, assistimos a catástrofes. Mídia NINJA · Mídia jornalística · Instagram · 2026-09-15 NEGATIVO	60.006	0

A crise não circula como controvérsia jurídica; circula como escândalo com nome, rosto e réu. A publicação mais engajada do recorte, de um perfil político que anuncia que Fachin quer a investigação e o afastamento de Moraes, soma 189.632 interações e 1,52 milhão de alcance — o alcance mede quantos foram expostos, o engajamento mede quantos reagiram. O tom é monocromático: 96% das publicações mais engajadas têm valência negativa, e a única exceção é um elogio rasgado a Flávio Dino, o que, por contraste, diz quase tudo sobre o resto. A indignação atravessa quatro de cada dez desses textos e o desprezo cerca de um quarto. Quem foi exposto à crise, nesses dias, foi exposto a vergonha — e vergonha é o oposto exato da confiança que Cármen Lúcia invocou em plenário.

A exposição tem autoria reconhecível e distribuição desigual. Quase metade das publicações mais engajadas vem de influenciadores, com o g1 e a CNN Política repetindo em ondas o relato das mesmas cenas de bate-boca; pouco mais de um quarto vem de políticos; um quinto, da imprensa. Mas o engajamento não obedece a essa proporção: com menos de um terço das publicações, os políticos capturam perto de 40% das interações, enquanto os influenciadores, com quase metade delas, ficam com cerca de 31%. Cada publicação política rende, na média, o dobro de exposição de uma publicação de audiência — a crise não é apenas noticiada, é instrumentalizada por quem tem mandato ou candidatura a sustentar. O alcance conta outra parte: um perfil de audiência acumula 1,5 milhão de visualizações com 33,4 mil interações, outro perfil político chega a 1,08 milhão com 32,5 mil — conversões abaixo de 3% —, enquanto uma publicação de Carol De Toni converte 15% do seu meio milhão de alcance em interação. A distância entre os dois é a medida de um debate que se espalha mais rápido do que convence.

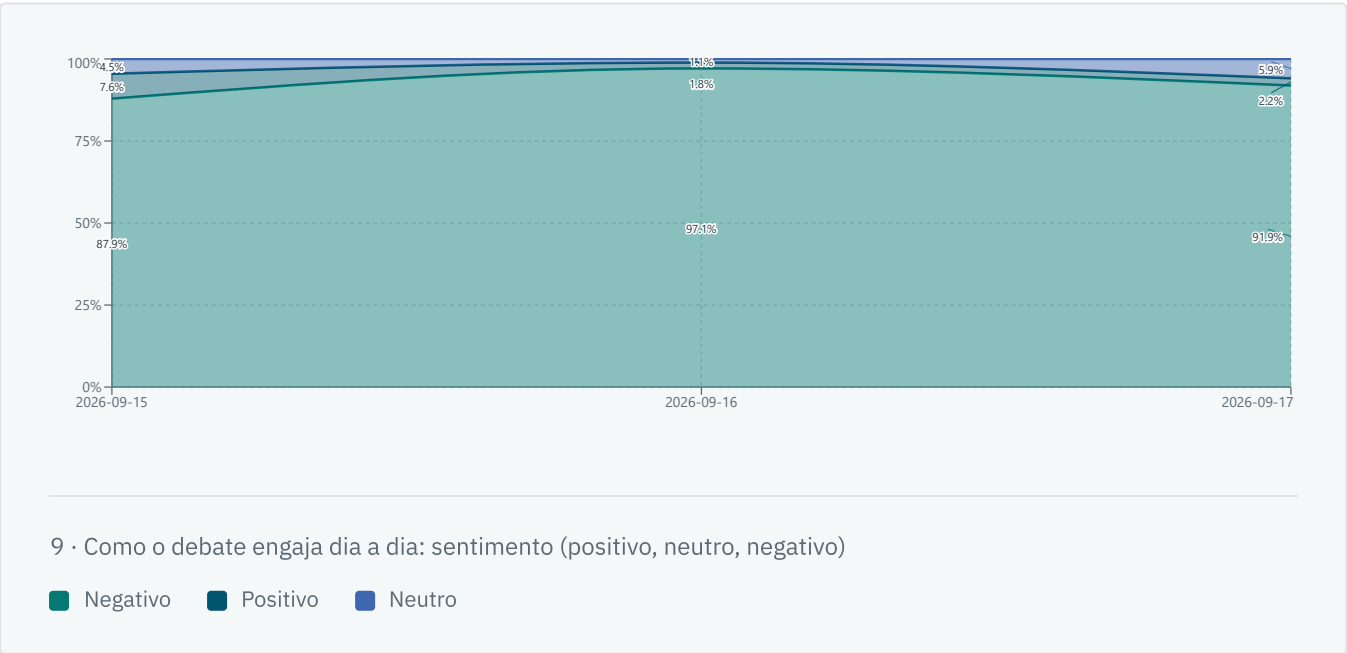
O que esses textos dizem, em concreto, importa mais do que o quanto dizem. O elenco é o do plenário — Moraes, Mendonça, Fachin, Dino, Gilmar, Zanin, Fux, Toffoli, Nunes Marques, Cármen Lúcia — e, do outro lado do balcão, Daniel Vorcaro, o Banco Master, o BRB, contratos de escritórios, o celular apreendido, o pedido de vista. O enquadramento, o modo como o texto organiza o assunto, é episódico e de conflito quase sem exceção: bate-boca, cartas na mesa, tropa de choque, vexame, o pior dia da história do tribunal; e quando o enquadramento temático aparece, é para invocar o rito como escudo — "quando o STF se afasta dos ritos, assistimos a catástrofes" —, o que dimensiona o problema, porque até a defesa da instituição se faz pelo procedimento e não pelo mérito. Na Teoria das Fundações Morais, que mede quais fundações morais o discurso aciona, o que se mobiliza é o vício da trapaça, a corrupção como podridão, temperado pelo vício da degradação, nas festas do banqueiro e no charuto com whisky, pelo vício da subversão, na acusação de que um tribunal se desmoraliza, e, no polo oposto, pelo vício da opressão, na leitura de que há perseguição em curso. No MAPAM, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que descreve os papéis que quem publica atribui a quem é citado, Moraes figura como agressor nos textos que pedem sua investigação e como vítima de um grupo político nos que o defendem, enquanto o Supremo oscila entre estrutura que reproduz o dano, na imagem da tropa de choque, e protetor em dificuldade, no desabafo de Cármen Lúcia sobre a confiança do cidadão. No CCFE, o modelo de Confiança, Coragem, Força e Esperança, que atribui de menos três a mais três a cada eixo do ator avaliado, o retrato é de uma Corte com força

contestada e confiança em queda — e a única publicação de valência positiva do lote é justamente a que deposita num ministro, Flávio Dino, o que nega ao colegiado: erudição, carisma e firmeza, as três virtudes do modelo inteiras numa pessoa só.

Os valores republicanos em jogo revelam o quadro ambíguo. O que se cobra é impessoalidade da lei, contra a Polícia Federal que não poderia atuar por determinação de um relator; separação entre o público e o privado, contra o contrato da esposa de um ministro com o banco investigado; transparência, contra o sigilo e o vazamento seletivo; e prestação de contas, contra a blindagem recíproca que os próprios ministros se acusam de praticar. O bem comum aparece como lamento — o tribunal que se expõe a quinze dias da eleição, o país voltado para tensões processuais em vez das dores de quem acorda cedo. A eleição entra como prazo e como ameaça, não como programa: "o Brasil vai votar no escuro?", pergunta um deles, e a pergunta é o programa. A crise do Supremo está sendo consumida como espetáculo de culpabilização, com a instituição no banco dos réus e os candidatos na plateia — e uma democracia que assiste à desmoralização do seu tribunal sem que ninguém ofereça saída institucional perde confiança mais rápido do que perde regras.

COMO SE FALA: UM PAÍS INDIGNADO QUE NÃO SE LAMENTA

O sentimento geral dos textos é de condenação contínua. Somados os três dias, o negativo responde por 90,4% de tudo o que se engajou, o positivo por 5,6% e o neutro informativo por 4% — e a razão entre interação negativa e positiva saiu de cerca de doze para um no auge da sessão para quase 53 para um no dia seguinte, quando o volume desabou 68% e o resíduo ficou sendo a acusação sem contrapeso. O pico arrastou consigo o pouco de tom favorável que existia — a defesa da Corte, as desculpas de Cármen Lúcia, o "somos seres humanos, podemos errar" de Fachin —, e uma corte que só produz engajamento quando é acusada de apodrecer, e some quando fala em nome da própria integridade, já não controla a narrativa sobre si.

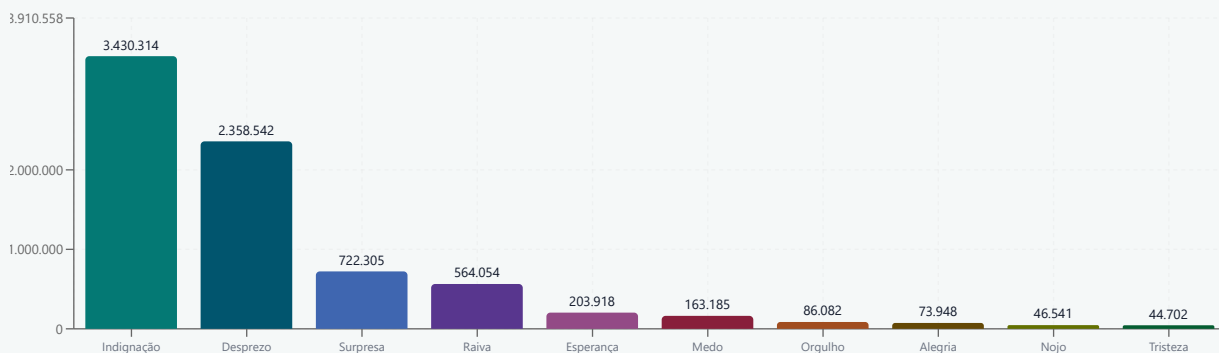


A crise do Supremo foi um acontecimento de uma tarde, e o que sobrou dela é amargor concentrado. Dois terços de toda a interação do período — 3.974.916 dos 6.181.096 de engajamento, entendido como soma de curtidas, comentários e compartilhamentos, isto é, exposição — concentram-se no dia 15, o da sessão extraordinária em que Alexandre de Moraes e André Mendonça bateram boca, Gilmar Mendes acusou o colega de agir com viés político-eleitoral e Flávio Dino falou em "momento mais corrupto da história do Judiciário". Nesse dia, o sentimento — a valência, o tom geral que o texto imprime ao assunto — é esmagadoramente negativo: 87,9% da interação do dia, contra 7,6% de positivo e 4,5% de relato neutro. Nos dois dias seguintes o volume desmorona, para 1.274.566 e depois para 931.614, menos de um quarto do pico; mas o tom não se recupera, radicaliza-se: no dia 16 o negativo sobe a 97% do dia e o positivo desaba a 1,8%; no dia 17, 91,9% contra 2,2%. Somados os três dias, o negativo responde por 90,4% de tudo o que se engajou, o positivo por 5,6% e o neutro informativo por 4%. A razão entre interação negativa e positiva saiu de cerca de doze para um no auge da sessão para quase 53 para um no dia seguinte.

O que essa aritmética descreve é a assimetria que define a saúde da defesa institucional neste episódio. O pico arrastou consigo o pouco de tom favorável que existia — a defesa da Corte, o registro de que Fachin e Cármen Lúcia tentavam costurar uma trégua, o "somos seres humanos, podemos errar" —, e o que ficou depois foi a acusação sem contrapeso, alimentada por peças de indignação e desprezo, do "o xandão tá enrolado" ao "todas as provas contra Moraes podem desaparecer hoje", passando pelo contrato de R\$ 33 milhões e pelo escritório da esposa do ministro. A onda não secou por esfriamento do ânimo; secou porque o espetáculo saiu de cena e o resíduo é o ressentimento. Do outro lado, quem fala em nome da instituição comparece em registro informativo ou solene — "não se julgam pessoas, julgam-se fatos", as desculpas aos brasileiros — e é justamente esse registro que não gera engajamento: ele ocupa o minguado 4% de relato neutro e a fração residual de positivo. A frase de Cármen Lúcia de que a democracia vive da confiança do cidadão nas suas instituições é a chave do gráfico por antítese, não por adesão: é o diagnóstico correto de um problema que o próprio debate, com nove em cada dez interações em negativo, se encarrega de agravar.

Para a confiança institucional, o sinal é de erosão, não de resiliência. Não é que a crítica ao tribunal seja ilegítima — prestar contas é valor republicano, e a separação entre o público e o privado, quando ferida, deve doer. O problema é a assimetria: a defesa institucional não encontrou nenhuma linguagem capaz de disputar a atenção, e o pouco que se engajou em favor do Supremo, 5,6%, não sobreviveu 24 horas. Uma corte que, a vinte dias de uma eleição, só produz engajamento quando é acusada de apodrecer, e some quando fala em nome da própria integridade, já não controla a narrativa sobre si; e se o calor da sessão evaporou em dois dias, o combustível moral que ela acendeu — a suspeita de que o interesse privado atravessa a toga — ficou depositado, disponível para quem quiser reacendê-lo na campanha.

A economia afetiva confirma o quadro: na régua das emoções, a indignação responde por 44,6% do engajamento e o desprezo por 30,7%; a repulsa inteira — indignação, desprezo, raiva e nojo — chega a 83,2%, cerca de dezessete vezes as emoções afirmativas, que somadas não passam de 4,8%. A esperança fica em 2,7%, e medo e tristeza empatam exatamente com ela. Não há luto democrático no debate, não há temor pela sorte das instituições; há acusação e escárnio. O desprezo é o afeto que dispensa o processo — não exige prova, não reconhece contraditório —, e é o segundo colocado.



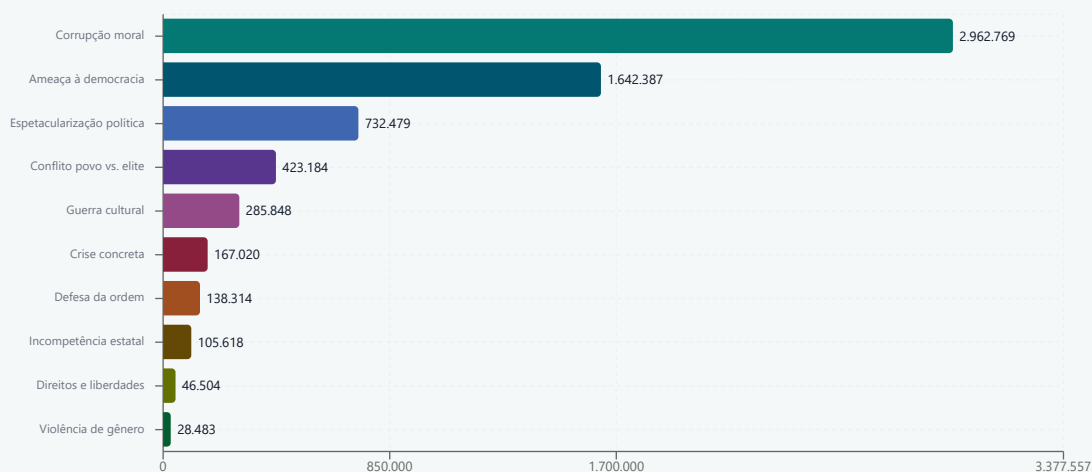
10 · Emoções mobilizadas

Uma crise institucional processada na chave da repulsa: é o que este gráfico entrega quando se mede não o que se publicou, mas o engajamento que cada emoção mobilizou — a exposição, a circulação efetiva do afeto. As emoções, no vocabulário consagrado dos movimentos sociais, funcionam como o combustível que converte diagnóstico em ação política, o que faz desta conta a mais reveladora da semana. A indignação responde por 44,6% do engajamento do recorte e o desprezo por 30,7%: juntas, as duas emoções de aversão concentram três quartos de tudo o que rodou. A repulsa inteira — indignação, desprezo, raiva e nojo somados — chega a 83,2%, cerca de dezessete vezes o engajamento das emoções afirmativas, que reunidas não passam de 4,8%. A indignação sozinha mobiliza uma vez e meia o desprezo e cerca de dezesseis vezes a esperança. E há um detalhe que vale por um diagnóstico: o medo e a tristeza empatam exatamente com a esperança, 2,7% cada bloco. Não há luto democrático no debate, não há temor difuso pela sorte das instituições; há acusação, escárnio e uma surpresa que, com 9,4%, empata em peso com a raiva, 7,3% — o registro de quem não esperava ver o Supremo naquela cena.

O que isso significa, no caso concreto, é que a crise está sendo digerida com as emoções certas para o espetáculo e erradas para a solução. O desprezo é o afeto que dispensa o processo: não exige prova, não pede apuração, não reconhece contraditório — e é o segundo colocado, com quase um terço do engajamento. Quando o personagem "Xandão" vira lutador de jogo de luta, quando o plenário é resumido em "o xandão tá enrolado", quando um ministro atribui a outro a máxima de que "até a máfia tem ética", o que circula não é a acusação jurídica, é a ridicularização do adversário, e a ridicularização é a forma mais barata de desumanização disponível numa timeline. A indignação, ao menos, aponta para fatos: o contrato da esposa de um ministro com o banco sob investigação, o "canal direto com o STF", os R\$ 33 milhões pagos pelo BRB ao escritório que formou quadros do sistema. São fatos que acionam os valores republicanos no papel certo — a impessoalidade da lei, a separação entre o público e o privado, a prestação de contas —, mas o gráfico mostra que eles estão sendo mobilizados pela via do escândalo, não da exigência de prova. Uma crise lida assim cobra culpados, não respostas: a esperança, que seria o afeto da saída institucional, é estatisticamente irrelevante.

A leitura institucional é direta. Uma crise na mais alta corte do país, a vinte dias de uma eleição, processada em três quartos de repulsa e menos de 5% de afirmação, não está disputando a confiança nas instituições: está disputando quem consegue desconfiar mais alto. A confiança aparece aqui apenas como ausência — não há esperança que a sustente, não há tristeza que a lamente, não há medo que a defenda; há nojo, raiva e desprezo, os três afetos que corroem qualquer disposição de obedecer à lei que não se goste. É por isso que o teste da saúde democrática neste recorte não é o tamanho da crise, é o vazio afetivo onde deveria estar a oferta de saída: quem entrar na pré-campanha presidencial terá de escolher entre cavalgar essa repulsa, que já está posta e circulando, ou produzir o que o gráfico praticamente não registra — um discurso de esperança capaz de competir com ela. Por enquanto, quem fala mais alto não está defendendo a democracia nem a acusando: está apenas sentindo raiva em público.

Os enquadramentos específicos, que nomeiam a pasta temática do debate, mostram o mesmo: corrupção moral responde por 44,8% do engajamento e ameaça à democracia por 24,8%, com a espetacularização política em 11,1% — três registros que absorvem 80,7%. Crise concreta (2,5%), defesa da ordem (2,1%), direitos e liberdades (0,7%) e prova material (0,1%) somam 4,7%. Num episódio em que a sessão inteira girou em torno de saber se as provas existem e quem podia assumir a relatoria, o enquadramento da prova é o penúltimo da fila. Numa opinião pública saudável, a exigência de prova cresceria com a gravidade da acusação; aqui a acusação explodiu e a prova desapareceu da conversa.



11 · Enquadramentos específicos

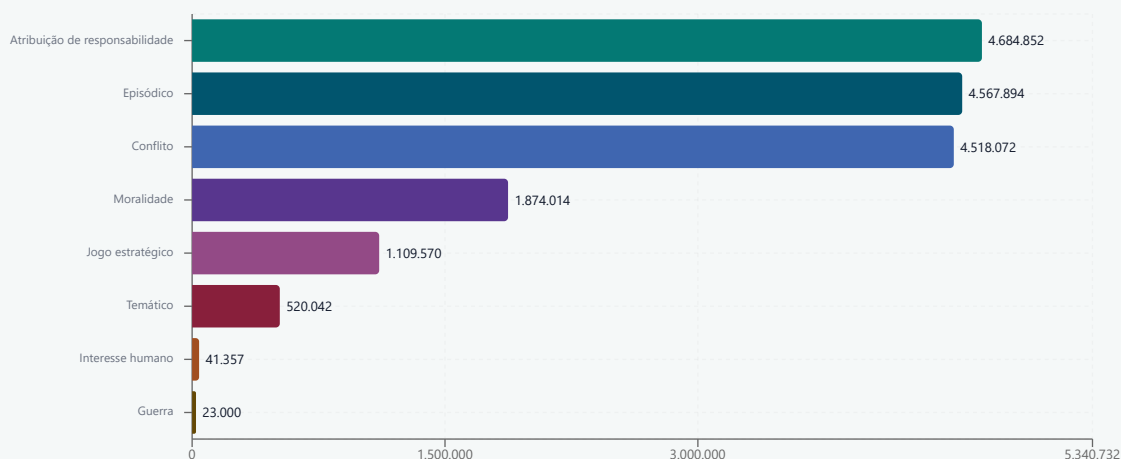
Enquadramento específico é o ângulo substantivo pelo qual o texto organiza o assunto — a pasta temática do debate brasileiro, que nomeia o assunto e não o veredito. Ordenados por engajamento, isto é, por exposição, os enquadramentos deste recorte não deixam margem: a corrupção moral responde por 44,8% de tudo o que se engajou, quase o dobro da ameaça à democracia, segunda colocada com 24,8%, e mais do que a soma desta com a espetacularização política, terceira, com 11,1%. Os três primeiros absorvem 80,7% da exposição. O que sobra é pouca coisa, e o que sobra é justamente o que uma corte gostaria de ver circular: crise concreta, 2,5%, defesa da ordem, 2,1%, direitos e liberdades, 0,7%, e prova material e

entrega, 0,1%, somam 4,7%. Para cada dez interações que a crise do Supremo produziu, quatro e meia foram de escândalo moral e duas e meia de ameaça à democracia; a reparação institucional não chegou a meia.

A evidência tem nome, e os nomes são os da semana. O enquadramento vencedor é o do caso Master: Daniel Vercaro, o celular do banqueiro, o contrato do escritório da esposa de um ministro, a auditoria do BRB que apontou R\$ 33 milhões pagos ao escritório de uma ex-diretora do instituto ligado a um ministro — o "canal direto com o STF" denunciado por Deltan Dallagnol —, e a ladainha que corre de perfil em perfil: "o xandão tá enrolado, o andré mendonça tá enrolado, o toffoli tá enrolado, o kassio nunes tá enrolado". Não é preciso aderir a nenhuma tese para registrar o óbvio: a acusação, no vocabulário de quem a faz, é de desvio de conduta, não de erro de direito. O segundo enquadramento fala outra língua — a do golpe e de 8 de janeiro, a da sessão em que se decidia se as provas podem existir. A espetacularização, com 11,1%, recolhe o resto que a exposição premia: o bate-boca, os gritos, o "Frachin", os memes e o personagem "Xandão" virando lutador num jogo de luta. E a cauda ainda relevante — conflito povo contra elite, 6,4%, e guerra cultural, 4,3% — traduz a crise para o idioma antissistema.

É aqui que o gráfico deixa de ser taxonomia e passa a ser diagnóstico. A confiança numa corte não se mede pelo acúmulo de votos, mas pela crença difusa de que ela decide pelo direito; e o que se oferece ao público, em 44,8% da exposição, é um julgamento de caráter, não uma controvérsia constitucional — com o agravante de que a própria sessão forneceu munição a esse registro, quando um ministro a chamou de "momento mais corrupto da história do Judiciário". Do outro lado, as tentativas de costura não viajam: "não se julgam pessoas, julgam-se fatos", de Fachin, e o pedido de Cármen Lúcia — "a democracia vive da confiança que o cidadão tem nas suas instituições" — não têm lastro no que se compartilha. A defesa da Corte fala a língua da ameaça à democracia, um quarto da exposição, e quase não fala a dos direitos e liberdades, 0,7%; a instituição é defendida como dique, não como garantia. O dado mais eloquente, porém, é o 0,1% de prova material e entrega: a sessão inteira girou em torno de saber se as provas existem, podem existir e quem as produziu, e o enquadramento da prova é o penúltimo da fila. Numa opinião pública saudável, a exigência de prova cresceria com a gravidade da acusação; aqui a acusação explodiu e a prova desapareceu da conversa — erosão da qualidade do debate antes de qualquer coisa. A crise não produziu uma agenda; produziu um alvo, e quem capitaliza politicamente essa exposição não é quem propõe, é quem acusa.

Os enquadramentos genéricos, que medem como o texto organiza o assunto antes de opinar, entregam um empate triplo revelador: atribuição de responsabilidade (27%), episódico (26,3%) e conflito (26,1%) somam 79,4%, enquanto o temático — a leitura que situa a crise em contexto, regra e desenho institucional — fica em 3%, e o interesse humano, o enquadramento que humaniza os ministros, em 0,2%. Para cada unidade de exposição que trata a crise como estrutura, há quase nove de caso concreto. Um tribunal julgado como elenco de personagens é julgado sem a piedade que as instituições, feitas de homens, exigem.



12 · Enquadramentos genéricos

A crise do Supremo está sendo consumida como caso, duelo e caça ao culpado, não como questão constitucional — e o quase empate triplo no topo do quadro é a prova mais eloquente disso. Enquadramento genérico é a régua que mede como o texto organiza o assunto, não o assunto em si: episódico prende a questão ao acontecimento e aos indivíduos que o protagonizam; conflito encena o choque entre pessoas ou instituições; atribuição de responsabilidade aponta quem deve responder pelo problema; moralidade julga a conduta em termos de certo e errado; jogo estratégico lê a cena como cálculo de ganho e perda; temático situa o episódio em contexto, regra e desenho institucional; interesse humano busca o ângulo pessoal e afetivo. Pois bem: medida por engajamento, a atribuição de responsabilidade responde por 27%, o episódico por 26,3% e o conflito por 26,1% — três leituras em empate técnico, separadas por menos de um ponto percentual, somando 79,4%, quase quatro quintos de tudo o que circulou. Nenhuma narrativa venceu a outra; todas disseram a mesma coisa por caminhos diferentes: aqui há um caso, aqui há dois lados, aqui há um culpado. A pergunta que a sessão de 15 de setembro levou ao plenário — se o relatório da Polícia Federal contra Alexandre de Moraes seguiria, se os casos seriam separados, quem tem competência para relatar o quê — é uma pergunta sobre regras, e as regras ocupam 3% da exposição.

O tamanho desse 3% é o achado que decide a leitura. O enquadramento temático responde por 3% do engajamento, contra 10,8% da moralidade e 26,3% do episódico: para cada unidade de exposição que trata a crise como estrutura, há três vezes e meia de veredicto moral e quase nove de caso concreto. Não é acidente de linguagem; é sintoma de método. "Até a máfia tem ética", dispara Gilmar Mendes contra André Mendonça; "quem não se dá respeito não merece respeito", insiste; "momento mais corrupto da história do Judiciário do Brasil", crava Flávio Dino; "dia deplorável", sentencia Marina Silva; Cármen Lúcia pede desculpas aos brasileiros na manhã seguinte. Todos são juízos sobre conduta, nenhum é juízo sobre desenho institucional — e é isso que a moralidade a 10,8% registra. O detalhe mais fino, porém, está no rodapé: interesse humano, o enquadramento que humaniza, marca 0,2%. A fala de Fachin — "somos seres humanos, podemos errar" — e o pedido de desculpas de Cármen Lúcia, que davam ao tribunal um rosto e um constrangimento, quase não circularam, enquanto o bate-boca ficou com um quarto da exposição. Os ministros são personagens, não pessoas: uma Corte julgada como elenco de personagens é julgada sem a

piedade que as instituições, feitas de homens, exigem; a impessoalidade da lei — o valor republicano de que a decisão não se confunde com quem decide — é exatamente o que se perde quando o julgamento da instituição vira julgamento de caráter.

E é aqui que o quadro se torna ambíguo, porque a atribuição de responsabilidade, líder isolada ainda que por um fio, não é um enquadramento vazio: é a matéria-prima da prestação de contas. O debate quer responsabilizar alguém — e responsabilizar é o gesto republicano elementar. Só que a resposta que circula é um nome, não uma norma: "o xandão tá enrolado, o andré mendonça tá enrolado, o toffoli tá enrolado, o kassio nunes tá enrolado"; o "canal direto com o STF" pago com dinheiro do Banco Master; a auditoria do BRB encontrada pela Polícia Federal; o pedido de afastamento; o impeachment que ronda o Senado. A exigência de contas foi acionada, mas foi capturada pela personalização — e quando o culpado é a pessoa e não o procedimento, a instituição paga pelo revés da pessoa. Há sinal de resiliência, e vale registrá-lo com precisão: o jogo estratégico, a leitura eleitoral da cena, fica em 6,4%, abaixo da moralidade, e a guerra não passa de 0,1%. Mesmo com "tropa de choque", "briga feroz" e "racha no Supremo", ninguém levou a crise para fora da gramática institucional; todos continuam invocando relatoria, suspeição, plenário. A crise é metabolizada como briga interna de uma casa com regras, não como guerra contra a casa. O que falta não é contenção: é tradução. A 15 dias da eleição, o que a pré-campanha herda desta crise não é um debate sobre o desenho do Supremo, sobre o modelo de relatoria, sobre os limites do inquérito ou sobre a separação entre público e privado que o caso Vorcaro escancara. Herda uma galeria de suspeitos. O Supremo continua no centro da atenção pública — ninguém o ignora, e ignorá-lo seria o sinal mais grave —, mas não no centro de um argumento. Sobrevive como assunto; não está sendo defendido como regra.

O cruzamento entre emoção e pauta mostra que a crise foi digerida como escândalo moral: indignação com corrupção moral responde por 19,1% de todo o engajamento, desprezo com corrupção moral por 14,3% e indignação com ameaça à democracia por 14% — três pares que concentram 47,4%. Por enquadramento, corrupção moral e ameaça à democracia somam 66,3%; por emoção, indignação, desprezo e raiva somam 85,7%. Quase toda a alegria disponível no recorte vive na espetacularização política, o que diz muito sobre o que se consome: o bate-boca como cena, o "Xandão" transformado em personagem de jogo de luta.

29 · O que anda junto: emoções × enquadramentos

	INDIGNAÇÃO	DESPREZO	RAIVA	SURPRESA	ESPERANÇA
Corrupção moral	770	538	126	59	13
Ameaça à democracia	329	146	79	16	19
Espetacularização política	130	150	18	21	1
Crise concreta	67	25	8	8	6
Conflito povo vs. elite	150	105	39	2	13
Guerra cultural	80	88	41		13
Defesa da ordem	60	15	5		14

Incompetência estatal	37	20	2		
Direitos e liberdades	22				16
Soberania ameaçada	18	7	3		
Prova material / entrega	3	1			5
Desigualdade estrutural	17	3	1		1
Conflito nacional vs. global	5	6			1
Desordem social	5	1	1	1	1
Oportunidade econômica					4
Ameaça à família	2				
Violência de gênero	4	2			
Misoginia	3	3			
Métodos de contenção/mitigação	1				1
Crise/emergência climática					2

	ORGULHO	TRISTEZA	MEDO	ALEGRIA	NOJO
Corrupção moral	12	4	16		10
Ameaça à democracia	6	6	32		3
Espetacularização política	3	7	2	6	2
Crise concreta		19	4	1	
Conflito povo vs. elite	7	3	4	3	3
Guerra cultural	9	2	6	4	2
Defesa da ordem	15	1	3	1	1
Incompetência estatal		2			
Direitos e liberdades	7		2	1	
Soberania ameaçada	1	1	2		
Prova material / entrega	9			1	
Conflito nacional vs. global	1				

Desordem social	2	1
Oportunidade econômica	3	1
Ameaça à família	2	
Violência de gênero	1	1
Misoginia	1	

Os enquadramentos específicos são as pautas do debate brasileiro pelas quais um texto organiza o assunto — corrupção moral, ameaça à democracia, espetacularização política, guerra cultural —, e as emoções são os afetos que o texto expressa; este gráfico mede quanta exposição cada par desses rótulos concentra, e exposição, aqui, é engajamento: curtidas, comentários e compartilhamentos somados. O que ele mostra é uma crise institucional sendo consumida como escândalo moral. A célula mais exposta — indignação com corrupção moral — responde por 19,1% de todo o engajamento do recorte, cerca de 2 milhões de interações, e a segunda, desprezo com corrupção moral, por 14,3%, pouco mais de 1,5 milhão; somadas à terceira, indignação com ameaça à democracia (14%), as três concentram 47,4%, quase metade de tudo o que circulou. Lido por enquadramento, corrupção moral responde por 40,8% da exposição e ameaça à democracia por 25,5%: dois terços do debate, 66,3%, repartidos entre a gramática da podridão e a do risco à ordem constitucional. Lido por emoção, a indignação responde por 45,5%, o desprezo por 30,5% e a raiva por 9,7% — 85,7% da exposição está em afetos de acusação. Não é a defesa da Corte que move essa conversa; é a acusação contra ela.

A textura do quadro aparece na composição interna de cada emoção. Dentro do engajamento indignado, 42,3% vão para textos enquadrados pela corrupção moral; dentro do desprezado, 46,6% — quase metade. O medo é raro, 2,9%, e quando aparece se concentra exatamente onde deveria: 47,4% dele sob a ameaça à democracia. A surpresa responde por 6,3%, e 42,4% dela acompanha a corrupção moral, o que descreve bem a mecânica da sequência de revelações — a auditoria do BRB sobre a operação com o Banco Master, os contratos de escritórios de advocacia, o celular de Vorcaro, as mensagens de WhatsApp trocadas entre ministros antes da sessão. A espetacularização política responde por 11,1%, e é ali que vive quase toda a alegria do recorte, 74,4% dos escassos 0,6% de exposição alegre: o bate-boca como cena, os memes, o "Xandão" transformado em personagem de jogo de luta, o plenário como ringue. O eixo antipolítico e cultural fecha o quadro com conflito entre povo e elite em 8,2% e guerra cultural em 6,2%. E o outro lado da moeda é magro: a esperança responde por 2,3%, e quase metade dela, 44,2%, vem embalada em crise concreta; a defesa da ordem, por 2,1%, com 47,8% do orgulho; direitos e liberdades, por 0,4%; violência de gênero, por 0,6%. A tristeza é quase inexistente, 0,5%, e quando aparece é sob incompetência estatal — a queixa de que o país, a duas semanas da eleição, esteja voltado para o próprio tribunal.

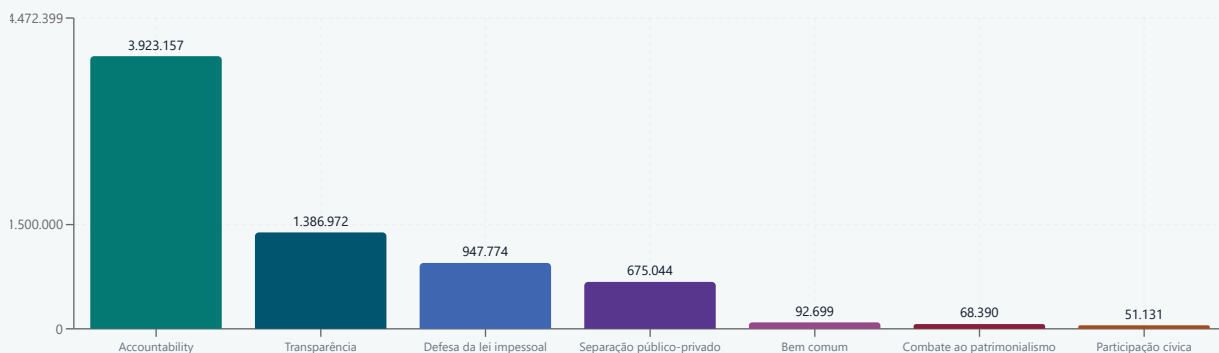
A leitura que esses números impõem é moral antes de ser institucional. Pela Teoria das Fundações Morais, que mede as fundações morais acionadas pelo discurso, cada uma com um polo virtuoso e um polo de violação, o que domina o recorte é o vício da trapaça e a suspeita de captura privada do tribunal: contrato, "canal direto com o STF", delação, o telefone do banqueiro. É a gramática da separação entre o público e o privado e da impessoalidade da lei, dois valores republicanos centrais, acionados não para proteger a Corte, mas para denunciá-la. E aí está o ponto: o vocabulário que poderia reconstruir a confiança institucional — prestação de contas, bem comum, defesa da ordem constitucional — responde por menos

de 3% da exposição, enquanto a esperança, único afeto que sustenta promessa de reparo, não chega a 2,5%. O que sobra é desprezo, que degrada sem propor conserto: a lista de ministros "enrolados", repetida de perfil em perfil, não traz uma única exigência de apuração, uma única proposta, um único pedido. Quem tenta reancorar a narrativa fala baixo e no registro certo — "não se julgam pessoas, julgam-se fatos", diz Fachin; "a democracia vive da confiança que o cidadão tem nas suas instituições", diz Cármen Lúcia —, mas a defesa institucional, que existe e tem voz, fica em 2% do volume.

Para a pergunta que este relatório persegue, o gráfico entrega um diagnóstico incômodo: a crise que chega às portas da eleição está sendo processada na chave da acusação — indignação e desprezo somam 76% da exposição —, não na chave do direito, da prova ou do desenho institucional. Uma democracia que discute seu tribunal supremo sob o signo da trapaça, com 11,1% de espetacularização e quase todo o riso disponível convertido em escárnio, dá dois sinais ao mesmo tempo: o de que a confiança já era frágil antes da crise, e o de que a crise, em vez de restaurá-la, a transforma em matéria-prima de campanha — culpa, meme e suspeita, a quinze dias do pleito. Os valores republicanos que sustentariam a saída — lei impessoal, bem comum, prestação de contas — estão presentes como acusação, quase nunca como compromisso. Quando quem acusa ocupa quase nove de cada dez interações e quem pede serenidade ocupa duas em cada cem, o que se mede não é apenas o tamanho de um escândalo, mas a disposição de uma democracia para se defender com o vocabulário que a constitui.

VALORES E MORAL: A CONTA COBRADA, O BEM COMUM ESQUECIDO

Os valores republicanos, os princípios que regem o trato da coisa pública, aparecem em curva de mão única: a prestação de contas responde por 54,9% do engajamento, mais que a soma dos outros seis, e a transparência por 19,4%; a defesa da lei impessoal fica com 13,3% e a separação entre o público e o privado com 9,4%. O resto é poeira: bem comum (1,3%), combate ao patrimonialismo (1%) e participação cívica (0,7%). O dado decisivo é o que falta: num enredo cujo enredo mesmo é a confusão entre o privado e o público — o contrato do escritório da mulher de um ministro com o Banco Master, as conversas de Daniel Vercaro, os R\$ 33 milhões do "canal direto com o STF" —, a separação público-privado vale um quarto do que a prestação de contas mobiliza. A crise é consumida como acerto de contas entre pessoas, não como dano ao interesse público.



13 · Valores republicanos invocados

O gráfico mede que valores da coisa pública as publicações mobilizam — prestação de contas, transparência, impessoalidade da lei, separação entre o público e o privado, bem comum, combate ao patrimonialismo e participação cívica —, e o faz pelo engajamento, isto é, pela exposição que cada vocabulário recebeu nos três dias que vão da sessão extraordinária do Supremo à sua repercussão. O resultado é uma curva de mão única: a prestação de contas responde por 54,9% do engajamento, mais do que a soma de todos os outros seis valores reunidos, e quase três vezes a transparência, que vem em segundo com 19,4%. A defesa da lei impessoal fica com 13,3% e a separação público-privado com 9,4%; somados, esses quatro valores concentram 97% da exposição. O resto é poeira: bem comum com 1,3%, combate ao patrimonialismo com 1% e participação cívica com 0,7% — os três juntos não chegam a um trigésimo do que a cobrança de responsabilização sozinha arrastou.

O dado decisivo, porém, é o que falta. Num enredo cujo enredo mesmo é a confusão entre o privado e o público — o contrato da esposa do ministro com o Banco Master, as conversas de Vorcaro no celular, os R\$ 33 milhões de que falam os posts mais duros —, a separação público-privado responde por apenas 9,4% da exposição, um quarto do que a prestação de contas mobiliza. E os dois valores que remetem ao coletivo quase desaparecem: bem comum em 1,3%, participação cívica em 0,7%. Ou seja: a crise é consumida como acerto de contas entre pessoas — quem enrolou quem, quem mentiu, quem pagou —, não como dano ao interesse público nem como convocação do cidadão. Não é à toa que 54,9% de prestação de contas não significa coro de defesa da Corte: valor republicano é acionado contra alguém tanto quanto a favor, e boa parte dessa exposição vem da ofensiva — os "o xandão tá enrolado" que circulam em série, o "canal direto com o STF", a exigência de que Moraes seja investigado. A prestação de contas, aqui, é o combustível da acusação, não o selo da integridade institucional.

Para a pergunta sobre a saúde da democracia, o gráfico diz duas coisas ao mesmo tempo, e é preciso não confundi-las. A dominância da cobrança de responsabilização atesta vitalidade: uma opinião pública que exige contas de ministros do Supremo a duas semanas de uma eleição não é uma opinião pública anestesiada, e nisso há resiliência. Mas a ausência de bem comum, de participação cívica e, sobretudo, o pouco peso da separação entre o público e o privado num escândalo que é exatamente sobre essa fronteira revelam uma crise enquadrada como espetáculo de tribunal e não como questão de Estado. É a diferença

entre julgar pessoas e julgar instituições: a confiança na Corte, que Cármen Lúcia invocou ao lembrar que a democracia vive da confiança do cidadão, se degrada pelo ângulo do descrédito pessoal de cada ministro, não pela defesa do processo decisório. Prestação de contas sem bem comum descamba em linchamento; transparência sem impessoalidade vira arma seletiva; e uma eleição que assiste a tudo isso como briga de plenário perde a chance de discutir o que o país deve a si mesmo. O vocabulário republicano que a crise produziu cobra culpados com estrondo e silencia sobre a coisa pública — e é esse silêncio que mede o quanto a democracia brasileira está, neste momento, falando de si mesma para dentro de um tribunal.

O corte por posicionamento mostra para que serve o vocabulário de cada lado. Entre os que defendem Moraes e a integridade da Corte, a prestação de contas responde por 55,4% da exposição e a separação entre o público e o privado por 10,5% — vinte e seis vezes o peso que esse mesmo valor tem entre os que pedem o afastamento (0,4%); estes destinam à transparência 32,6%, o dobro do campo oposto, e ao bem comum 10,9%, doze vezes mais. O relato que não toma partido reparte 91% de sua exposição entre prestação de contas e transparência, com a impessoalidade da lei reduzida a 2,9% e o bem comum a 0,1%. A blindagem da Corte é jurídica e corporativa antes de ser republicana no sentido forte — defende-se o tribunal como corpo, não como serviço.



A crise aberta no Supremo não colocou em disputa o valor da prestação de contas, isto é, a exigência de responsabilizar quem exerce o poder: ela virou a língua franca de todos os campos. Os valores republicanos aqui medidos são os princípios que cada texto mobiliza a respeito da coisa pública — prestação de contas, transparência, impessoalidade da lei, separação entre o público e o privado, bem comum, participação cívica e combate ao patrimonialismo, o uso privado da máquina; a exposição de cada campo é lida por curtidas, comentários e compartilhamentos, isto é, pela audiência que aquele conteúdo efetivamente alcançou. Entre os textos que defendem Alexandre de Moraes e a integridade da Corte, a prestação de contas responde por 55,4% da exposição; entre os que pedem o afastamento dele e o responsabilizam pela crise, por 40,4%; no relato de quem cobre o episódio sem tomar partido, por 57,3%. Nenhum campo nega a necessidade de contas — todos a invocam. A controvérsia não é sobre a existência do dever de responder, mas sobre a quem ele se aplica e em que ordem. Que três gramáticas opostas se encontrem no mesmo vocabulário é, em si, um sinal de saúde: o repertório republicano permanece o único disponível para legitimar posição, inclusive para quem sai em defesa de um ministro sob investigação. A

assimetria, porém, é escancarada. Do total de 7,1 milhões de interações do quadro, 83,3% foram atraídas por conteúdos que defendem a Corte e 4,8% pelos que pedem o afastamento — mais de dezessete vezes menos —, com 11,9% no relato neutro. Se exposição indica onde há mercado de atenção, o pedido de afastamento não converte.

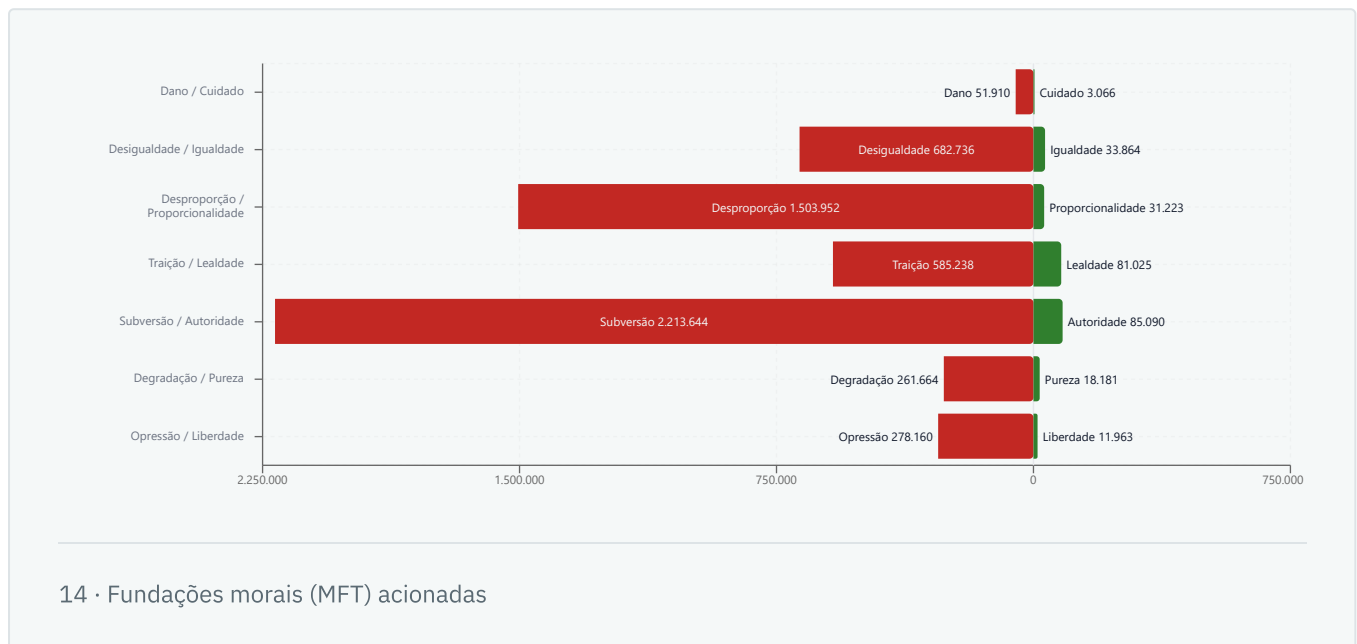
Dentro de cada campo, as diferenças mostram para que serve o vocabulário de cada lado. Quem pede o afastamento destina à transparência quase o dobro do peso proporcional de quem defende a Corte, 32,6% contra 16,6%, e ao bem comum doze vezes mais, 10,9% contra 0,9%. Quem defende a Corte, por sua vez, aciona a impessoalidade da lei com 14,6% — praticamente o mesmo peso que o campo oposto, 15,3% — e leva à estratosfera a separação entre o público e o privado: 10,5% de sua exposição, contra 0,4% do outro lado, numa razão de vinte e seis para um. Vale dizer: a defesa do tribunal se faz em nome do devido processo e da proteção da esfera privada dos ministros — o contrato da mulher de um deles com o banqueiro, as mensagens divulgadas, o celular devassado —, enquanto o pedido de afastamento trata tudo como matéria eminentemente pública e de interesse coletivo. A blindagem institucional, portanto, é jurídica e personalista antes de ser republicana no sentido forte: no campo que defende Moraes e a Corte, a participação cívica não chega a 1% da exposição e o bem comum tampouco. Defende-se o tribunal por dever de ofício, não em nome do público. É um dado decisivo para a confiança institucional: a Corte é protegida como corpo, não como serviço.

O silêncio mais eloquente está no que quase ninguém aciona. Num escândalo com banqueiro, auditoria de banco público, contratos milionários e delação, o combate ao patrimonialismo — o vício de tratar o Estado como coisa de família — aparece com 1,2% da exposição no campo que defende a Corte e simplesmente não se ativa nos outros dois. A corrupção como captura privada do público não é o enquadramento em que este debate se organiza; ele fica inteiro na gramática processual da prestação de contas e da transparência. Some-se a isso o mutismo da participação cívica, ausente também no relato de quem cobre sem tomar partido. A consequência provável, dita no condicional, é que a crise fica barata para quem a administra: sem o vocabulário da apropriação privada e sem apelo à mobilização, a saída tende a ser encontrada entre os próprios ministros — a trégua costurada por Edson Fachin e Cármen Lúcia — e não cobrada pela opinião pública como desfecho de interesse coletivo. Os valores republicanos não foram derrotados na crise; foram esvaziados de sua parte mais incômoda ao patrimônio.

E o relato que não toma partido não escapa da mesma gramática: 91% de sua exposição se reparte entre prestação de contas e transparência, com a impessoalidade da lei reduzida a 2,9% e o bem comum a 0,1%. A cobertura acompanhada descreve a crise como disputa sobre a divulgação de provas e sobre quem deve contas, não como dano ao interesse público. A poucas semanas do pleito, e com a ofensiva contra o tribunal perdendo por dezessete para um na audiência que ela mesma mobiliza, o que este quadro sugere sobre a saúde da democracia brasileira é ambivalente e precisa ser dito com precisão: há resiliência, porque atacar a Corte não encontra mercado de atenção e porque o dever de prestar contas segue como consenso incontornável; e há erosão, porque o valor que sustenta essa resistência é a proteção do próprio tribunal e a privacidade de seus membros, não a coisa pública. Uma democracia que se defende na chave da legalidade e da reputação institucional, e não na do bem comum, protege a instituição — mas não reconstrói a confiança que a legitima.

Na Teoria das Fundações Morais, o MFT, que mede quais fundações morais um discurso aciona em seu polo virtuoso (cuidado, igualdade, lealdade, respeito, pureza, liberdade, proporcionalidade) ou no polo da violação (dano, desigualdade, traição, subversão, degradação, opressão, trapaça), a assimetria é devastadora: 94,4% da exposição está no polo do vício, contra 5,6% no polo virtuoso — quase dezessete

para um. O material é o da semana: a trapaça do contrato e do "canal direto", a degradação da coisa pública, a subversão da lei, a opressão de quem tem poder sobre quem não tem. E o detalhe que deveria incomodar quem defende a instituição: mesmo as manifestações de socorro vieram em tom de censura ao espetáculo — "vexame e tropa de choque tomam conta do Supremo", "dia deplorável" —, não de apelo ao bem comum ou ao decoro da coisa pública. Quando a própria instituição em crise não consegue mobilizar a moral que a justificaria, o que se deteriora não é a imagem de um ministro: é o vocabulário com que uma democracia se defende.



O MFT, a Teoria das Fundações Morais, mede quais fundações morais um texto aciona — cada uma delas com um polo virtuoso, o do cuidado, da igualdade, da lealdade, do respeito, da pureza, da liberdade e da proporcionalidade, e um polo de violação, o do dano, da desigualdade, da traição, da subversão, da degradação, da opressão e da trapaça. E o que este gráfico revela, entre os textos que citam os ministros do Supremo Tribunal Federal ou que o tribunal e seus ministros assinaram, é uma assimetria devastadora: 94,4% da exposição se concentra no polo do vício, contra 5,6% no polo virtuoso — razão de quase dezessete para um. Quem mede o debate pela exposição, e é o que aqui se mede, não tem como escapar do número: o país não está discutindo a crise do Supremo, está moralmente condenando-a.

O material dessa condenação está todo no vocabulário que circulou na janela aberta pela sessão de terça-feira e pelos dois dias que a seguiram. Gilmar Mendes cravando que "até a máfia tem ética" para desqualificar a atuação de André Mendonça no plenário; Flávio Dino falando do "momento mais corrupto da história do Judiciário do Brasil"; os ministros trocando, por mensagem, o "me respeite" e o "assumam que estão ferrados" antes mesmo de a sessão começar; a auditoria do Banco Master que teria pago R\$ 33 milhões por um "canal direto com o STF"; o contrato da mulher de um ministro com o banqueiro; o "o xandão tá enrolado, o andré mendonça tá enrolado, o toffoli tá enrolado" que correu de perfil em perfil. Traduza-se cada uma dessas peças para a gramática das fundações morais e o que se vê é sempre o mesmo punhado de vícios: a trapaça, a degradação da coisa pública, a subversão da lei, a opressão de quem tem poder sobre quem não tem. Nenhuma delas exige demonstração para virar exposição — e é justamente essa a economia perversa que o gráfico expõe: o vício circula sozinho, e circula dezessete vezes mais que a virtude.

Pergunta óbvia: e o outro lado da balança? Os 5,6% que restam ao polo virtuoso não são a defesa da Corte — são o resíduo do que ainda se conseguiu dizer em registro positivo num plenário que perdeu o controle da própria agenda. Note-se o detalhe que deveria incomodar quem defende a instituição: mesmo as manifestações de socorro vieram em tom de acusação, não de afirmação. O "vexame e tropa de choque tomam conta do Supremo", o "dia deplorável" de Marina Silva, o pedido de desculpas aos brasileiros de Cármen Lúcia, o "a 15 dias de uma eleição, o tribunal se expor a isso?" de Flávio Dino — tudo isso é censura ao espetáculo, não apelo ao bem comum, à lei impessoal ou ao decoro da coisa pública. Quem queria defender o tribunal acabou falando a língua dos que o atacam, e a única diferença ficou sendo o alvo. Cada vício acionado é, no avesso, um valor republicano exigido — a trapaça pressupõe a impessoalidade da lei que se quer, a degradação pressupõe a separação entre o público e o privado que se invoca, a subversão pressupõe a autoridade legítima que se reclama. Mas exigência e afirmação não são a mesma coisa, e o gráfico mostra que a crise está sendo processada apenas como acusação.

Para a saúde da democracia, o achado é duro e é específico. Um debate sobre a própria instituição que sustenta o Estado de Direito correndo 94,4% no registro da violação moral significa que o repertório disponível para justificar as instituições está quase esgotado justamente no momento em que ele mais faria falta. A assimetria produz um público que aprendeu a acusar e não aprendeu a reparar; e um repertório de acusação converte-se em demanda por punição, não em demanda por reforma institucional. Junte-se a isso o calendário: a duas semanas da eleição, essa é a moeda mais barata da pré-campanha, e ninguém que queira atenção pública tem incentivo para gastar em lealdade institucional aquilo que a audiência paga em dobro pela denúncia. Quando a própria instituição em crise não consegue mobilizar, nem entre os seus, a moral que a justificaria, o que se deteriora não é a imagem de um ministro: é o vocabulário com que uma democracia se defende.

Os valores de Schwartz, o modelo que organiza as orientações de valor em dois eixos — conservação contra abertura à mudança, autotranscendência contra autopromoção —, medem o que o discurso trata como bem desejável, e aqui a conservação responde por 54,5%, mais que o dobro da autotranscendência (23,9%), enquanto a abertura à mudança fica em 5%. O eixo da autoproteção, conservação e autopromoção somadas, alcança 71,1%. Numa crise que forçou plenário extraordinário e colocou em pauta o afastamento de um ministro, engaja-se a gramática da preservação, não a da transformação: nenhuma proposta de reforma do Supremo converteu-se em exposição. A confiança que se apoia na estabilidade e não na lei impessoal se desfaz no dia em que a estabilidade falhar.



Os valores de Schwartz, o modelo que organiza as orientações de valor em dois eixos — conservação contra abertura à mudança, autotranscendência contra autopromoção —, medem o que o discurso trata como bem desejável, e neste gráfico a medida é a exposição: o peso de cada orientação no engajamento do recorte, entre a sessão extraordinária de terça e a repercussão do dia seguinte. O resultado é quase monotemático. Conservação — segurança, conformidade e tradição, o apego à ordem estabelecida — responde por 54,5% da exposição, mais que o dobro da autotranscendência, os valores de universalismo e benevolência, que ficam em 23,9%, e mais que a soma dela com a autopromoção, os valores de poder e realização pessoal, que marcam 16,6%. Abertura à mudança, a família da autonomia, da iniciativa e da reforma, aparece em 5% — uma fatia em cada vinte, onze vezes menor que a conservação. Numa crise que forçou plenário extraordinário, que colocou em votação o afastamento de um ministro e que fez a imprensa internacional falar em crise sem precedentes, o que engaja é a gramática da preservação, não a da transformação.

Vale dizer o que essa conservação significa no caso concreto, porque ela abriga os dois lados da refrega. De um lado, é Fachin abrindo a sessão com "não se julgam pessoas, julgam-se fatos", é o pedido de desculpas de Cármen Lúcia aos brasileiros, é o argumento de que o tribunal não pode se expor a quinze dias da eleição — tudo isso é a instituição tratada como patrimônio que se conserva. De outro, é a exigência de restabelecer a ordem contra a própria Corte, a acusação de que ministros estão "enrolados", a cobrança de compostura e respeito no plenário. Segurança, tradição e conformidade cabem nos dois campos: quem defende a integridade do Supremo e quem pede o afastamento e responsabiliza Moraes invocam a mesma família de valores — a ordem. Por isso a conservação sozinha supera o universalismo e o poder somados, e é por isso que a leitura apressada de que a maioria saiu em defesa da Corte precisa de freio: o que o engajamento premia não é a instituição como princípio, é a instituição como estabilidade. Autopromoção, com 16,6%, é o vocabulário do interesse — e tem endereço: os R\$ 33 milhões que a auditoria do BRB atribui ao escritório de uma ex-diretora do IDP, o contrato da mulher de um ministro com o Banco Master, o "canal direto com o STF". Autotranscendência, com 23,9%, é a face oposta: a apelação ao justo, à confiança que o cidadão deposita nas instituições, ao "dia deplorável" e ao tribunal que se desgasta sem motivo. Lidos como eixos, os números dizem ainda mais: o lado que Schwartz associa à autoproteção diante da incerteza — conservação e autopromoção somadas — concentra 71,1% da exposição, contra 28,9% do eixo do crescimento.

Do plenário de terça ao dia seguinte, com o desabafo de Cármen Lúcia e a repercussão internacional, a composição não se moveu de eixo: a crise foi consumida como espetáculo de preservação, e o que viralizou — as frases de efeito, os memes do "Xandão" na briga dos ministros, o vexame e a tropa de choque tomando conta do Supremo — vive exatamente da conservação em seu polo mais ansioso. É aí que este gráfico responde à pergunta do painel, e a resposta é ambígua, como toda resposta honesta sobre saúde institucional. Sinal de resiliência: entre os que se engajam, a ordem e a integridade da Corte seguem sendo valores caros, e o polo que simplesmente destrói não é o mais recompensado. Sinal de erosão: uma democracia que se defende por segurança, conformidade e medo de perder é uma democracia defendida por motivos frágeis, porque a confiança que se apoia na estabilidade e não na lei impessoal se desfaz no dia em que a estabilidade falhar. Os valores republicanos que ancorariam essa confiança em bases sólidas — a impessoalidade da lei, a separação entre o público e o privado, a transparência, o combate ao uso privado do cargo, o bem comum acima do cálculo eleitoral — comparecem, mas nos polos menores. O país assistiu à pior sessão da história recente do Supremo e engajou-se para conservar o tribunal, não para reformá-lo — o que preserva a instituição no curto prazo e adia, no médio, o debate de que a confiança democrática verdadeiramente depende.

Na cognição cultural de Kahan, que lê a visão de mundo do texto no cruzamento entre hierarquia e igualdade e entre individualismo e comunitarismo, quase tudo fica fora dos quadrantes: onde há visão de mundo, cerca de dois terços se organizam no quadrante hierárquico-individualista, contra menos de um terço no igualitário-comunitarista. A leitura mais estruturada da crise não é a de um sistema apodrecido, e sim a de uma ordem quebrada por pessoas — cada um respondendo por si diante do lugar que ocupa. É o enredo da lista de "enrolados", do contrato, do celular apreendido; não há diagnóstico institucional, há acerto de contas nominal. A desconfiança encontrou uma visão de mundo para se organizar; a confiança, ainda não.



O quadrante de Kahan — a cognição cultural que cruza dois eixos, hierarquia contra igualdade e individualismo contra comunitarismo, para dizer qual ordem social o texto pressupõe — devolve, neste recorte, um resultado que começa por um quase silêncio: 98,3% do engajamento mobilizado pelas publicações que citam os ministros do Supremo e o vocabulário da crise não se articula em nenhuma das quatro visões de mundo. A massa esmagadora do que se disse sobre Fachin, Moraes, Mendonça, Dino, Gilmar e os demais não presume uma ordem social alternativa; narra o episódio. O que sobra é que dá o recado, e o dá com clareza incômoda: entre o 1,7% que se deixa ler pelos eixos, o quadrante hierárquico-individualista responde por 63,8% do engajamento, quase 2,2 vezes os 28,7% do igualitário-comunitarista. Os dois quadrantes de tensão interna — o hierárquico-comunitarista e o igualitário-individualista — somam 7,2% do que se deixa ler. Somados os eixos, a hierarquia responde por 68,4% e a igualdade por 31,3%; o individualismo, por 66,5%, contra 33,3% do comunitarismo. Ou por outra: onde há visão de mundo, ela é hierárquica e individualista, e é essa a única gramática consistente que a ofensiva contra o tribunal consegue produzir.

Traduzido para o caso em disputa, isso significa que a leitura mais estruturada da crise não é a de um sistema apodrecido, e sim a de uma ordem quebrada por pessoas — o que é a marca do quadrante hierárquico-individualista, no qual cada um deve responder por si diante da posição que ocupa. É a matéria-prima do que rodou: o celular de Daniel Vorcaro, as mensagens que envolvem Nunes Marques, Gilmar e Fux, o "canal direto com o STF", os repasses do Banco Master ao escritório de uma ex-diretora do IDP, as contas do ministro questionadas e a suspeita de venda de sentenças. A lista que circulou nas redes

— "o xandão tá enrolado, o andré mendonça tá enrolado, o toffoli tá enrolado, o kassio nunes tá enrolado" — é o retrato exato dessa gramática: não há diagnóstico institucional, há uma relação nominal de indivíduos; não há projeto de reforma, há acerto de contas. Culpa individualizada, transação privada exposta, hierarquia que perdeu o decoro: é por aí que a exigência de afastamento de Moraes ganha motor. Do outro lado, a defesa do tribunal fala a língua do igualitário-comunitarista, e fala bem menos: é o quadrante em que a instituição é tratada como o abrigo coletivo contra o arbítrio, a comunidade que se protege dos que tentaram o golpe. Está em Fachin — "não se julgam pessoas, julgam-se fatos" —, em Dino perguntando se o tribunal deve se expor a isso a quinze dias da eleição, em Carmen Lúcia lembrando que a democracia vive da confiança que o cidadão tem nas suas instituições. Só que ela é um terço do que se deixa ler por uma visão de mundo, e a existência do resto — os 98,3% que não dizem nada sobre ordem social — indica que a defesa da Corte, quando aparece, aparece como apelo ao fato e à prova, não como visão de mundo.

E é aí que este gráfico toca a pergunta central do painel. A saúde de uma democracia aparece menos no que se diz da instituição do que na coerência do que sustenta o que se diz dela, e o quadro mostra um desequilíbrio de combustível: o pedido de afastamento de Moraes e a responsabilização da Corte dispõem de uma visão de mundo articulada, hierárquica e individualista, que dá às suspeitas do caso Master um enredo pronto — a autoridade que traiu o lugar, o particular que se serviu do público; a defesa do tribunal, não. O individualismo dominante é ambivalente e por isso importa tanto: se a culpa é de pessoas e não do desenho institucional, a Corte pode sobreviver aos seus membros; mas o mesmo raciocínio pode concluir que a casa inteira é um antro, e aí a preservação se converte em demolição. Sobre os valores republicanos, o que os números sugerem é que dois deles estão no centro da disputa sem que ninguém os nomeie: a impessoalidade da lei e a separação entre o público e o privado — acusados pelos que querem o afastamento, invocados pelos que defendem a integridade da Corte. A confiança institucional, portanto, não sai deste recorte como uma crise de fé generalizada; sai como uma crise em que a desconfiança encontrou uma visão de mundo para se organizar, e a confiança, ainda não.

PAPÉIS E ATRIBUTOS: METADE DO DEBATE ACUSA, QUASE NINGUÉM REPARA

O MAPAM, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que registra o papel que o autor atribui a quem cita — vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade ou estrutura que reproduz o dano —, entrega o retrato mais cru do painel: metade da exposição, 50,4%, põe alguém como agressor, e um terço, 33,6%, como vítima. Somados, os dois papéis concentram quase 84% de tudo o que circulou. O protetor responde por 11,3%, o reparador por 2,8%, a comunidade por 1,6% e a estrutura por 0,2%. Reparação, comunidade e estrutura juntas não alcançam 5%. A indignação nacional com o Supremo é um espetáculo de pessoas acusando pessoas, e o custo republicano disso é direto: onde a atribuição de dano domina e a de reparação desaparece, a confiança institucional não se reconstrói, é substituída por torcida.

17 · Papéis actancial-morais (MAPAM): pessoas em cada papel

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTECTOR	REPARADOR	VÍTIMA
Alexandre de Moraes	79%		0.3%		21%

Andre Mendonca	33%	2.1%	0.5%	64%
Gilmar Mendes	94%	2.1%		4.0%
Moraes	96%			4.3%
Flavio Dino	44%	45%	5.4%	5.2%
Fachin	6.6%	91%		2.3%
Flavio Bolsonaro	95%	4.7%		
Carmen Lucia	23%	76%		1.5%
Brasil		1.0%		99%
Edson Fachin	99%	1.4%		

O que a cena do Supremo produziu, em gramática moral, foi um duelo de acusações, e é isso que este gráfico mede. O MAPAM, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, registra o papel que o autor do texto atribui a quem cita: quem sofreu o dano, quem o causou, quem deveria proteger, quem deve reparar, quem é afetado coletivamente e que estrutura reproduz o problema. A medida é exposição, e o retrato é escancarado: metade do engajamento, 50,4%, põe alguém na posição de agressor, e um terço, 33,6%, na de vítima. Somados, os dois papéis concentram quase 84% de tudo o que circulou — três atribuições de agressão para cada duas de vitimização. O protetor responde por 11,3%, pouco mais de um em cada nove pontos de engajamento; o reparador, aquele a quem se atribui a tarefa de consertar o dano, não chega a 3%; a comunidade, o coletivo afetado, fica em 1,6%; e a estrutura, o arranjo que produz o dano, responde por 0,2%. Reparação, comunidade e estrutura juntas não alcançam 5%.

Isso descreve com precisão cirúrgica o que se viu no plenário e fora dele. Alexandre de Moraes diz que André Mendonça cobrou sua inclusão numa delação porque está a serviço de um grupo político que tentou dar um golpe; Mendonça expõe o contrato entre o escritório da esposa de um ministro e o Banco Master; Gilmar Mendes sentencia que até a máfia tem ética; Flávio Dino fala do momento mais corrupto da história do Judiciário; Edson Fachin oferece o somos seres humanos, podemos errar; Cármen Lúcia pede desculpas aos brasileiros. Cada uma dessas falas faz duas coisas ao mesmo tempo: nomeia um agressor e constitui uma vítima. É por isso que agressor e vítima, papéis que na prática são o mesmo movimento em espelho, somam 84%: quem fala distribui culpa e sofrimento na mesma operação, e a exposição vai inteira para esse cabo de guerra.

A consequência para a saúde da democracia está no que falta. Uma crise sem precedentes, que forçou plenário extraordinário e colocou em pauta o afastamento de um ministro, deveria produzir debate sobre regras: relatoria, foro, distribuição de processos, limites do plenário, o desenho do tribunal. Não produziu. A estrutura responde por 0,2% do engajamento e o reparador por menos de 3% — ninguém está oferecendo saída, e quando ela aparece é pessoal e binária: afastar ou não afastar. Onde a atribuição de dano domina e a de reparação desaparece, a confiança institucional não se reconstrói: é substituída por torcida. Julga-se a pessoa, não o fato — e quando o fato é a própria higidez da Corte, julgá-la pelo caráter dos seus ministros é o atalho mais curto para a desconfiança generalizada.

Há um sinal de resiliência nos 11,3% que põem alguém como protetor: é ali que se abrigam Fachin e Cármen Lúcia costurando a trégua, as associações de magistrados, a Ordem dos Advogados do Brasil, os que invocam a integridade da Corte. É pouco mais de um décimo da exposição, e é o único papel virtuoso com peso real. O problema é aritmético e político: enquanto a acusação e a vitimização mobilizarem quase seis em cada sete pontos de engajamento, a defesa da instituição envelhece em silêncio e a reparação e a discussão do arranjo institucional ficam sem público. Numa pré-campanha presidencial, esse desequilíbrio ensina o eleitor a olhar para o Supremo como arena de personalidades, não como poder da República — e é sobre esse aprendizado que a crise será julgada nas urnas.

O mesmo vale quando o objeto é a instituição: o Supremo oscila entre estrutura que reproduz o dano, na imagem da tropa de choque, e protetor em dificuldade, no desabafo de Cármen Lúcia sobre a confiança do cidadão, enquanto a Polícia Federal aparece como o motor da crise, não como sua testemunha. Metade do engajamento recai sobre os dois órgãos que apuram e julgam. Há resiliência nisso — a moeda do debate é a prova e a prestação de contas, e a Corte não foi esvaziada pela desconfiança, foi disputada —, mas há erosão no mesmo movimento: o Senado, que decidiria o afastamento, comparece como vestígio.

Papéis actancial-morais (MAPAM)

Quem o texto põe como vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade ou estrutura — e quais entidades ocupam cada papel.
Engajamento (interações) · agregado · % · 2 filtro(s)

carregando...

18 · Papéis actancial-morais (MAPAM): instituições em cada papel

Quando o objeto dos papéis actanciais é a instituição, e não a pessoa, o quadro muda de endereço sem mudar de gramática. O Supremo Tribunal Federal oscila entre dois lugares: aparece como estrutura que reproduz o dano e como protetor da ordem constitucional, e essa alternância é o retrato de uma Corte que, no mesmo movimento, é acusada de apodrecer e convocada a salvar o país. A Polícia Federal carrega peso expressivo como agressor e como protetor — o órgão que produz o relatório, a auditoria do BRB e o material do celular de Vorcaro é, para uns, o instrumento da verdade e, para outros, o braço de uma articulação. É a mesma corporação servindo de arma retórica aos dois lados, o que diz menos sobre a instituição do que sobre a disposição do debate em transformar qualquer órgão em personagem.

O dado que desorganiza a hierarquia esperada é a ausência do Senado Federal. Numa crise cujo desfecho institucional passa necessariamente por ali — o pedido de afastamento, a CPI, a ameaça de impeachment de ministros, a costura de Davi Alcolumbre —, a casa que decidiria o destino de um ministro quase não aparece no papel de protetor nem de reparador. A mediação da crise, portanto, não está sendo narrada como mediação: o Senado é citado como cenário e como ameaça, não como o ator que poderia dar à crise uma saída com regra, prazo e voto. Uma crise constitucional sem mediador visível é uma crise que se resolve por pressão de rua ou por desgaste de imagem, não por desenho institucional.

Para a saúde da democracia, isso significa que a única instância capaz de converter a indignação em procedimento está fora do enquadramento dominante. Onde o Senado não é visto como protetor nem como reparador, a confiança institucional perde o seu último endereço formal: sobra o tribunal julgando a si mesmo e a opinião pública julgando o tribunal. A resiliência, se existe, está na fatia que ainda atribui ao Supremo o papel de protetor — a Corte como guardiã da ordem, e não como ré. A erosão está na facilidade com que a mesma instituição é posta como estrutura do dano. E o custo republicano é direto: sem mediação visível, a impessoalidade da lei e a separação entre o público e o privado deixam de ser critérios de julgamento e passam a ser troféus de quem grita mais alto.

No CCFE, o modelo de Confiança, Coragem, Força e Esperança, que atribui de menos três a mais três a cada eixo do ator avaliado e só produz esperança quando os três são positivos, quase nove em cada dez interações não atribuem ao tribunal juízo algum: 87,3% caem no estado neutro-informativo. Onde há veredito, ele é mais generoso do que a gritaria sugere — a esperança lidera os estados atribuídos, com 5,1%, seguida da simpatia, com 4,6%, e do medo, com 2,9% —, e entre quem efetivamente julga a esperança responde por 40% do engajamento avaliado, contra 23% do medo. A erosão não aparece na conta: aparece no silêncio. Quando a corte é o assunto e a avaliação de sua autoridade fica na margem, o que sobra em disputa não é a sua capacidade — é o seu poder.

Modelo CCFE (confiança + coragem + força = esperança)

O que o texto atribui ao ator avaliado, de -3 a +3 em cada eixo; a esperança emerge quando os três são positivos.
representação nativa · 2 filtro(s)

carregando...

Do total de interações que cercam o Supremo e seus ministros nos três dias da sessão extraordinária, quase nove em cada dez não atribuem ao tribunal juízo algum de confiança, coragem ou força: 87,3% do engajamento cai no estado neutro-informativo, contra 12,7% que se dividem entre esperança, simpatia, medo e uma frustração residual. O CCFE, o modelo Confiança, Coragem e Força e Esperança, mede de -3 a +3 o que o texto atribui a um ator avaliado, e a esperança só emerge quando os três eixos são positivos ao mesmo tempo. O que se vê aqui é que a crise está sendo consumida como crônica, não como avaliação da capacidade da instituição: fala-se muito do tribunal, pesa-se pouco o tribunal.

Onde há veredito, ele é mais generoso do que a gritaria sugere. A esperança lidera os estados atribuídos, com 5,1% do total, seguida da simpatia, com 4,6%, e do medo, com 2,9%; a frustração é um resíduo. Traduzido para o universo de quem efetivamente julga, a esperança responde por 40% do engajamento avaliado, a simpatia por 36% e o medo por 23% — as atribuições favoráveis somadas são mais de três vezes as desfavoráveis. Quem investe esperança ou simpatia no tribunal tem por lastro o rosto de Fachin dizendo que somos seres humanos, podemos errar, a ministra que afirma que a democracia vive da confiança que o cidadão tem nas suas instituições, o ministro que se diz com responsabilidade com esse país a quinze dias da eleição. O medo, menor, tem endereços precisos: o contrato milionário do escritório da mulher de um ministro com o banco que virou escândalo, a ameaça de sanções estrangeiras contra a Corte, o pedido de afastamento e a sombra do impeachment.

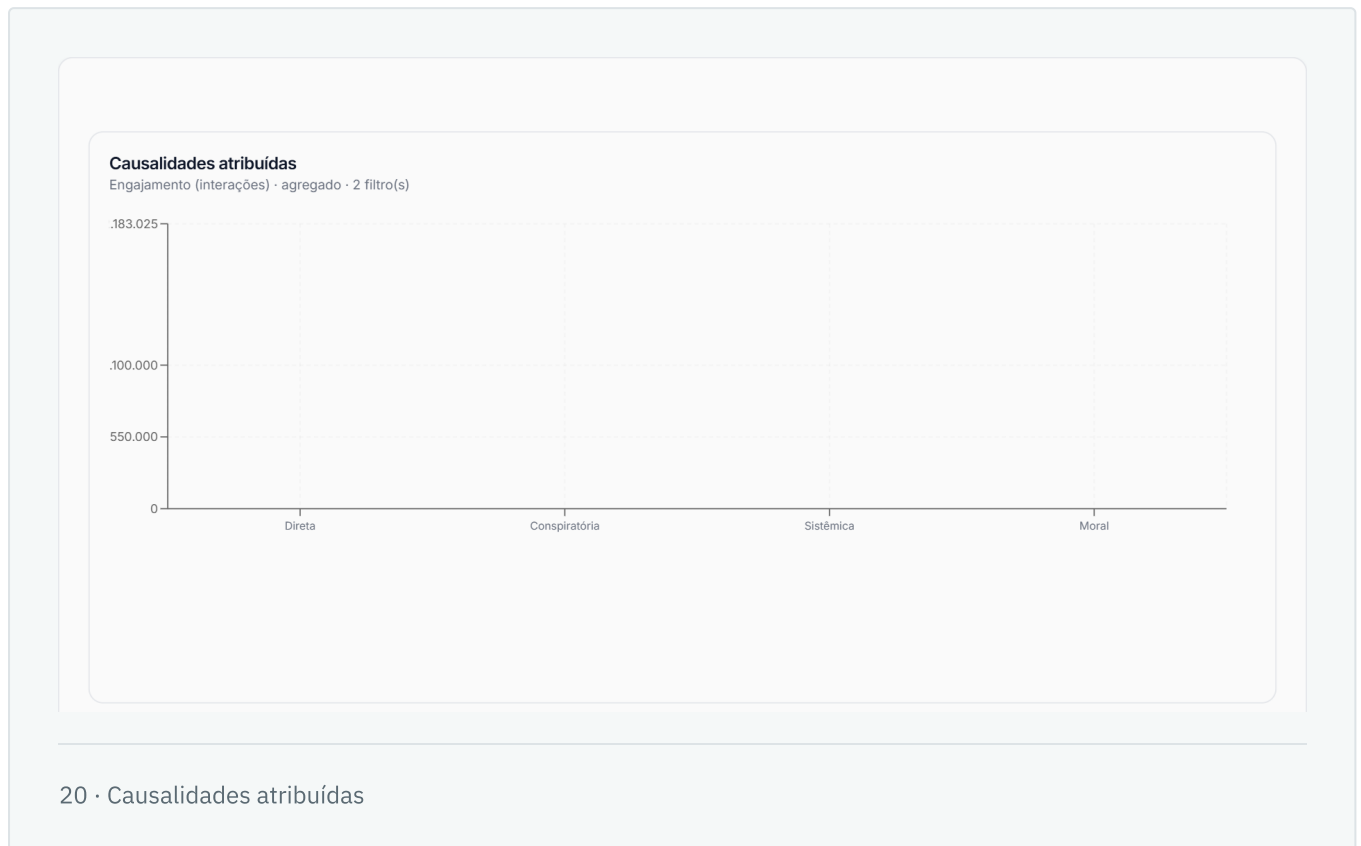
Há, no entanto, uma assimetria que incomoda mais do que a hierarquia dos estados. O enquadramento dominante é episódico — o dia, o embate, a frase de efeito —, e não temático: discute-se o episódio, não a saúde da instituição. É sintomático que o próprio presidente do Supremo tenha aberto o plenário para dizer que não se julgam pessoas, julgam-se fatos, enquanto o decano soltava que até a máfia tem ética e um ministro classificava a sessão como o momento mais corrupto da história do Judiciário. Nesse ambiente, os dois valores republicanos que a crise expõe — a impessoalidade da lei e a separação entre o público e o privado — aparecem exatamente onde a esperança não alcança: a acusação cruzada de viés político-eleitoral contesta a imparcialidade do julgador, e o contrato da família de um ministro com o banqueiro atinge a fronteira entre o interesse privado e a coisa pública.

O que este gráfico diz sobre a saúde da democracia é menos apocalíptico e mais incômodo do que a manchete de crise sem precedentes faz supor, e também menos tranquilizador. A erosão não aparece na conta: o medo é minoritário e a frustração é inexistente; há reserva de esperança no debate, e essa reserva é a melhor notícia institucional do recorte. O problema é o silêncio — o tribunal que se torna personagem de três dias de exposição sem que a imensa maioria dos textos lhe atribua confiança, coragem ou força alguma. Uma instituição discutida como quem narra um torneio pode até sair ilesa na estatística do dia; mas a legitimidade de um Supremo se sustenta justamente naquilo que o debate se recusa a pesar. Quando a corte é o assunto e a avaliação de sua autoridade fica na margem, o que sobra em disputa não é a sua capacidade — é o seu poder.

A CAUSA É SEMPRE UM NOME, NUNCA UMA REGRA

A causalidade atribuída fecha o cerco sobre a personalização: 83,8% do engajamento imputam o problema a um agente nomeado e imediato, 8,5% a uma articulação oculta, 4,3% ao desenho das regras e 3,4% a uma falha de conduta. A imputação a pessoas é quase dez vezes a leitura conspiratória e quase vinte vezes a imputação à arquitetura institucional. Quase ninguém está discutindo o que tornou a crise possível: o

relator que investiga os próprios pares, a autonomia que se volta para dentro, o arranjo que permitiu a um ministro julgar as acusações que outro lhe faz. Quando Fachin crava que "não se julgam pessoas, julgam-se fatos", a Corte tenta exatamente o movimento que o engajamento não acompanha.



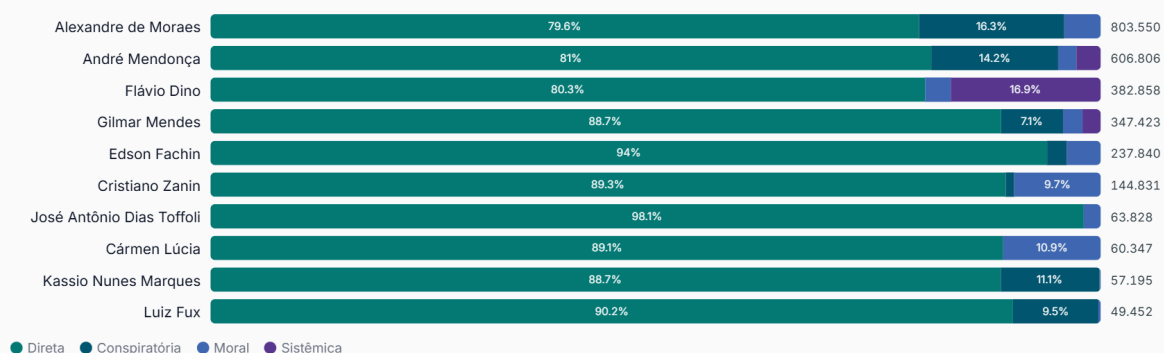
A causalidade mede a quem, ou ao que, o texto atribui a causa do problema, e neste recorte o debate personaliza a culpa até a medula. Das interações somadas pelas quatro leituras, 83,8% foram para a causalidade direta, aquela em que a causa é uma pessoa nomeada; 8,5% para a conspiratória, a que enxerga uma articulação oculta operando nos bastidores; 4,3% para a sistêmica, a que atribui o problema ao desenho das regras e das instituições; e 3,4% para a moral, a que responsabiliza a falha de conduta de alguém. Em razões: a imputação a pessoas nomeadas é quase dez vezes maior que a leitura de conspiração e quase vinte vezes maior que a imputação à arquitetura institucional. Sistêmica e moral juntas não alcançam a conspiratória sozinha.

O caso concreto confirma cada decimal. A energia do debate foi gasta nomeando: Moraes acusando Mendonça de agir a serviço de um grupo político que tentou dar um golpe, Gilmar Mendes sentenciando que até a máfia tem ética, Mendonça expondo o contrato do escritório da esposa de um colega com o Banco Master, Dino falando do momento mais corrupto da história do Judiciário. Fora do plenário, o mesmo padrão: a lista que viralizou — o xandão tá enrolado, o andré mendonça tá enrolado, o toffoli tá enrolado —, o canal direto com o STF pelos R\$ 33 milhões do BRB, a acusação a Zanin de proteger Moraes. Em todos os casos, citar um ministro é imputar-lhe a causa: a menção vira responsabilidade, e a imputação é sempre ao corpo de um homem, nunca à regra que o pôs ali.

O déficit está exatamente aí. O contraste entre os 83,8% da culpa direta e os 4,3% da leitura sistêmica diz que quase ninguém está discutindo o que tornou a crise possível: o relator que investiga os próprios pares, a autonomia que se volta para dentro, a arquitetura que permitiu a um ministro julgar as acusações que outro ministro lhe faz. Quando Fachin crava que não se julgam pessoas, julgam-se fatos, a Corte tenta exatamente o movimento que o engajamento não acompanha. Uma crise resolvida como queda ou sobrevivência de um ministro, e não como reforma do desenho, deixa intacta a causa que a produziu e transfere o custo da confiança para a próxima crise.

Deve-se admitir o óbvio: onde o debate escapa da culpa nominal, ele não sobe para a estrutura, desce para a conspiração. Os 8,5% da causalidade conspiratória — mais que o dobro da sistêmica — são a fatia mais corrosiva do quadro, porque é essa leitura que apresenta o tribunal como cartel: o vazador-geral da República, o procurador-geral que fuma charuto e toma whiskey Macallan com o banqueiro, as contas que se acertam por baixo. É a matéria-prima da polarização institucional e da desconfiança difusa, e não por acaso rende exposição. Já a causalidade moral, com 3,4%, revela o paradoxo mais fino: o vocabulário do recorte é moralmente saturado — corrupção, desprezo, indignação, o enrolado que atravessa os posts mais rodados —, mas essa moral não se converte em leitura moral da crise; é absorvida pela imputação direta, aplicada à conduta de pessoas e não a um sistema de incentivos. Moralismo sem diagnóstico estrutural é combustível de linchamento, não de reforma. A duas semanas da eleição, a culpa direta é a moeda mais barata da pré-campanha, converte-se de imediato em nome, alvo e palanque, e é justamente por isso que seca a leitura sistêmica — enquanto prestação de contas, impessoalidade da lei e separação entre o público e o privado aparecem no debate apenas como matéria-prima da acusação, jamais como exigência de desenho institucional.

O corte por pessoa citada confirma a gramática e revela suas exceções. Em todas as barras, a causa direta responde por algo entre 79,7% e 98,1% da exposição. Moraes e Mendonça concentram 51% do recorte, e em ambos a composição é a mesma: causa direta na casa dos quatro quintos. Fachin carrega a mais monolítica das barras, 94% de causa direta — ironia fina de um recorte em que o único que pede para julgar fatos é tratado exatamente como pessoa. A causa conspiratória concentra-se onde a crise arde: 16,3% da barra de Moraes e 14,2% da de Mendonça, contra 2,2% de Fachin. E a causa sistêmica tem um único endereço relevante: 16,9% da barra de Flávio Dino. Em Moraes, a causa sistêmica é rigorosamente nula. Uma crise que só fala em causa pessoal produz solução pessoal — afastamento, impeachment, troca de relator —, nunca reforma.



21 · A quem se atribui a causa: pessoas citadas × causalidade

■ Direta ■ Conspiratória ■ Moral ■ Sistêmica

O que este cruzamento mede é a imputação: para cada ministro citado, a que causa os textos que o mencionam atribuem o problema — se a um ato concreto do próprio agente, a uma articulação oculta, a um arranjo estrutural do tribunal ou ao caráter do nomeado. E o primeiro dado a cravar é que a gramática causal do debate é esmagadoramente pessoal: em todas as barras a causa direta responde por algo entre 79,7% e 98,1% da exposição, o que quer dizer que, quando o público engaja num post sobre a crise, ele engaja num texto que aponta o dedo para alguém com nome, rosto e toga. Os dois protagonistas do choque absorvem mais da metade das interações do recorte — Alexandre de Moraes e André Mendonça concentram 51% —, e em ambos a composição é a mesma: causa direta na casa dos quatro quintos, respectivamente 79,7% e 81% de suas barras. A briga entre os dois não é lida como disfunção do colegiado, é lida como conduta de dois homens. Edson Fachin, o presidente que tentou costurar a trégua e disse em plenário que não se julgam pessoas, julgam-se fatos, carrega a mais monolítica das barras — 94% de causa direta —, ironia fina de um recorte em que o único que pede para julgar fatos é tratado exatamente como pessoa.

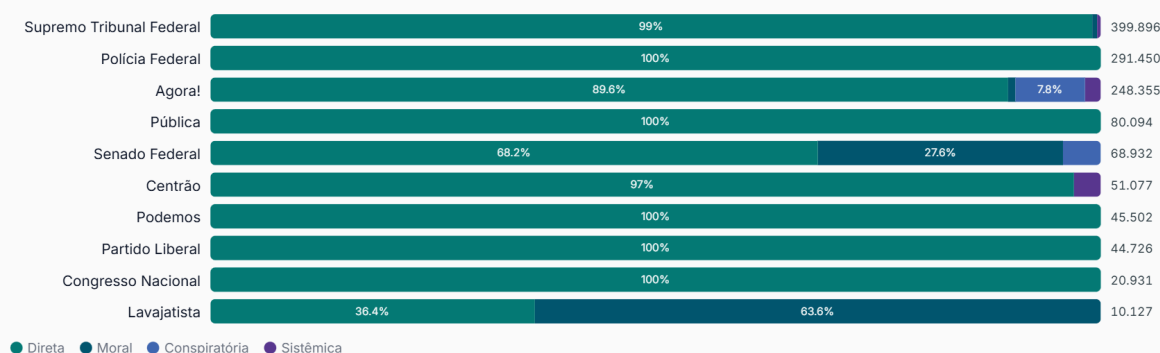
As exceções são o sal da leitura. A causa conspiratória, aquela que remete a um conluio oculto, é a segunda língua do debate e se concentra precisamente onde a crise arde: 16,3% da barra de Moraes e 14,2% da de Mendonça, contra 2,2% de Fachin e praticamente nada em Toffoli, que aparece com 98,1% de causa direta. A disputa entre os dois já vem embrulhada em suspeita de articulação — de um lado o canal direto com o STF e as mensagens com Vorcaro, de outro a acusação de atuar a serviço de quem tentou o golpe; a conspiração é o combustível que transforma divergência jurídica em intriga. A causa sistêmica, a única que apontaria para o desenho da Corte — critérios de indicação, relatoria, transparência, o modo de decidir —, é quase inexistente no conjunto e tem um único endereço relevante: 16,9% da barra de Flávio Dino, o ministro que pautou a sessão e disse que o tribunal vive o momento mais corrupto da história do Judiciário. Não é acaso: quem é citado ao lado de Dino é citado dentro de uma fala sobre a instituição, não sobre o homem. Em Moraes, a causa sistêmica é rigorosamente nula, e residual em todos os demais; a causa moral — a que julga o caráter — é a mais rara de todas, mas aparece proporcionalmente

onde a virtude institucional foi invocada: 10,9% da barra de Cármen Lúcia, a que pediu desculpas aos brasileiros e falou da confiança do cidadão nas instituições, e 9,7% da de Cristiano Zanin, citado pela dívida com Lula.

A consequência para a saúde institucional é direta e desconfortável. Uma crise que só fala em causa pessoal produz solução pessoal: afastamento, impeachment, cassação de aposentadoria, troca de relator — nunca reforma. A resposta que o debate oferece à pergunta sobre a qualidade da democracia é a de que a confiança no Supremo, hoje, não é confiança na Corte como órgão impessoal, e sim aposta em reputações individuais, que sobem e caem ao sabor do noticiário. É a impessoalidade da lei, valor republicano por excelência, que se dissolve quando a causalidade vira biografia: se o problema é o homem, a instituição fica intacta na aparência e oca no fundamento, e cada novo ocupante recomeça a crise do zero. Um tribunal que não é julgado por seus critérios nem por seus valores, mas pelas condutas de quem o habita, é uma instituição cuja legitimidade passa a depender de quem está sentado na cadeira. O único alívio relativo é o de Dino — se um sexto do que se publica sobre ele já discute o tribunal como estrutura, existe uma fatia do público disposta a deslocar a pergunta da pessoa para o desenho. É pouco, mas é o único vetor de resistência que este gráfico oferece.

E é aqui que a crise se casa com a pré-campanha. A duas semanas da eleição, o que o debate consome não é proposta, é culpado: mais de dois milhões e setecentas mil interações em textos que citam os ministros, e quatro quintos delas debitando a causa a um nome. A eleição entra nesse teatro pela porta dos fundos — o candidato que pedir o afastamento fala de uma pessoa, o que defender a Corte fala de uma pessoa, e nenhum dos dois precisa responder sobre o que fará com o tribunal que herdará. A crise não corrói a democracia apenas pelo espetáculo; corrói porque ensina o eleitor a diagnosticar instituições como se elas fossem pessoas, e a esperar, delas, arrependimento em vez de regra.

Quando a base é a instituição citada, o miolo das barras repete o vício: o Supremo tem 99% de sua barra em causalidade direta, a Polícia Federal 100%, o Congresso Nacional 100%, o Centrão 97%. A exceção que merece lupa é o Senado Federal, a única instituição com peso em que uma fatia substancial do engajamento aciona a causalidade moral — 27,6%, contra 68,2% de direta. É no Senado que a crise deixa de ser "quem fez" e passa a ser "quem se dá o respeito", e o vocabulário que acompanha o pedido de afastamento e a ameaça de impeachment é de decoro, não de prova. A confiança difusa na instituição, aquela que não depende de quem a ocupa, é justamente o que uma barra de 99% em causalidade direta corrói.



22 · A quem se atribui a causa: instituições citadas × causalidade

■ Direta ■ Moral ■ Conspiratória ■ Sistêmica

A pergunta que este gráfico responde é simples e devastadora: quando o debate cita uma instituição, de quem ele diz que veio o problema? A instituição citada é a base, e a causa que o autor lhe atribui é a composição de cada barra, medida por exposição. Quatro tipos de imputação aparecem: a causalidade direta, em que o texto aponta um agente nomeado e imediato como origem do problema; a moral, em que a origem é uma falha de conduta ou de decoro; a sistêmica, em que a culpa é do arranjo institucional; e a conspiratória, em que a origem é uma articulação oculta. O Supremo Tribunal Federal responde por 29,8% de todo o engajamento do recorte, a Polícia Federal por 21,9% e o Agora! por 16,8%; juntos, esses três alvos concentram pouco mais de dois terços da exposição, e os cinco primeiros nomes da lista chegam a 78,2%. Mas o dado que interessa não é o tamanho de cada barra: é o seu miolo. O Supremo tem 99% de sua barra em causalidade direta; a Polícia Federal, 100%; Pública, 100%; Podemos, 100%; o Partido Liberal, 100%; o Congresso Nacional, 100%; o Centrão, 97%; o Agora!, 89,7%. Mais de nove em cada dez unidades de engajamento imputam a causa a um agente nomeado, identificável, responsabilizável. A causalidade sistêmica não chega a 1% do total; a moral fica em torno de 2%; a conspiratória, em cerca de 1,8%.

Vale dizer o que essa composição revela no caso concreto: a crise está sendo digerida como disputa entre pessoas, não entre desenhos institucionais. É o xandão tá enrolado, o André Mendonça tá enrolado, o Toffoli tá enrolado que circularam em série; é o ministro que ficou de pé sozinho no plenário para expor o contrato da esposa de um colega; são os R\$ 33 milhões do canal direto com o STF debitados a um escritório e a uma ex-diretora. Nesse registro, o Supremo não aparece como instituição que falhou em seus ritos, mas como soma de ocupantes sob suspeita — o alvo mais exposto do país vira um nome, depois outro, depois outro. E o segundo maior alvo de imputação causal é a Polícia Federal, com 100% de sua barra em causalidade direta: o órgão que produziu o relatório, a auditoria do BRB e o material do celular de Vercaro é tratado como o motor da crise, não como sua testemunha. Metade do engajamento do recorte recai precisamente sobre os dois órgãos que apuram e julgam — a Corte e a corporação que lhe entrega a prova. Há uma exceção que merece ser lida com lupa: o Senado Federal. É a única instituição com peso em que uma fatia substancial do engajamento aciona a causalidade moral — 27,6%, contra 68,2% de direta.

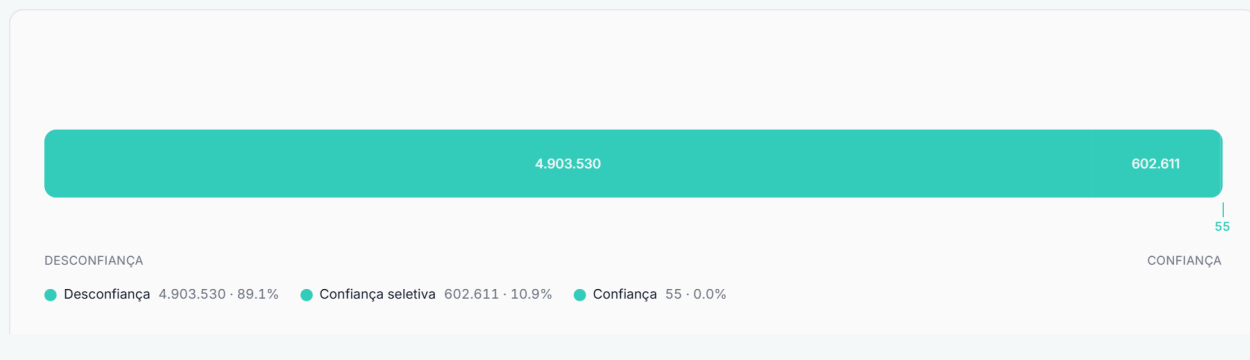
Não é acaso. É no Senado que a crise deixa de ser quem fez e passa a ser quem se dá o respeito: ali moram o pedido de afastamento, a CPI e a ameaça de impeachment, e o vocabulário que os acompanha é de decoro, não de prova.

Leia-se isso à luz da saúde democrática, e o diagnóstico fica nítido. Uma crise que poderia produzir debate sobre regras — foro, suspeição, distribuição de relatoria, impessoalidade da lei — produz, em nove décimos da sua exposição, uma fila de culpados individuais. A prestação de contas que circula é pessoal, e não republicana: exige-se que o ministro responda, não que a Corte se corrija, e é essa diferença que separa o escrutínio que fortalece instituições do linchamento que as liquefaz. Os valores que aparecem no material — separação entre o público e o privado, transparência, impessoalidade da lei — surgem todos como acusação contra alguém: o contrato com o banqueiro, a mulher do ministro, o escritório de advocacia, o instituto. Nenhum deles é mobilizado como princípio a ser reconstruído. E onde a imputação sistêmica quase não existe, sobra para o eleitor a conclusão tácita de que a solução é trocar as pessoas, não consertar as regras — combustível para a polarização afetiva e para a antipolítica, e o oposto do que uma democracia robusta faz com suas próprias crises. A confiança difusa na instituição, aquela que não depende de quem a ocupa, é justamente o que uma barra de 99% em causalidade direta corrói.

A consequência para a pré-campanha é direta. Com a culpa toda personalizada, quem quiser capitalizar a crise não precisa de proposta, de diagnóstico nem de programa: basta escolher o nome que o algoritmo já transformou em vilão. A exceção moral do Senado mostra que existe uma porta pela qual a disputa poderia entrar no terreno dos valores republicanos — e é exatamente por ali que ela soa mais eleitoral, na fronteira entre afastamento e impeachment. O que este gráfico sugere é uma democracia cuja crise chegou ao tribunal, mas cuja gramática de culpa permaneceu no plano dos indivíduos: reconhecer e apurar o que se passou, sim; reconstruir o arranjo que permitiu que se passasse, isso quase ninguém está pautando.

A QUALIDADE DO DEBATE: DESCONFIANÇA ALTA, PROVA BAIXA, POLARIZAÇÃO MODERADA

O padrão de confiança institucional — o juízo que o texto faz sobre as instituições que menciona — distribui 89,1% do engajamento para a desconfiança, 10,9% para a confiança seletiva, aquela que credita só o que convém ao argumento, e uma fração desprezível para a confiança plena. É oito para um: para cada gesto de crédito condicional erguido ao tribunal, oito gestos de descrédito. E essa desconfiança não é cerco montado de fora: mora dentro do tribunal e fala em plenário, do "até a máfia tem ética" ao "momento mais corrupto da história do Judiciário do Brasil". Confiança seletiva não é meia confiança: é confiança instrumental, dada ao tribunal quando ele decide o que interessa a quem fala e retirada quando decide o contrário.



23 · Confiança institucional

A saúde da democracia brasileira, medida pelo crédito que o debate concede às suas instituições, chega a esta altura do ano com um diagnóstico de erosão aguda: no recorte que acompanha a sessão extraordinária do Supremo e as horas seguintes, o padrão de confiança institucional — a classificação de cada texto segundo ele trate as instituições que menciona com desconfiança aberta, com confiança seletiva, a que confia no que convém e desconfia do resto, ou com confiança plena — distribui 89,1% do engajamento para a desconfiança, 10,9% para a confiança seletiva e uma fração desprezível, abaixo de um décimo de ponto percentual, para a confiança plena. Traduzido em razão, é oito para um: para cada gesto de crédito condicional erguido ao tribunal, oito gestos de descrédito. E como a medida aqui é exposição, o que este gráfico revela não é o que os brasileiros pensam do Supremo — é o que circula sobre ele, e o que circula é a incredulidade. Numa democracia, um árbitro que chega ao pleito com nove décimos do que se fala sobre ele em registro de suspeição já perdeu alguma coisa antes de julgar qualquer coisa.

Deve-se admitir o óbvio: essa desconfiança não é um cerco montado de fora para dentro — ela mora dentro do tribunal e fala em plenário. Saíram da mesma sessão o até a máfia tem ética de Gilmar Mendes contra a atuação de André Mendonça, o quem não se dá respeito não merece respeito do decano ao colega, o momento mais corrupto da história do Judiciário do Brasil de Flávio Dino, o somos seres humanos, podemos errar de Edson Fachin, o presidente que tentava, sem êxito, segurar o plenário. A esse vocabulário as redes responderam na mesma gramática: o ministro vira o xandão que tá enrolado, a suspeição vira meme, o relatório da Polícia Federal no caso Master vira prova de uma Corte atravessada por interesses privados — o contrato do escritório da mulher de um ministro com o banco, a acusação de R\$ 33 milhões pagos por um canal direto com o STF, a conversa de celular cobrando um encontro. O que essa vizinhança põe em causa são precisamente os valores republicanos cuja ausência se denuncia: a impessoalidade da lei, quando se discute quem assumiu para si processos de outro relator; a transparência, quando a decisão do plenário convive com o que se combina por mensagem; a separação entre o público e o privado, quando a relação do magistrado com o banqueiro entra no processo; e a prestação de contas, quando a acusação é grave e vem sem prova — e é justamente por vir sem prova que contamina todo o resto.

Os 10,9% de confiança seletiva merecem mais atenção do que o tamanho sugere, porque confiança seletiva não é meia confiança: é confiança instrumental, dada ao tribunal quando ele decide o que interessa a quem fala e retirada quando decide o contrário. É o que se vê quando um mesmo plenário é saudado por pautar a investigação de um ministro e denunciado por não pautar a de outro; quando Cármen Lúcia é invocada por quem quer salvar a imagem da Corte e Fachin é atacado por quem prefere que a

presidência mude de mãos; quando o adjetivo histórico serve tanto para o pior dia da casa quanto para a manhã em que se tentou costurar a trégua. Aqui o calendário eleitoral entra pela porta da frente, e nenhuma frase retrata melhor a saúde institucional deste momento do que a de Flávio Dino — a 15 dias de uma eleição, o tribunal se expor a isso? —, em que a legitimidade da Corte é arguida pela proximidade do pleito, e não o contrário. A ministra que, na manhã seguinte, pediu desculpas aos brasileiros e lembrou que a democracia vive da confiança que o cidadão tem nas suas instituições disse o mesmo em outro tom: a menos de vinte dias da eleição, o país está olhando para o racha do Supremo, não para as propostas dos que querem governá-lo.

Este gráfico não mede opinião pública, mede circulação — mas é na circulação que se forma o clima, e um clima em que nove décimos do que se diz sobre o Supremo é desconfiança, e em que ninguém, nem os que o defendem, fala dele com confiança sem condição, cobra um preço no dia da eleição. O que ainda sustenta a democracia nesse retrato é o vocabulário institucional que resiste por dentro dele: o não se julgam pessoas, julgam-se fatos de Fachin; a exigência de prova contra a acusação feita sem ela; as associações de magistrados e a Ordem dos Advogados do Brasil chamadas a dizer o que é normal e o que não é; o Senado como instância em que afastamento e impedimento têm regra, prazo e voto, não linchamento. Erosão e resiliência convivem no mesmo recorte, mas a partilha de hoje é dura — e o que ela indica sobre a qualidade da nossa democracia é que, a duas semanas do pleito, o problema não é apenas quem será investigado: é se o árbitro da disputa chegará ao dia do voto com crédito suficiente para que alguém aceite o seu veredito.



O que este gráfico mede é o padrão de confiança que cada texto atribui às instituições que menciona — desconfiança, confiança seletiva, isto é, crédito dado a algumas instituições e negado a outras, ou confiança plena —, lido pela exposição alcançada, o engajamento acumulado. E o placar é devastador: na janela de três dias que vai do dia 15 ao 17 de setembro, quando o plenário do Supremo julgava a separação dos casos de Alexandre de Moraes e André Mendonça, 89% das interações do recorte vêm de textos que desconfiam das instituições que citam, 11% de textos de confiança seletiva e 0% de textos de confiança plena. Em pouco mais de 5,5 milhões de interações, não há uma fatia relevante que fale da crise do

tribunal confiando integralmente nas instituições em jogo. O objeto em disputa é o afastamento de Moraes e a própria integridade da Corte, e o idioma em que essa disputa se trava não é o da credibilidade: é o da suspeita.

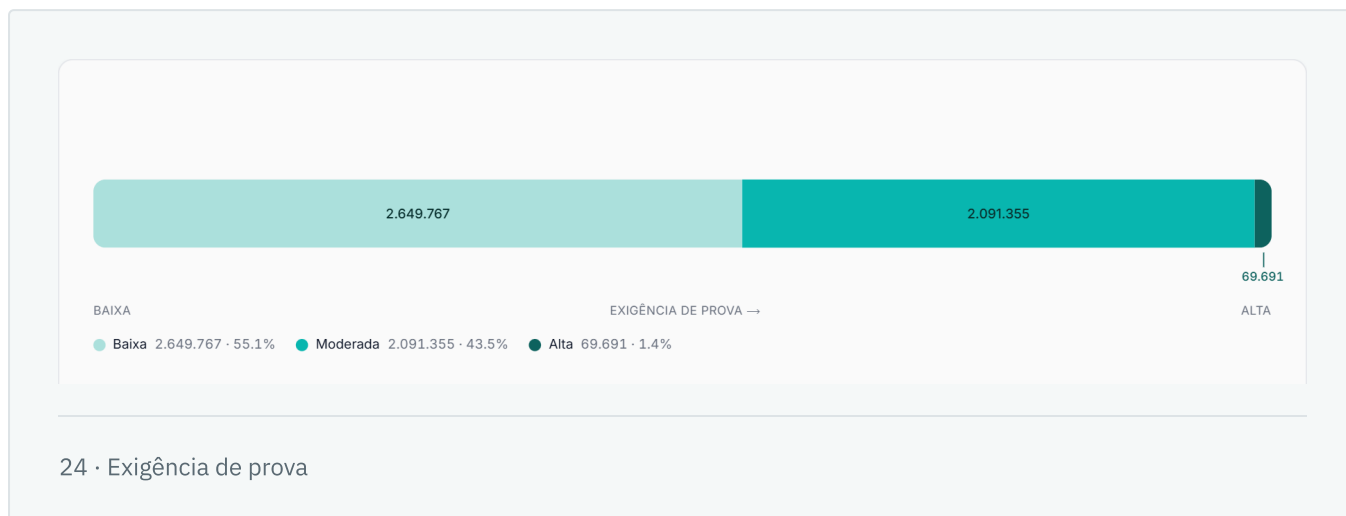
A assimetria entre os dois campos é o achado mais brutal. Os textos que defendem Moraes e a integridade do tribunal concentram 72,3% de toda a exposição do recorte — cerca de 21 vezes o maior bloco de quem pede o afastamento do ministro e o responsabiliza, que fica em 3,4%. E, dentro dessa barra vitoriosa, 93,7% do engajamento carrega desconfiança institucional contra apenas 6,3% de confiança seletiva. Ou por outra: quem sai em defesa da Corte não o faz em registro de fiador da ordem, e sim no de denunciante. Se o texto defende Moraes contra a ofensiva que corre no Senado, na CPI e nos vazamentos do celular de Daniel Vorcaro, a desconfiança que ele emite aponta para fora do tribunal — para o PGR que pediria autorização, para o senador que agita o impeachment, para quem transforma a delação em palanque a duas semanas do pleito. É hipótese que os números sustentam com folga e que só o cruzamento com as instituições citadas confirmaria em definitivo: a desconfiança é o vocabulário comum, mas cada lado aponta a lanterna para um alvo diferente.

É na seletividade, porém, que este gráfico entrega a sua leitura mais fina. Quem pede o afastamento de Moraes é o campo mais seletivo do recorte: 39,4% do engajamento desses textos é de confiança seletiva, contra 6,3% no campo que defende o ministro — seis vezes mais. Não se trata de rejeição em bloco às instituições, e sim de escolha sobre quem merece crédito: credita-se a Polícia Federal que encontrou a auditoria do BRB, o escritório de Dalide Corrêa e os R\$ 33 milhões do "canal direto com o STF", o senador que recolhe assinaturas, o ministro que expõe o contrato do escritório da esposa de um colega; desconfia-se do tribunal que vai julgar a si mesmo. A seletividade não é neutralidade, é hierarquia de conveniência — e, quando o texto é de relato puro, a proporção de desconfiança cai para 77,6% e a de confiança seletiva sobe para 22,4%, porque a cobertura que não toma lado distribui o crédito e o descrédito sem assinar embaixo de nenhum dos dois.

O diagnóstico que este quadro autoriza é direto e desconfortável. Uma democracia que discute o seu Supremo tendo a confiança plena zerada nas duas escalas — 0% no total e 0% nas barras de todos os três posicionamentos — não está diante de uma crise de um ministro, e sim de uma crise de moeda: ninguém paga em confiança, todos cobram em prova. A defesa da instituição, que deveria ser o último reduto do crédito institucional, é feita desconfiando; o ataque à instituição, que deveria ser o reduto da suspeita, é feito com seletividade cirúrgica, poupando os órgãos que lhe dão razão. É exatamente o terreno em que os valores republicanos se corroem por dentro: a impessoalidade da lei e a separação entre o público e o privado são invocadas pelos dois lados, mas cada lado as invoca contra o adversário e as suspende em favor do aliado, e o bem comum — a Corte funcionando, o país governável — vira argumento tático de quem tem o palanque. A resiliência que resta está nesses 11% de confiança seletiva, resíduo de crédito que sobrevive à fúria e sustenta, ainda, a existência de alguma instituição merecedora de fé. Em duas semanas de eleição, é pouco — e é o que há.

A régua da exigência de prova, que mede quanto um texto cobra ou apresenta evidência daquilo que afirma — não se a afirmação é verdadeira —, comporta-se como um tobogã: 55,1% do engajamento escorrem para textos de cobrança baixa e 43,5% para cobrança moderada; à faixa em que o debate se submete de fato ao ônus da prova restam 1,4%, quase quarenta vezes menos que a faixa de baixa exigência. O que ocupa o platô são acusações que chegam sem lastro apresentado — os R\$ 33 milhões do "canal direto", a lista dos "enrolados", o alerta de que "todas as provas contra Moraes podem desaparecer hoje". Quando a

legitimidade de um tribunal é posta em julgamento num fórum onde a exigência de prova responde por 1,4% da audiência, o que se erode não é a biografia de um ministro: é o hábito de verificar antes de sentenciar.



A régua da exigência de prova mede quanto um texto cobra ou apresenta evidência daquilo que afirma — não se a afirmação é verdadeira —, e neste recorte ela se comporta como um tobogã. Do engajamento acumulado no debate sobre a crise do Supremo, 55,1% escorreram para textos de cobrança baixa de evidência e 43,5% para cobrança moderada; somadas, as duas faixas absorvem 98,6% de toda a exposição. À faixa em que o debate se submete de fato ao ônus da prova restaram 1,4%, contra 2,65 milhões de interações da faixa de baixa exigência — quase quarenta vezes mais. Não é uma gradação suave entre rigor e leviandade: é um despenhadeiro, com um platô largo onde as alegações circulam aceitas e um fio de corda onde alguém se dá ao trabalho de provar.

O que ocupa esse platô explica o resto. O que mais roda são acusações que chegam sem lastro apresentado: os tais R\$ 33 milhões do canal direto com o STF, a ladainha do o xandão tá enrolado, o andré mendonça tá enrolado, o toffoli tá enrolado, o ministro que tira da manga uma exigência de autorização do procurador-geral, o alerta de que todas as provas contra Moraes podem desaparecer hoje. E, do lado de dentro do plenário, a moeda corrente é a mesma: até a máfia tem ética, dia deplorável, o momento mais corrupto da história do Judiciário. Mesmo o material que se oferece como documento — a auditoria interna do BRB, as mensagens extraídas do celular de Vercaro — circula, no agregado, já convertido em peça de acusação, valendo pelo que insinua mais do que pelo que comprova. Numa sessão em que os próprios ministros se acusam de vazar, de manipular relatórios e de agir por cálculo eleitoral, a mercadoria mais escassa do debate é exatamente aquela que o gráfico mede.

Isso é um dado sobre a saúde da democracia, não um detalhe de estilo. Quando a legitimidade de um tribunal é posta em julgamento num fórum onde a exigência de prova responde por 1,4% da audiência, o que se erode não é a biografia de um ministro: é o hábito de verificar antes de sentenciar. A prestação de contas, um dos valores republicanos em jogo, exige duas coisas ao mesmo tempo: que ninguém esteja acima do escrutínio e que o escrutínio tenha método. Praticada sem prova, ela deixa de ser prestação de contas e passa a ser vingança; e, no dia seguinte, o alvo de hoje aprende a chamar qualquer acusação de linchamento, o que também é uma forma de blindagem. A impessoalidade da lei sofre pelo mesmo corte, porque o rigor que varia conforme o lado destrói a única coisa que sustenta um tribunal. E o valor mais

diretamente atingido nesta crise, a separação entre o público e o privado, encarnada no contrato de um escritório ligado à família de um ministro com o banco em apuração, é justamente aquele em que a sociedade mais deveria exigir prova — e é onde a prova menos circula.

Leia-se o gráfico pelo que ele não permite concluir: ele não diz que as acusações são falsas, nem que são verdadeiras; diz que a arena em que elas correm abriu mão do regimento de provas. A resiliência, se existir, mora na faixa moderada, que soma 43,5% e onde convivem a cobrança e a apresentação de evidência — é ali que uma democracia em crise ainda encontra material para se reconstruir. O sinal de erosão, porém, é o outro: 98,6% da conversa versa sobre afastar um ministro do Supremo, sobre a existência de provas, sobre a honra de uma Corte, sem que a prova seja exigida. A quinze dias da eleição, a crise institucional deixou de ser um processo e virou um julgamento sem tribunal — e, num julgamento sem tribunal, ganha quem tem mais plateia, não quem tem razão.

A polarização, o antagonismo do tipo nós contra eles, contraria o reflexo: a moderada responde por 63,4% do engajamento, a baixa por 20,3% e a alta por 16,2%. A faixa mais aguda é a menor das três, e por margem larga. O registro que concentra a exposição é o da acusação contida nos códigos da própria Casa — quem pode investigar quem, se o presidente do tribunal pode destituir o relator, se a prova existe. Mas o dado mais duro está do outro lado: apenas um quinto da conversa sobre o Supremo se dá sem antagonismo relevante. O tribunal deixou de ser assunto de debate normal; quase não se fala dele como guardião de regras, fala-se dele como parte em litígio. A alta polarização é minoria e não engole o debate — isso é resiliência —, mas a reserva de confiança institucional está sendo gasta em linguagem de acusação pessoal.



A polarização — o antagonismo do tipo nós contra eles, medido pelo grau em que aparece e pela natureza que assume — chega a este recorte com uma distribuição que contraria o reflexo. Nas publicações dos dias 15 a 17 de setembro, o engajamento somado alcança 6.451.787 interações: a polarização moderada

responde por 63,4%, a baixa por 20,3% e a alta por 16,2%. De cada cinco interações que o caso Master e o choque entre Alexandre de Moraes e André Mendonça produziram, um pouco mais de três estão em textos de antagonismo intermediário, uma está em texto sem antagonismo relevante e menos de uma está no registro da ruptura. A faixa mais aguda é a menor das três, e por margem larga: a moderada carrega quase quatro vezes o seu engajamento, 4.092.427 contra 1.048.348 interações. A guerra que se anunciava na véspera não é o tom em que a Corte é falada.

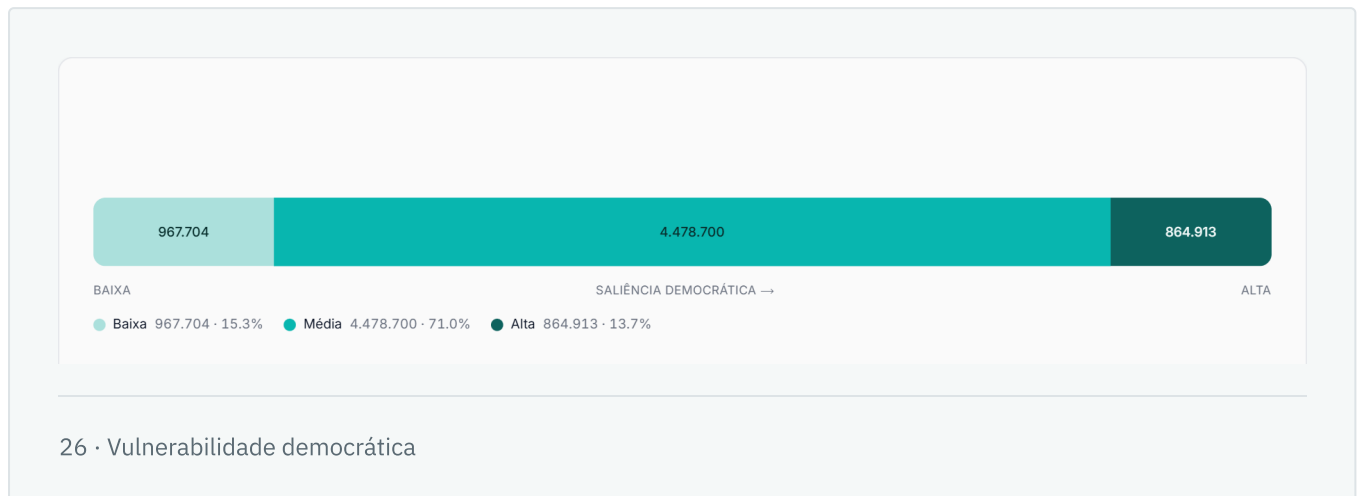
Isso diz muito do que a crise é, e do que ela ainda não é. O 15 de setembro foi o dia dos gritos no plenário, do "até a máfia tem ética" de Gilmar Mendes contra André Mendonça, do "momento mais corrupto da história do Judiciário do Brasil" de Flávio Dino, do contrato da mulher de um ministro com o banco de Daniel Vercaro, do "canal direto com o STF" que Deltan Dallagnol orçou em R\$ 33 milhões, do pedido de afastamento em curso no Senado, da trégua que Edson Fachin e Cármen Lúcia tentaram costurar e das desculpas da ministra aos brasileiros a vinte dias da eleição. Nada disso é ameno. E, no entanto, o registro que concentra a exposição é o da acusação contida nos códigos da própria Casa: quem pode investigar quem, se o presidente do tribunal pode destituir o relator, se a prova existe, se a Corte se expõe indevidamente às vésperas do pleito. É nesse interlúdio — nem normalidade, nem guerra — que Moraes, Mendonça, Gilmar, Dino, Toffoli, Fachin, Kassio Nunes Marques, Zanin, Fux e Cármen Lúcia circulam. A polarização alta, que o senso comum de crise institucional supõe dominante, é o quinto mais estreito: ali estão a corrente do "o xandão tá enrolado, o andré mendonça tá enrolado, o toffoli tá enrolado", replicada em série, e as peças que convertem o caso em campanha antecipada. Falam alto, alcançam menos.

O dado mais duro, porém, está do outro lado da conta. Se quase dois terços da exposição são de antagonismo moderado e um sexto é de antagonismo alto, apenas um quinto da conversa sobre o Supremo se dá sem antagonismo relevante: 20,3%. Ou por outra: o tribunal deixou de ser assunto de debate normal. Quase não se fala dele como guardião de regras — fala-se dele como parte em litígio, e é justamente aí que a saúde institucional aparece comprometida. No grau moderado reside a disputa pelos valores republicanos que a crise pôs em leilão: a impessoalidade da lei, atacada pela acusação de viés político-eleitoral jogada de um ministro a outro; a separação entre o público e o privado, posta em xeque pelo dinheiro de Vercaro e pelo contrato da esposa do ministro; a prestação de contas e a transparência, exigidas na disputa sobre o acesso ao conteúdo dos celulares. É um debate sobre prova, responsabilidade e dinheiro público — vocabulário de uma democracia que ainda cobra, não de uma que já desistiu.

Daí o diagnóstico que este gráfico sustenta, e que não é de ruína nem de serenidade. A alta polarização é minoria e não engole o debate: o público em volta da Corte aceita discutir nos termos da lei, e o discurso de delegação pura não encontrou maioria nem no dia mais grave da história do tribunal contado por seus próprios ministros. Isso é resiliência. Mas a reserva de confiança institucional está sendo gasta em linguagem de acusação pessoal, e uma Corte cuja imparcialidade é posta em dúvida pelos seus próprios membros, em plenário, tem menos crédito para gastar quando for chamada a julgar a eleição. Quem quiser capitalizar a crise em 2026 capitalizará melhor no registro moderado — o da prova, da responsabilidade, do dinheiro público — do que no grito da ruptura, que é minoritário até em setembro.

A régua da vulnerabilidade democrática, que mede o quanto um texto põe as normas do jogo em disputa e conta com o mesmo peso quem as ataca e quem as defende, mostra 71% no grau médio, 15,3% no baixo e 13,7% no alto. A pior crise da história do tribunal, medida pela exposição, não se converteu em explicitação de que as regras do jogo estão em jogo — e o grau alto ficou abaixo da rotina cotidiana do tribunal. A vulnerabilidade do momento não se mede pelo volume da crise, que é enorme, mas por onde a

exposição se assenta: no meio, no ponto em que ninguém precisa escolher um lado sobre as regras do jogo. Democracias costumam se degradar menos pelos golpes que anunciam do que pelas crises que aprendem a assistir como espetáculo.



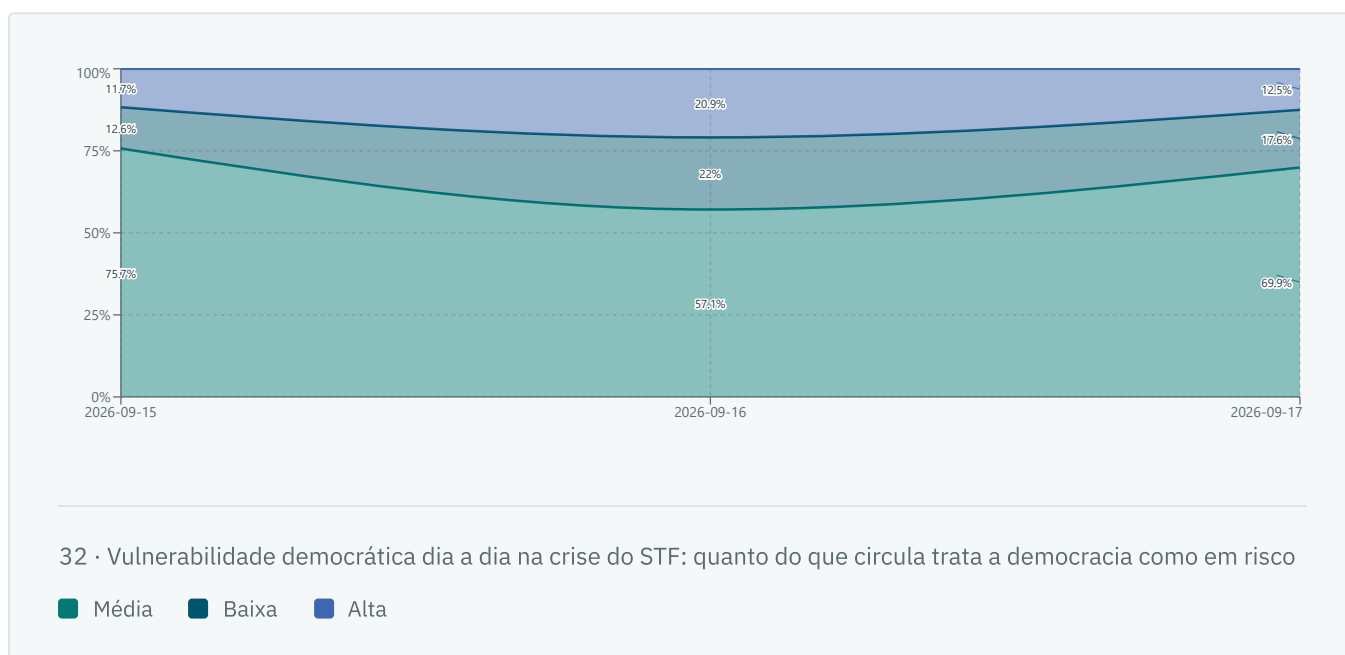
A régua de vulnerabilidade democrática mede o quanto um texto põe as normas democráticas em disputa, em gradação de baixa a alta, e nela atacar e defender explicitamente a ordem institucional contam igualmente como grau alto. Das 6,3 milhões de interações acumuladas pelo recorte que cita os ministros e o tribunal entre 15 e 17 de setembro, 71% estão no grau médio. O grau baixo, o da rotina institucional sem tensão normativa, responde por 15,3%; o grau alto, o da contestação explícita das normas, por 13,7%. O meio carrega 4,6 vezes o peso do baixo e 5,2 vezes o do alto, e os dois extremos, quase empatados, dividem entre si menos de três décimos de toda a exposição. Isto é engajamento, ou seja, o que circula, não quantos perfis distintos adotam cada leitura: a pior crise da história do tribunal, medida pela exposição, não se converteu em explicitação de que as regras do jogo estão em jogo.

O grau médio é o registro do conflito narrado, e é ali que roda quase tudo. É o bate-boca entre Alexandre de Moraes e André Mendonça no plenário; o "até a máfia tem ética" de Gilmar Mendes; o "momento mais corrupto da história do Judiciário" de Flávio Dino; o "somos seres humanos, podemos errar" de Edson Fachin; Cármen Lúcia a dizer que a democracia vive da confiança do cidadão nas instituições logo na manhã seguinte à sessão desastrosa; o "Xandão" transformado em personagem de jogo de luta e os memes da sessão. É também o registro em que o vocabulário do caso Master entra em cena, com o enquadramento de corrupção a dar o tom: contrato, auditoria, mensagens de Vorcaro, pedido de vista, troca de acusações sobre provas que existem ou não existem. Tudo isso é temperatura altíssima e vulnerabilidade média: o tribunal aparece exposto como arena, com nomes, farpas e procedimentos em disputa, mas sem que os textos se obriguem a dizer se as normas foram violadas ou defendidas. A pergunta que sobra é justamente a que quase ninguém enfrenta de peito aberto: quem está atacando as regras, e quem as está sustentando.

Deve-se admitir o óbvio: os dois extremos da régua são quase gêmeos em exposição, e essa simetria incomoda. O grau baixo, 15,3%, é o do tribunal tratado como instituição comum, que é o que ele é na maior parte do tempo; o grau alto, 13,7%, junta no mesmo número quem pede o afastamento de Alexandre de Moraes e quem sai em defesa da integridade da Corte, porque a régua mede a intensidade da disputa, não o lado de quem a faz. A diferença entre os dois é de 1,6 ponto percentual, o que em três dias de crise significa que a contestação explícita das normas democráticas ocupa fatia menor da exposição do que a

briga narrada e praticamente a mesma fatia da rotina institucional. Não há, portanto, no engajamento, nenhuma onda avassaladora de ruptura: há uma crise de altíssimo alcance processada num registro intermediário, em que a acusação e a defesa da ordem institucional ficam à margem daquilo que efetivamente circula, e em que os valores que estariam verdadeiramente em causa, a impessoalidade da lei e a prestação de contas de quem julga, funcionam como pano de fundo do enredo, não como o enredo.

Para a saúde da democracia, o achado é ambíguo, e por isso mesmo precioso. De um lado, há sinal de resiliência: a exposição não migrou para o polo da ruptura normativa explícita, e sete de cada dez interações consumiram a crise no registro do conflito institucional, não no da demolição das regras, enquanto o grau alto ficou abaixo da rotina cotidiana do tribunal. De outro, há sinal de erosão: uma crise que se comunica como espetáculo desgasta a autoridade sem produzir cobrança de contas, e a duas semanas da eleição é essa a matéria-prima que a pré-campanha herda, um tribunal arranhado pela própria vitrine e um público que assistiu à briga sem ter sido convocado a julgar as normas. A vulnerabilidade democrática do momento não se mede pelo volume da crise, que é enorme, mas por onde a exposição se assenta, e ela se assenta no meio, no ponto em que ninguém precisa escolher um lado sobre as regras do jogo. Democracias costumam se degradar menos pelos golpes que anunciam do que pelas crises que aprendem a assistir como espetáculo.



A vulnerabilidade democrática mede o quanto um texto põe em disputa as normas do jogo democrático, e o grau alto registra com o mesmo peso quem ataca e quem sai em defesa explícita dessas normas: ele mede a intensidade do litígio, não o lado de quem o trava. Dia a dia, o que se vê é um alarme de janela curta. Em 15 de setembro, o dia da sessão extraordinária sobre o caso Master e o relatório da Polícia Federal, o recorte movimentou 4.056.689 interações e a composição interna foi a mais espetacular das três: 75,7% no grau médio, 12,6% no baixo e 11,7% no alto. É o dia do bate-boca entre Alexandre de Moraes e André Mendonça, da entrada de Flávio Dino contra Edson Fachin pela relatoria, do "até a máfia tem ética" de Gilmar Mendes — e o público acompanhou a cena, não o problema.

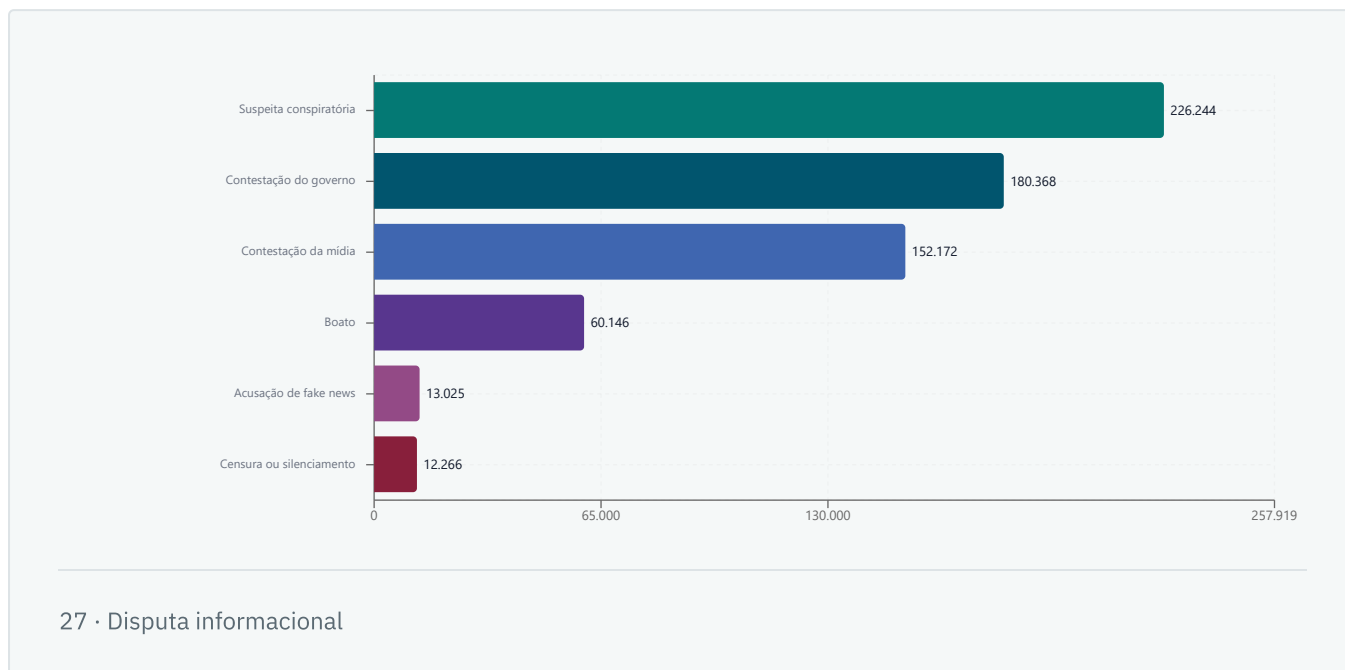
Em 16 de setembro o volume desaba para 1.298.336 interações e a composição se desloca: o grau alto dobra de peso dentro do dia, de 11,7% para 20,9%, enquanto o médio recua de 75,7% para 57%. É o dia do rescaldo — a declaração de Cármen Lúcia de que a democracia vive da confiança que o cidadão tem nas suas instituições, a repercussão internacional falando em crise sem precedentes, a ofensiva no Senado pela CPI e pelo afastamento. O alarme democrático, portanto, não fez o pico: ele veio depois do pico, no vazio deixado por ele. Em 17 de setembro, com o dia em 956.247 interações, o alto volta a 12,5% e o médio recupera 69,9% — a leitura grave tem uma janela de vinte e quatro horas e se apaga antes que a atenção se recomponha. No total, a queda de engajamento entre o primeiro e o último dia é de 76,4%; a curva é de um acontecimento consumido como espetáculo e abandonado como pauta.

Há mais aqui do que a constatação de que o escândalo vende. O vocabulário que o recorte fez circular é o da guerra entre pessoas: briga feroz, gritos, racha no Supremo, o xandão tá enrolado, vergonha, a mulher de um ministro, o banqueiro Daniel Vercaro, os R\$ 33 milhões do canal direto com a Corte. A crise chega ao público personalizada em dois, três nomes, o que desloca a pergunta sobre a instituição para a pergunta sobre o caráter dos ministros — e, nesse deslocamento, o papel de estrutura, na gramática do MAPAM, o Modelo de Análise de Papéis Actanciais-Morais, que descreve quem o texto aponta como vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade ou como estrutura que reproduz o dano, sai de cena: não há tribunal que falhe, há ministros que se estranham. É por isso que o grau alto não sustenta o engajamento. Para que as normas democráticas apareçam em disputa explícita, o texto precisa sair da contenda pessoal e nomear o risco ao regime — e esse passo custa atenção. Quando ele é dado, vem pela boca de quem tem dever de ofício: Cármen Lúcia invocando a confiança do cidadão, Fachin cravando que não se julgam pessoas, julgam-se fatos, o ministro que fala em 15 dias de eleição. A defesa da regra existe, mas fala em tom menor e por menos tempo.

O que isso indica sobre a saúde das instituições é ao mesmo tempo um alívio e um alerta. Do lado da resiliência, o litígio permaneceu onde deve permanecer: na disputa sobre prova, relatoria, vista, impedimento e votação — o plenário decidindo se as provas contra um ministro podem existir, não se ele deve cair por aclamação, e a imprensa internacional repercutindo o fato de o tribunal se submeter a esse escrutínio. A impessoalidade da lei, valor republicano que exige tratar igualmente quem quer que esteja sob julgamento, aparece na boca de Fachin exatamente no momento em que seria mais fácil abandoná-la, e a exigência de prova aparece tanto nas acusações de viés político-eleitoral lançadas contra Mendonça quanto na cobrança de que Gilmar as apresentasse. Do lado da erosão, o que este gráfico flagra é a assimetria de atenção: uma Corte cuja agenda é pautada, a menos de vinte dias da eleição, pelo contrato da esposa de um ministro com um banqueiro falido, e um público que consome o espetáculo e não a questão. A democracia brasileira, neste recorte, não é tratada como regime em risco de queda; é tratada como arena em que a regra é o prêmio da briga — e o dado que mede o risco à regra é o que menos interessa. Isso diz menos sobre a robustez das instituições do que sobre a economia da atenção de que elas dependem: a confiança na Corte não foi posta em votação pelo público, mas também não foi defendida em voz alta por ele.

A disputa informacional, que mede em que registro o texto briga pela verdade — não se o conteúdo é falso —, é dominada pela suspeita conspiratória, com 35,1% do engajamento, seguida da contestação do governo, com 28%, e da contestação da mídia, com 23,6%; somadas, as três respondem por 86,7%. O boato vem com 9,3%, a acusação explícita de fake news com 2% e a denúncia de censura com 1,9%. Quase metade do engajamento circula por conjectura de difícil verificação. E as duas instâncias que poderiam arbitrar a verdade do episódio — o governo, pelo aparato de investigação, e a imprensa, pela

apuração — são justamente as mais contestadas. Contra um esquema não há prova que baste, e é por isso que a frase que resumiu a sessão — o plenário não estaria julgando se o ministro é culpado, mas se as provas podem existir — encontrou eco tão imediato.



Este gráfico mede a disputa informacional: não se o conteúdo é falso, mas em que registro o texto briga pela verdade — se acusando o outro de fabricar notícia falsa, se contestando o governo, se contestando a imprensa, se lançando boato, se denunciando censura ou silenciamento ou se insinuando uma armação oculta. A suspeita conspiratória lidera, com 35,1% do engajamento dessas disputas, seguida da contestação do governo, com 28%, e da contestação da mídia, com 23,6%. Somadas, as três respondem por 86,7%, quase nove de cada dez interações. O boato vem bem atrás, com 9,3%; a acusação explícita de fake news, com 2%; e a denúncia de censura ou silenciamento, com 1,9%. A suspeita de armação pesa cerca de dezessete vezes e meia a acusação de fake news e umas dezoito vezes a queixa de censura; e as duas acusações mais diretas, somadas, alcançam 3,9% — exatamente um nono do que concentra a suspeita conspiratória. Quase metade do engajamento, 44,4%, circula por conjectura de difícil verificação: a armação oculta e o boato.

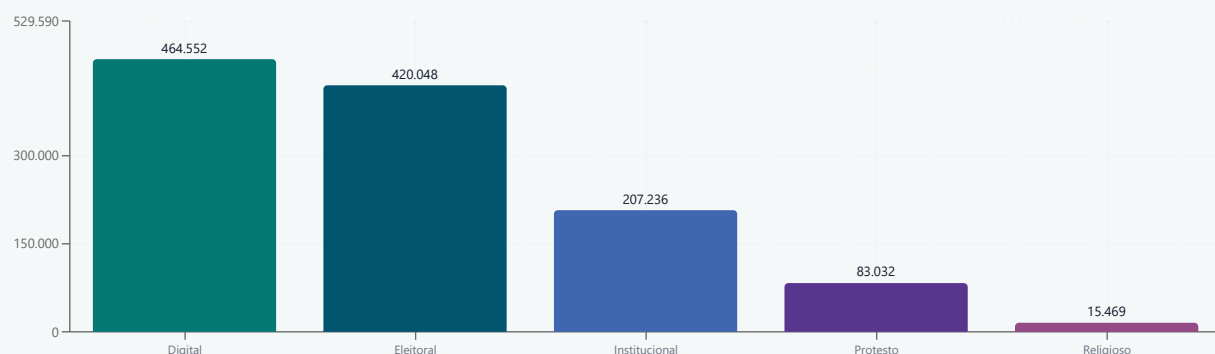
Não é preciso esforço para reconhecer o material desse imaginário, porque ele é o próprio noticiário da semana. As mensagens de WhatsApp trocadas entre Gilmar Mendes, Nunes Marques e Luiz Fux antes da sessão, com o "me respeite, Gilmar" e o "abra as contas" que viraram manchete; o celular de Daniel Vercaro; o "canal direto com o STF" que a oposição denuncia; o contrato de 33 milhões de reais com o escritório de uma ex-diretora de instituto ligada a um ministro; a "dívida de Zanin com Lula"; o procurador-geral que, na frase que viralizou, fuma charuto e toma uísque com o banqueiro. Isso não é uma tese sobre ideias nem um programa sobre o que fazer com a Corte: é a imputação de um arranjo privado entre quem deveria julgar em público — e é precisamente isso que a categoria de suspeita conspiratória nomeia. Do outro lado, as duas contestações que completam a fatia dominante apontam para onde a desconfiança se desloca: o governo, com 28%, e a imprensa, com 23,6%, são justamente as instâncias que poderiam arbitrar a verdade do episódio — uma pelo aparato de investigação, a outra pela apuração. Contestadas as

duas, a disputa fica sem árbitro. E o dado é tanto mais eloquente porque a contestação da mídia ocupa quase um quarto do engajamento numa semana em que a própria imprensa fez da crise a sua manchete, com a repercussão internacional falando de crise sem precedentes. Quem narra vira alvo.

O que isso diz sobre a saúde das instituições é o ponto decisivo, e não é confortável. A suspeita conspiratória é a forma de disputa sobre a verdade que menos se corrige: não se refuta com documento, repete-se com insinuação. Quando ela concentra 35,1% do engajamento e a acusação de fake news — a única que, em princípio, se responde com prova — fica em 2%, e a denúncia de censura em 1,9%, o que se percebe é que os contendores não estão se acusando de mentir uns aos outros: estão se acusando de fazer parte de um esquema. Contra um esquema não há prova que baste, e é por isso que a frase que resumiu a sessão — o plenário não estaria julgando se o ministro é culpado, mas se as provas podem existir — encontrou eco tão imediato. Nesse registro, os valores republicanos perdem veículo: não há transparência que se exija, impessoalidade da lei que se invoque nem prestação de contas que se cobre, porque o que se pede não é saber o que aconteceu, é confirmar que algo está sendo escondido.

Ponha-se a eleição a duas semanas de distância e o quadro se fecha com precisão incômoda. A suspeita de armação, com 35,1%, e a contestação do governo, com 28%, somam 63,1% — quase dois terços das interações nessas disputas — e passam por uma gramática de uso eleitoral imediato: se a Corte é arranjo, o processo contra um ministro vira munição de campanha; se o governo é o contestado, a ofensiva ao tribunal se apresenta como limpeza. O que a crise não produz, neste recorte, é terreno para a prestação de contas: nem bem comum, nem separação entre o público e o privado convertidos em exigência verificável. A saúde da democracia brasileira, na semana da pior sessão da história do Supremo, não aparece ameaçada pelo volume de mentiras, mas pelo fato de a disputa sobre a verdade ter migrado para um registro em que a verdade não decide nada — o pior terreno possível para uma Corte que precisa ser acreditada e para uma eleição que precisa ser decidida por razões.

A mobilização convocada ou relatada reparte-se entre dois polos de baixo custo e alta velocidade: a ação digital responde por 39% da exposição e a eleitoral por 35,3%, contra 17,4% de ação institucional, 7% de protesto, 1,3% de ação religiosa e nenhuma na ação cívica associativa. A maior crise interna do Judiciário em décadas chega ao público como chamado a compartilhar e a votar — não como convocação à rua, nem como engajamento cívico organizado. A fatia institucional existe e é a terceira maior, o que é sinal de resiliência: uma crise desta gravidade ainda é processada, em alguma medida, pelos canais previstos. Mas o que se pede ao público não é que cobre a lei pelos meios da lei, e sim que transforme o tribunal em combustível de campanha.



28 · Engajamento político convocado

O repertório de ação política convocada ou relatada — o que o texto pede que se faça ou relata como ação em curso — reparte-se, no recorte da crise do Supremo, entre dois polos que somam quase três quartos de todo o engajamento medido: 39% da exposição se concentra na ação digital e 35,3% na ação eleitoral, contra 17,4% de ação institucional, 7% de protesto, 1,3% de ação religiosa e nenhum ponto na ação cívica associativa. A digital supera a eleitoral em pouco mais de um décimo, razão que basta para ordenar a hierarquia, mas não para separar os dois campos em naturezas distintas: ambos são repertórios de baixo custo, alta velocidade e conversão imediata em circulação. O que a composição diz, antes de qualquer interpretação, é que a maior crise interna do Judiciário brasileiro em décadas chega ao público como chamado a compartilhar e a votar — não como convocação à rua, que responde por 7%, nem como engajamento cívico organizado, que não aparece.

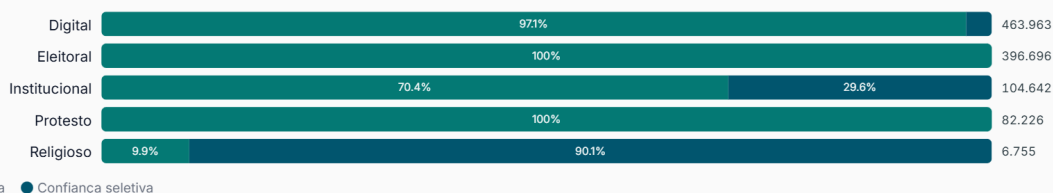
O quadro é revelador quando confrontado com o que se dizia na própria sessão. Flávio Dino advertiu que o tribunal se expunha "a 15 dias de uma eleição"; Cármen Lúcia falou de um país voltado para tensões processuais a menos de vinte dias do pleito; a leitura dominante na imprensa foi a de uma Corte que perdeu o controle da própria agenda. Os números confirmam a advertência e mostram o destino do escândalo: ele é absorvido pela gramática eleitoral. A ação institucional, que responde por 17,4% da exposição, é o repertório do Senado — o pedido de afastamento, a ameaça de impeachment, a CPI, a pressão de associações de magistrados —, ou seja, a via legítima de reparação está presente, mas é minoritária diante da soma de digital e eleitoral. A ausência de protesto e de mobilização cívica não é detalhe: significa que a crise não produziu demanda de ação coletiva presencial, e que a indignação contra os ministros, quando se converte em convocação, converte-se em voto.

Quem puxa esse engajamento é reconhecível pelos repertórios que o conteúdo viralizado aciona. Deltan Dallagnol, candidato ao Senado, publica sobre os R\$ 33 milhões do Banco Master ao escritório de uma ex-diretora do IDP e pede, no fundo, voto; Eduardo Bolsonaro ataca Cristiano Zanin; Goura e Daniel Foscarini, em tom de desprezo, listam o "xandão", André Mendonça, Toffoli e Kassio Nunes Marques como "enrolados", no enquadramento de corrupção moral que domina o material de maior circulação entre quem

pede o afastamento de Moraes; do outro lado, a mídia que viraliza com indignação trata a sessão como ameaça à democracia. Em todos os casos, o convite é o mesmo: compartilhar e, com a eleição à porta, votar. A operação é dupla — o escândalo eleitoraliza o Judiciário e o Judiciário eleitoraliza o escândalo.

Para a saúde das instituições, o dado é ambivalente e por isso mesmo precioso. Há resiliência no fato de que a fatia institucional existe e é a terceira maior: uma crise desta gravidade ainda é processada, em alguma medida, pelos canais previstos — o Senado, as associações de magistrados, o próprio plenário. E há erosão no modo como a maior parte da exposição é consumida: o que se pede ao público não é que cobre a lei pelos meios da lei, mas que transforme o tribunal em combustível de campanha. Os valores republicanos acionados no discurso são os mais duros — impessoalidade da lei, separação entre o público e o privado, combate ao patrimonialismo, com o "canal direto com o STF", o contrato da esposa do ministro e a "venda de sentenças" no centro das peças virais —, mas o repertório de ação que os acompanha não é o da prestação de contas institucional, e sim o do voto e do compartilhamento. Uma democracia que converte a crise de seu tribunal supremo em 74,3% de chamada digital e eleitoral e em 7% de protesto não está, com isso, mais saudável; está politicamente ativada e institucionalmente desintermediada. É deste material — desconfiança alta, exigência de prova dirigida a ministros e não a si mesmos, e uma eleição a quinze dias — que a pré-campanha de 2026 fará sua energia.

O cruzamento entre mobilização e confiança fecha o diagnóstico sem necessidade de adjetivo: 95,2% do engajamento trafega em textos que carregam desconfiança nas instituições, e a composição de cada barra é implacável — 97,1% da mobilização digital é desconfiança pura, a ação eleitoral é desconfiança em 100% do que expõe, o protesto idem. Onde se pede voto ou se convoca pressão de massa, não há uma fresta de confiança. O único bolsão que impede o diagnóstico terminal é a ação institucional, em que a confiança seletiva tem peso sério, quase três em cada dez interações da barra — o terço que ainda aposta no rito. A resiliência democrática existe neste painel, mas é minoritária até dentro da única via que lhe pertence. A democracia sobrevive pela capacidade de transformar descrédito em participação e adoece pela incapacidade de transformar participação em confiança.



33 · Que mobilização a crise convoca e com que confiança nas instituições: tipo de engajamento x padrão de confiança

■ Desconfiança ■ Confiança seletiva

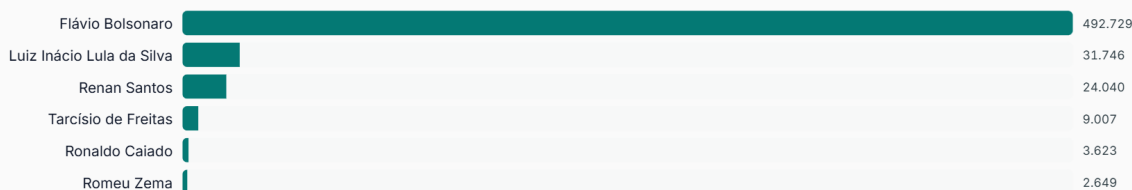
A crise não produz o silêncio do descrédito, produz o barulho da conversão: quem perdeu a fé no tribunal encontrou onde gastá-la. Das cerca de 1,05 milhão de interações do recorte, 95,2% trafegam em textos que carregam desconfiança nas instituições, e os 4,8% restantes se dividem em confiança seletiva, o padrão de quem escolhe em que instituição confiar. O gráfico mede a exposição de cada tipo de ação política convocada ou relatada — digital, eleitoral, de protesto, institucional ou religiosa — segundo o juízo que a publicação faz sobre as instituições. A mobilização digital responde por 42,7% do engajamento e a eleitoral por 37,6%; juntas, 80,3%. O protesto comparece com 7,8%, o engajamento institucional com 9,9% e o religioso com 0,7%. E a composição de cada barra fecha o diagnóstico: 97,1% da mobilização digital é desconfiança pura, a ação eleitoral é desconfiança em 100% do que expõe, o protesto idem. Onde se pede voto ou se convoca pressão de massa, não há fresta de confiança — não há o voto pela estabilidade, há a corrida contra o tribunal.

Há, porém, um bolsão que impede o diagnóstico terminal. A ação institucional é a única linha em que a confiança seletiva tem peso sério: 29,6% daquela barra vem de publicações que preservam credibilidade em alguma instância — a Ordem dos Advogados do Brasil, as associações de magistrados, o pedido de afastamento encaminhado ao Senado, a costura de trégua de Edson Fachin e Cármen Lúcia. É o terço que ainda aposta no rito. Fora dele, a confiança seletiva só reaparece, e de forma dominante, na convocação religiosa — 90,1% daquela barra —, mas sobre um público de exposição irrisória, 0,7% do total: muito fervor, pouquíssimo alcance. A resiliência democrática existe neste gráfico, mas é minoritária até dentro da única via que lhe pertence.

O que isso diz sobre a saúde da democracia? Que ela sobrevive pela capacidade de transformar descrédito em participação — e adoece pela incapacidade de transformar participação em confiança. Os valores republicanos mobilizados são os do polo adversarial: prestação de contas e impessoalidade da lei, invocadas contra ministros, não o bem comum nem a participação cívica como bem em si. Se quatro quintos da exposição sobre o pior dia da história do Supremo pedem voto e clique, o tribunal disputa a própria legitimidade num terreno que já não controla — e a pergunta que fica não é se a corte resiste, mas quem será eleito devendo favor ao seu descrédito.

A CRISE ENCONTRA A ELEIÇÃO: UM NOME ABSORVE A FATURA

A pré-campanha não recebeu a crise como questão institucional; recebeu-a como conta apresentada a um nome. Nos textos que citam pré-candidatos à Presidência e tocam a crise do Supremo, Flávio Bolsonaro concentra 87,4% de toda a exposição — 492.689 interações de um total de 563.749 —, cerca de quinze vezes a de Lula e quase sete vezes a de todos os outros cinco reunidos. Renan Santos, com 4,3%, chega a três quartos da exposição de Lula, 5,6%, na condição de objeto desta crise. E os três governadores que tentaram dar à crise uma gramática institucional somam pouco mais de 2,7% e desaparecem: Zema convocou o ato contra Moraes, Caiado advertiu que não se deve expor a fragilidade de um Poder, Tarcísio diagnosticou um eleitor frio e descrente. Quem tentou enquadrar a crise como problema das instituições ficou quase invisível; quem virou o assunto ficou com quase tudo.



34 · A crise na boca da eleição: exposição dos pré-candidatos à Presidência nas publicações que falam do STF e de Moraes

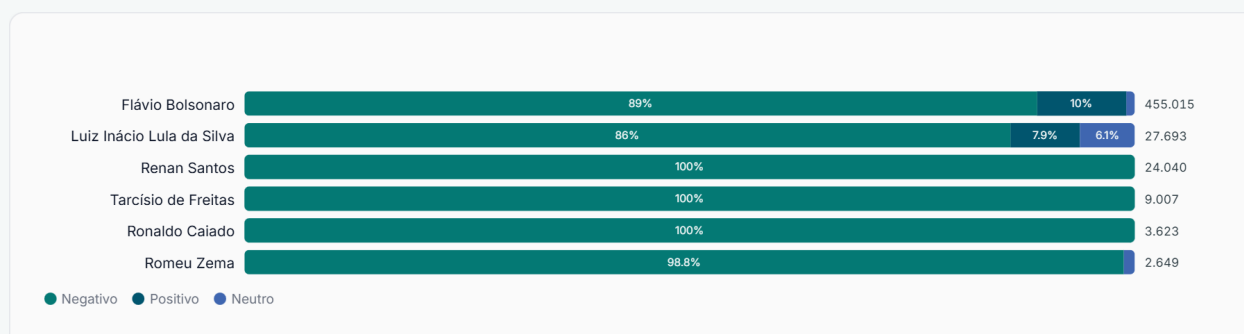
Este gráfico mede a exposição — engajamento como soma de curtidas, comentários e compartilhamentos, quanta gente viu e reagiu — das publicações que citam pré-candidatos à Presidência e tocam, ao mesmo tempo, a crise do Supremo. E mede pelo lado certo da fala: a base é de quem é citado, não de quem publica, de modo que o quadro diz como cada pré-candidato é tratado no debate, nunca o que cada um diz. Com essa ressalva, a assimetria é brutal. Flávio Bolsonaro concentra 87,4% de toda a exposição do recorte, 492.689 interações de um total de 563.749. Lula responde por 5,6%, Renan Santos por 4,3%, Tarcísio de Freitas por 1,6%, Ronaldo Caiado por 0,6%, Romeu Zema por 0,5%. A exposição em torno do nome de Flávio é cerca de quinze vezes a de Lula e quase sete vezes a de todos os outros cinco reunidos, que juntos não alcançam 12,6% do total. A crise da Corte não chega ao público como debate entre candidaturas; chega como plebiscito sobre um único nome.

O detalhe revelador está na cauda. Renan Santos, com 4,3%, chega a três quartos da exposição de Lula na condição de objeto desta crise: um candidato sem o peso institucional do presidente ocupa praticamente o mesmo lugar que ele. Já os três governadores que tentaram dar à crise uma gramática institucional somam pouco mais de 2,7% e desaparecem — Zema convocou o ato contra Moraes, Caiado advertiu que não se deve expor a fragilidade de um Poder, Tarcísio diagnosticou um eleitor frio e descrente. Quem tentou enquadrar a crise como problema das instituições ficou quase invisível; quem virou o assunto ficou com quase tudo. Ao longo dos dias, o eixo saiu do plenário e foi para a campanha — o pronunciamento do pré-candidato do PL, a entrevista em que Lula afirma não ter indicado Moraes, a resposta dele sobre o rabo preso com o Banco Master —, e o agregado registra essa transposição: o debate público, aqui, premia a personificação e não a mediação.

O MAPAM, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que registra o papel que o autor atribui a quem cita — vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade ou estrutura que reproduz o dano —, ajuda a entender por que a exposição se adensa num só nome: as duas narrativas morais que disputam a crise precisam do mesmo personagem. Para quem defende a integridade da Corte, Flávio é o agressor — o apartamento de luxo ligado ao operador financeiro de Vorcaro, os valores do Banco Master, a conta que não fecha; para quem pede o afastamento de Moraes, o mesmo Flávio é o que enfrenta um tribunal acusado de dividir o poder com o adversário. Os papéis se invertem; o nome permanece. Some-se a polarização afetiva-identitária, aquela em que o adversário deixa de ser apenas divergente e passa a funcionar como marcador de identidade, e o resultado é o que o recorte mostra.

Para a pergunta maior, o dado é ambíguo, e é aí que ele fala. Há vitalidade: uma crise na cúpula do Judiciário mobiliza mais de meio milhão de interações em poucos dias, e o país não é indiferente ao Supremo. O sintoma está na forma dessa atenção. Os valores republicanos aparecem todos orbitando o mesmo personagem: cobra-se prestação de contas de um só, discute-se a confusão entre o público e o privado no caso de um só, e a impessoalidade da lei é exatamente o que fica mais difícil de sustentar quando o debate sobre o tribunal se organiza em torno de uma candidatura. Uma crise que deveria testar a confiança na instituição vira teste de intenção de voto — o que sugere mais erosão da mediação institucional do que recuperação dela.

O sentimento em torno desses nomes é quase monotônico: 89,6% do engajamento carregam valência negativa, contra 9,1% positivas e 1,2% neutras. Flávio Bolsonaro responde por 87,2% dessa exposição, com 89% de sua barra negativa e 10% positiva; Lula é tratado com sentimento negativo em 86% dos textos que o citam nesse enquadramento; Renan Santos aparece exclusivamente no polo negativo; Tarcísio, Caiado e Zema praticamente só existem ali sob reprovação. Nenhum nome escapa incólume da proximidade com a crise — e a valência mede o tratamento que o autor dá ao citado, nunca a opinião do citado. O que sustenta a indignação é o repertório republicano clássico — o "cadê os R\$ do Vorcaro", o apartamento na campanha, o imóvel do advogado. A exigência de contas ainda tem tração popular; o problema é que ela funciona como munição, não como bússola.



35 · Pré-candidatos à Presidência e a crise do STF: sentimento das publicações que ligam cada um ao tribunal

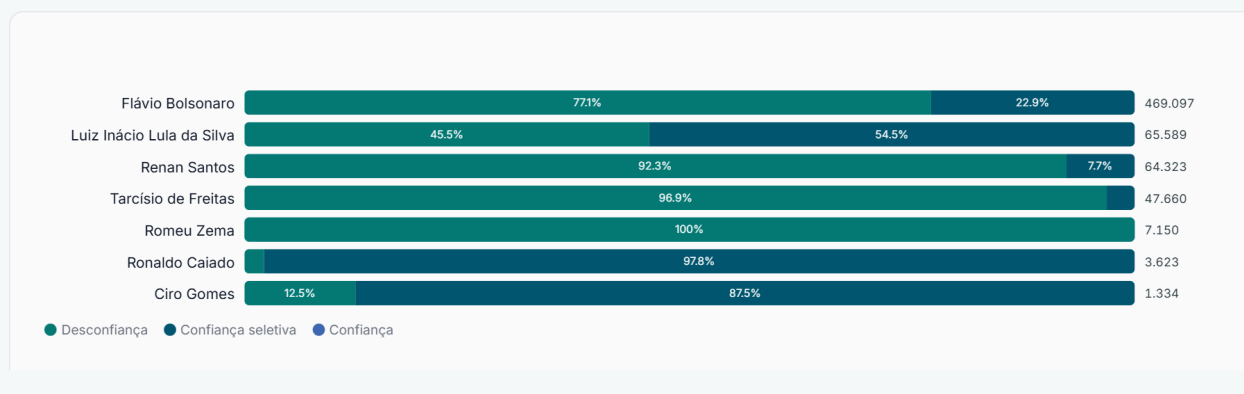
■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro

Este gráfico mede uma coisa só: a valência, isto é, o sentimento geral que quem publica expressa sobre a pessoa citada, nos textos que põem um pré-candidato à Presidência lado a lado com a crise do tribunal, ponderada pelo engajamento, que é exposição. De um total de 522.027 interações, nove em cada dez, 89,6%, carregam sentimento negativo, contra 9,1% positivas e 1,2% neutras. Flávio Bolsonaro responde por 87,2% de toda essa exposição, e o clima em torno dele é quase monotônico: 89% da barra negativa, 10% positiva e 1% neutra. De cada dez unidades de engajamento que ligam um presidenciável ao tribunal em crise, quase nove estão sob o nome de um só, no polo do desgaste. A desconfiança na Corte não se acumula contra a Corte, acumula-se sobre quem dela se aproxima — e sobretudo sobre quem tem mais a perder.

O segundo dado é o contágio, e ele é geral. Lula, com 5,3% do engajamento do recorte, é tratado com sentimento negativo em 86% dos textos que o citam nesse enquadramento; Renan Santos, com 4,6%, aparece exclusivamente no polo negativo; Tarcísio de Freitas (1,7%), Ronaldo Caiado (0,7%) e Romeu Zema (0,5%) praticamente só existem ali sob sentimento negativo — 100% para os dois primeiros, 98,8% para Zema. Nenhum nome escapa incólume da proximidade com a crise. Note-se o essencial: valência mede o tratamento que o autor dá ao citado, nunca a opinião do citado; Caiado, que pediu cautela, e Lula, que partiu para o ataque, colhem climas parecidos de reprovação no entorno. E o vocabulário que move essa reprovação é o repertório republicano clássico: prestação de contas, com o cadê os R\$ do Vercaro e o apartamento na campanha; separação entre o público e o privado, com o imóvel do advogado e o dinheiro que a campanha não explica; impessoalidade da lei, escancarada na provocação de que dinheiro recebido por Flávio é particular e o mesmo dinheiro quando chega a Moraes vira problemão. O que sustenta a indignação é a exigência de contas — a melhor notícia do gráfico. A má é o formato: quando todos os que se aproximam do tribunal são julgados sob suspeita, o que circula não é um veredito sobre regras, é um estado difuso de desconfiança que corrói a confiança institucional em bloco, sem reconstruí-la em lugar nenhum.

O terceiro movimento impede a leitura simplista. A fatia positiva de Flávio Bolsonaro, embora sejam 10% de sua barra, vale 45.490 interações: mais do que o engajamento total de cada um dos outros cinco nomes, um a um — Lula soma 27.693, Renan Santos 24.040, Tarcísio 9.007, Caiado 3.623, Zema 2.649. O apoio que se converte em circulação em torno da crise não é maioria, mas é mais robusto que qualquer alternativa, e vem embalado em esperança, no pronunciamento em que ele joga Moraes no colo de Lula e fala em mudar sem rancor, enquanto o campo adversário trabalha com indignação, raiva e desprezo. Renan Santos fecha a conta de forma exemplar: 100% negativo, e não por acaso — ele aparece no post viral em que um eleitor desiste dele para votar Flávio no primeiro turno, ou seja, quem não é Flávio vira passagem. A quem interessa essa concentração? A quem capitaliza a crise, porque transforma o desgaste do tribunal em combustível de campanha, e a quem a enfrenta, porque encontra um alvo único para bater. A instituição não está sendo defendida na arena pública: está sendo usada — e a exigência de prova e de prestação de contas ainda tem tração popular, ainda que os valores republicanos funcionem, aqui, mais como munição do que como bússola.

O padrão de confiança institucional no debate de cada pré-candidato endurece o quadro: a desconfiança responde por 73,6% de todo o engajamento do recorte, a confiança seletiva por 18% e a confiança plena cabe em uma única interação. Flávio Bolsonaro responde por 71,2% do total, e na sua própria barra a desconfiança ocupa 77,1%; Zema tem 100% da sua barra em desconfiança, Tarcísio 96,9%, Renan Santos 92,3%. Lula é a exceção que confirma a regra: é o único nome em que o crédito condicional supera o descrédito, por 54,5% contra 45,5%. Quando a confiança plena nas instituições é residual e a desconfiança rende quatro vezes mais engajamento do que a credibilidade condicional, a legitimidade do sistema deixa de repousar em adesão e passa a repousar em conveniência.



36 · Como o debate de cada pré-candidato à Presidência trata as instituições: padrão de confiança institucional

■ Desconfiança ■ Confiança seletiva ■ Confiança

O que este gráfico mede é simples de dizer e difícil de digerir: quando o debate cita cada um dos pré-candidatos à Presidência, o que ele diz sobre as instituições — e quanto essa leitura circula. Os nomes aqui são o objeto da fala, não os autores: o retrato é do clima institucional dos textos que citam cada um, ponderado pelo engajamento. O padrão de confiança institucional é o juízo que o texto faz sobre as instituições: confiança, quando o crédito é integral; desconfiança, quando se supõe que a instituição falhou, foi capturada ou serve a alguém; confiança seletiva, quando o crédito é dado sob medida, ao que convém ao argumento. A resposta é unívoca. A desconfiança responde por 73,6% de todo o engajamento do recorte, a confiança seletiva por 18%, e a confiança plena cabe em uma única interação. Para cada interação em que as instituições recebem crédito condicional, há quatro em que recebem descrédito. Não é um debate sobre como consertar as instituições; é um debate que se alimenta da desmoralização delas.

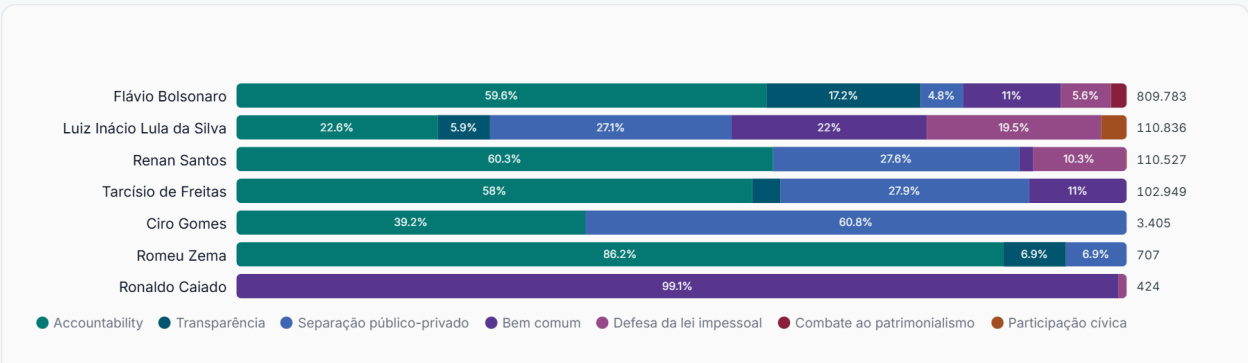
Dentro das barras — e a escala aqui é a composição de cada nome, não a fatia no todo — o quadro endurece. Flávio Bolsonaro responde por 71,2% de todo o engajamento do recorte, e os textos que o citam concentram cerca de três quartos de tudo o que circula sob desconfiança; na sua própria barra, a desconfiança ocupa 77,1%. Romeu Zema tem 100% da sua barra em desconfiança, Tarcísio de Freitas 96,9%, Renan Santos 92,3%. Lula é a exceção que confirma a regra: é o único nome em que o crédito condicional supera o descrédito, por 54,5% contra 45,5% — e, ainda assim, a desconfiança que o acompanha é sombra que nenhum outro pré-candidato tem em volume. Ronaldo Caiado, com 97,8%, e Ciro Gomes, com 87,5%, seguem o padrão seletivo, mas em faixas estreitas de exposição, que não sustentam generalização. O dado decisivo é outro: quem passa por Flávio Bolsonaro passa por um clima de descrédito institucional, e esse clima é o que o público efetivamente compartilha.

Vale dizer o que está em jogo no caso concreto, porque o gráfico só se explica nele. A crise aberta no Supremo — a ofensiva contra Alexandre de Moraes, a troca de farpas com André Mendonça, os apelos de Edson Fachin e Cármen Lúcia a duas semanas do pleito — é o cenário em que essas barras foram desenhadas. Flávio Bolsonaro diz que a democracia vive sem os ministros que Lula indicou à Corte; Lula devolve que não era presidente quando Moraes foi nomeado e que o senador tem o rabo preso ao Master. Em volta, o vocabulário do descrédito: o apartamento de luxo ligado ao operador de Vercaro, o pedido de bloqueio de bens, o rombo no Rioprevidência, o envolvimento de Milton Leite em esquema no transporte paulista. É preciso precisão: o padrão é único por texto e as pessoas citadas são várias, de modo que a mesma publicação marca o mesmo juízo sobre todos os nomes que menciona — o que se lê aqui é o clima

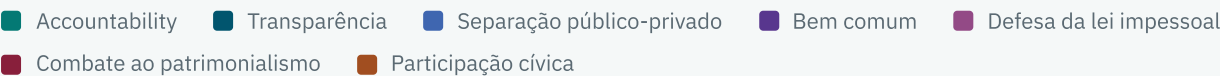
institucional em que cada pré-candidato aparece, jamais a confiança que se deposita nele. Flávio é o nome que arrasta o descrédito; Lula é o único que aparece associado a um crédito sob medida, o que sugere, no condicional, um esforço de se apresentar como fiador da ordem institucional enquanto a ataca por outro ângulo.

Quando a confiança plena nas instituições é residual e a desconfiança rende quatro vezes mais engajamento do que a credibilidade condicional, a legitimidade do sistema deixa de repousar em adesão e passa a repousar em conveniência: apoia-se o tribunal que convém, desconfia-se do que não convém, e o repertório republicano — a prestação de contas, a impessoalidade da lei, a transparência, a separação entre o público e o privado — é mobilizado como munição de ataque, não como projeto comum. Há um sinal de resiliência, e ele não é pequeno: a disputa pela credibilidade institucional continua existindo, e o fato de a confiança seletiva ser a marca de Lula, Caiado e Ciro mostra que o argumento institucional ainda vale alguma coisa para alguém. Mas o sinal de erosão é mais forte, porque é ele que circula. A pré-campanha de 2026 não está discutindo como reparar as instituições; está lucrando com o descrédito delas.

Os valores republicanos no debate de cada pré-candidato mostram a mesma conversão em arma. Flávio Bolsonaro concentra 71% de todas as interações do conjunto, e a prestação de contas domina de forma esmagadora dentro de cada barra — 59,5% da dele, 60,4% da de Renan Santos, 58% da de Tarcísio, 86,1% da de Zema. Não é elogio: é a gramática da cobrança, e quase toda ela aponta numa direção. No caso de Flávio, prestação de contas e transparência somam quase 77% da barra, alimentadas pelo caso Master, pelo apartamento do operador financeiro, pelo pedido de bloqueio de bens e pelo rombo no Rioprevidência. Quem tem 71% da exposição não tem 71% da simpatia: tem 71% da suspeita. Lula tem o perfil mais equilibrado de todos — 27,2% de separação entre o público e o privado, 22,6% de prestação de contas, 22% de bem comum, 19,5% de impessoalidade da lei. E o que some do quadro é o que deveria defini-lo: bem comum em 11%, transparência em 13%, impessoalidade da lei em 6% e participação cívica em 0,3%.



37 · Os valores republicanos no debate de cada pré-candidato à Presidência



O gráfico mede os valores republicanos acionados quando cada pré-candidato à Presidência é citado — prestação de contas, transparência, bem comum, impessoalidade da lei, participação cívica e separação entre o público e o privado, o vocabulário com que o texto avalia a coisa pública — e o peso de cada um é medido em engajamento, isto é, na exposição que a associação recebeu. Dos sete nomes, Flávio Bolsonaro concentra 71% de todas as interações do conjunto; Renan Santos (9,8%), Lula (9,7%) e Tarcísio de Freitas (9%) repartem um décimo quase igual; Ciro Gomes, Romeu Zema e Ronaldo Caiado somam, juntos, meio por cento. Mais decisivo ainda: o valor republicano que domina é a prestação de contas, com 56% do engajamento total, e ele domina de forma esmagadora dentro de cada barra — 59,5% da de Flávio, 60,4% da de Renan, 58% da de Tarcísio, 86,1% da de Zema. Não é elogio. É a gramática da cobrança, e quase toda ela aponta numa direção.

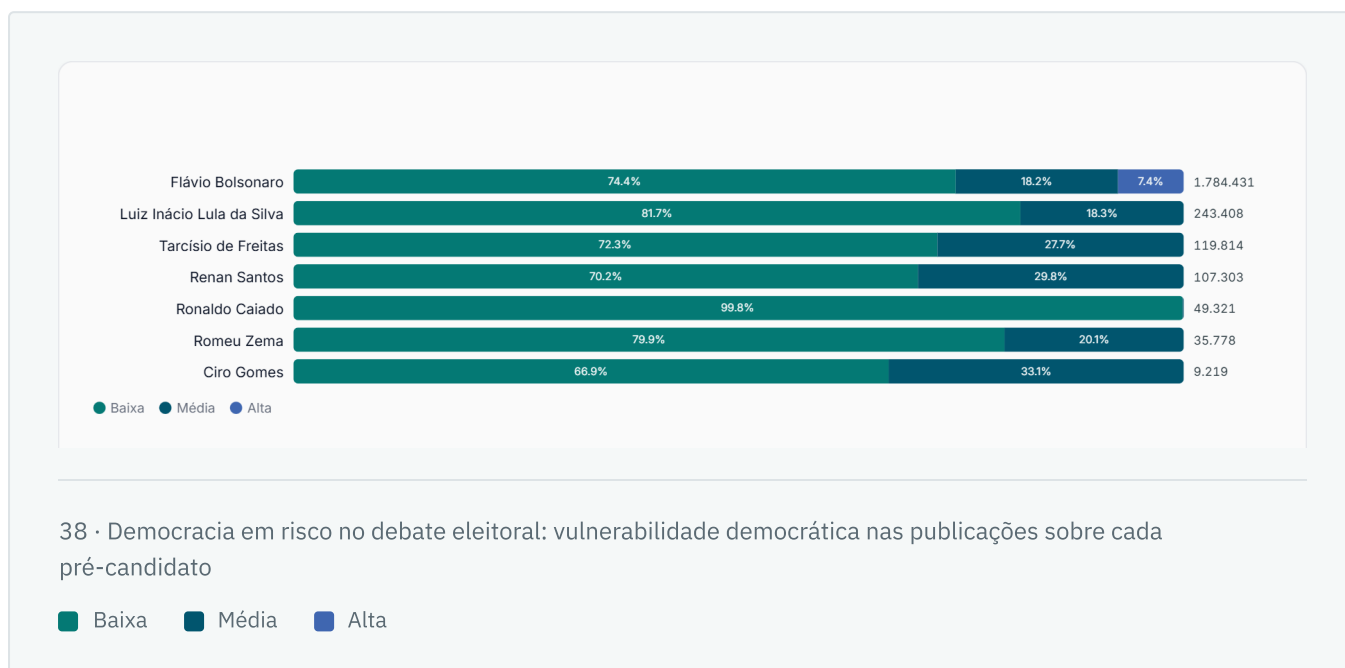
Porque, no caso de Flávio Bolsonaro, prestação de contas e transparência somam quase 77% da barra, e o que as alimenta são o caso Master, o apartamento de luxo do operador financeiro, o pedido de bloqueio de bens ao Supremo, a rachadinha. Quem tem 71% da exposição não tem 71% da simpatia: tem 71% da suspeita — o nome que a campanha adversária transformou em sinônimo de dinheiro mal explicado, e que a própria candidatura tenta responder com o vocabulário do Brasil passado a limpo. O contraste com Lula é o achado mais fino do gráfico: o presidente tem o perfil mais equilibrado de todos (27,2% de separação entre o público e o privado, 22,6% de prestação de contas, 22% de bem comum, 19,5% de impessoalidade da lei), o que descreve menos uma acusação concentrada e mais um governante cuja fala sobre o Supremo e sobre a reforma da Corte é filtrada por uma variedade de valores. A crise institucional que domina o período aparece aqui traduzida em valores: quem pede o afastamento e responsabiliza Moraes fala a língua da prestação de contas; quem defende a integridade da Corte, a da impessoalidade da lei.

Os que mal aparecem dizem tanto quanto os que aparecem. Ciro Gomes tem 60,8% de sua barra em separação entre o público e o privado, e o resto em prestação de contas — é o rompimento com Cid Gomes, a briga cearense lida como disputa entre o interesse público e o arranjo privado, e nada além. Zema tem 86,1% em prestação de contas, resultado inteiro do ato contra Moraes em que jura não ser sobre direita ou esquerda; Caiado, que o gráfico registra em bem comum, não reúne exposição para sustentar leitura. O que some do quadro é o que deveria defini-lo: bem comum fica em 11% do engajamento total, transparência em 13%, impessoalidade da lei em 6% — e participação cívica, o valor que sustenta qualquer democracia viva, em 0,3%. Ninguém está discutindo, com alcance, o que se faz com o Estado; está-se discutindo quem o sujou.

À luz da pergunta que governa o painel, o gráfico responde com desconforto: a crise do Supremo entrou na pré-campanha menos como teste de instituições e mais como munição de reputação, e o resultado é uma disputa em que a virtude pública é sempre predicado do outro — nunca programa do candidato que fala. Quando prestação de contas responde por mais da metade da exposição e a separação entre o público e o privado surge em três quartos das barras relevantes, o que está em jogo não é a saúde das instituições em abstrato, mas a conversão do vocabulário institucional em arma eleitoral: a confiança nas instituições, assim, não se mede pelo que se defende, e sim pelo que se imputa. A concentração em Flávio Bolsonaro, com 71% da exposição e um perfil quase inteiro de cobrança, sugere que a eleição de 2026 começa a ser jogada não sobre o que cada um faria com o Estado, mas sobre quem consegue provar que o adversário não deveria tocá-lo.

A vulnerabilidade democrática no debate eleitoral é, de longe, o dado mais tranquilizador do painel — e o mais ambíguo. De cada quatro unidades de exposição que circulam sobre os sete pré-candidatos, três ficam em publicações que tratam o jogo democrático como rotina, não como disputa: 75,5% no grau baixo,

18,9% no médio e 5,6% no alto. E o grau alto existe em uma única barra: Flávio Bolsonaro, onde ocupa 7,4% do que se engaja com seu nome; em Lula, Tarcísio, Renan Santos, Caiado, Zema e Ciro Gomes, o grau alto é zero. A contestação aberta das regras do jogo não é o combustível do engajamento eleitoral em massa — é a exceção, e exceção de um só. Mas essa exceção está exatamente na candidatura que concentra três quartos da exposição. Uma democracia em que a contestação institucional é monopólio de um só nome, e a defesa da ordem é silêncio, não está doente de crítica — está doente de indiferença.



A evidência é incômoda para quem esperava que a pior crise institucional da história recente tivesse contaminado o corpo do debate eleitoral: de cada quatro unidades de exposição que circulam sobre os sete pré-candidatos à Presidência, três ficam em publicações que tratam o jogo democrático como rotina, não como disputa. A vulnerabilidade democrática mede o quanto um texto coloca as próprias normas do jogo em disputa — e conta igualmente quem as ataca e quem sai em sua defesa; aqui ela é atribuída por quem publica aos nomes citados. Somando os três dias, o grau alto responde por 5,6% do engajamento do recorte e existe em uma única barra: Flávio Bolsonaro, onde ocupa 7,4% do que se engaja com seu nome; em Lula, Tarcísio de Freitas, Renan Santos, Ronaldo Caiado, Romeu Zema e Ciro Gomes, o grau alto é zero. A faixa média responde por 18,9% do total, e a baixa, por 75,5%. Como a medida é engajamento, isso descreve exposição, não a prevalência do discurso.

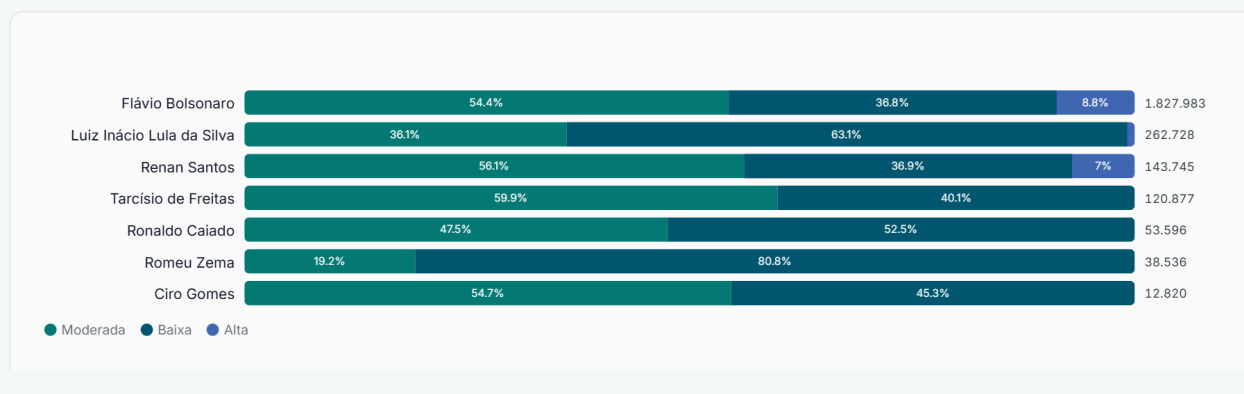
E a exposição é brutalmente concentrada. Flávio Bolsonaro responde por 76% de todo o engajamento do recorte, cerca de sete vezes e meia o volume de Lula, que vem em segundo com 10,4%; Tarcísio (5,1%), Renan (4,6%), Caiado (2,1%), Zema (1,5%) e Ciro (0,4%) dividem o que sobra. A consequência é direta: a parcela de contestação das normas em torno de um único nome — os 7,4% da barra de Flávio, ou 131,4 mil interações — supera, sozinha, todo o engajamento reunido de Tarcísio, Renan, Caiado, Zema e Ciro em todos os níveis. É em torno de Flávio que o material mais engajado se divide entre a denúncia de que ele é a ameaça — o vídeo em que o Intercept Brasil sentencia que trabalhadores, mulheres e defensores da soberania nacional têm a perder com sua vitória, os ataques que ligam sua campanha ao apartamento herdado do operador de Vercaro e ao bloqueio de bens pedido no Supremo, o epíteto de rabo preso ao

Master — e o pronunciamento em que ele mesmo promete passar o Brasil a limpo e afirma que a democracia vive sem os ministros indicados por Lula. Nos dois sentidos, a democracia entra na conversa: num, como risco a evitar; no outro, como bandeira a empunhar.

Os demais perfis contam outra história, e ela é quase toda de campanha ordinária. Caiado é o caso-limite: 99,8% da exposição com seu nome em grau baixo — nada, ou quase nada, do que se engaja sobre ele o coloca em disputa de normas. Zema, que convocou ato contra Moraes e tentou dizer que não é sobre direita ou esquerda, tem 79,9% em baixa e 20,1% em média. As maiores proporções relativas de grau médio estão em Ciro Gomes (33,1%), Renan Santos (29,8%) e Tarcísio (27,7%), este último envolvido em episódios de suspeita — o elo com Milton Leite e o caso Dark Horse — que tangenciam o sistema, mas não o contestam. E Lula, o incumbente que disputa a reeleição no exato momento em que a Corte arde, tem 81,7% da barra em baixa e nada em alta: o engajamento com seu nome corre no registro do Bolsa Família, da entrevista na Record, dos data centers, da pesquisa de aprovação — a crise passa ao largo, e ele a empurra para longe com a frase de que não era presidente quando Moraes foi indicado.

O que este gráfico diz sobre a saúde das instituições é ambíguo e por isso mesmo relevante. Há um sinal de resiliência: a contestação aberta das regras do jogo não é o combustível do engajamento eleitoral em massa — é a exceção, e exceção de um só. Mas há um sinal de erosão igualmente claro: essa exceção está exatamente na candidatura que concentra três quartos da exposição, de modo que a dúvida sobre a legitimidade das instituições não some do debate, apenas se acopla ao nome mais barulhento — e, acoplada a ele, ganha mais alcance do que qualquer proposta dos outros seis. O eleitorado engaja, em maioria, com o espetáculo da eleição; onde engaja com a norma, engaja para dizer que a democracia está em jogo. Uma democracia em que a contestação institucional é monopólio de um só nome, e a defesa da ordem é silêncio, não está doente de crítica — está doente de indiferença.

A polarização no debate de cada pré-candidato confirma a concentração: 74,4% do engajamento giram em torno de Flávio Bolsonaro, e de tudo o que o quadro classifica no grau alto, 93% está em textos que citam o seu nome. Lula responde por 10,7% do total, sete vezes menos. Na barra de Flávio, 54,3% vêm de textos de polarização moderada, 36,8% de baixa e 8,8% de alta — é a única barra em que o grau alto tem peso real. Zema é o nome de ambiente mais ameno do painel, com 80,8% de exposição em baixa polarização. A polarização alta não é o clima geral da pré-campanha — é uma ilha, e a ilha tem dono. O desgaste do tribunal virou combustível de exposição de um dos competidores, enquanto o campo que se apresentaria como fiador da legalidade faz sua defesa por reação, não por agenda.



39 · Polarização no debate de cada pré-candidato à Presidência

■ Moderada
 ■ Baixa
 ■ Alta

Este gráfico mede uma coisa só: como a exposição que cita cada pré-candidato se reparte entre graus de polarização — a intensidade do antagonismo de tipo nós contra eles que o texto carrega, em três degraus, baixo, moderado e alto, sem distinguir se ele é ideológico, afetivo-identitário, antipolítico ou institucional. E a base é de quem se fala, não de quem fala: cada barra descreve o clima dos textos que citam aquele nome, jamais o que ele próprio diz. Dos 2.460.285 de interações do quadro, 74,4% giram em torno de Flávio Bolsonaro — quase três quartos de toda a exposição acumulada pelos sete nomes reunidos. Mais decisivo ainda: de tudo o que o quadro classifica no grau alto de polarização, 93% está em textos que citam Flávio. Lula, o incumbente que disputa a reeleição, responde por 10,7% do total, sete vezes menos que o adversário. A assimetria não é detalhe de ranking: neste recorte, o conflito institucional brasileiro tem endereço único, e o endereço é a candidatura que fez da ofensiva contra o Supremo o seu palco.

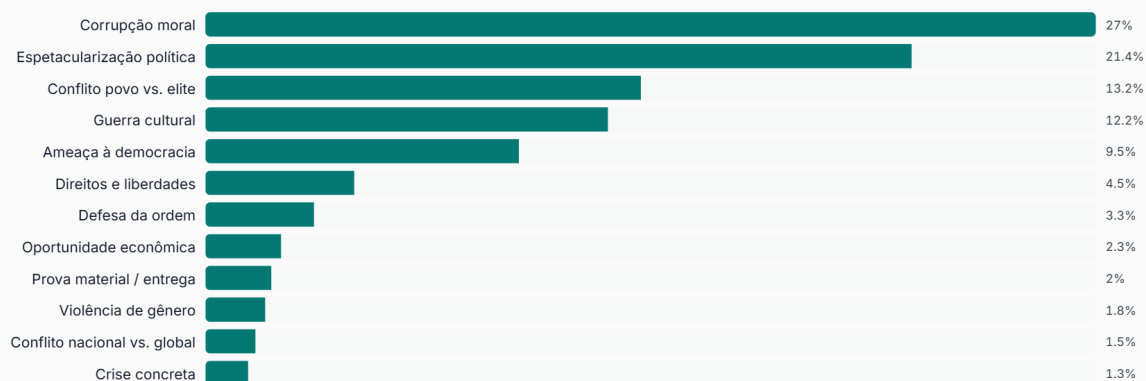
Olhemos a composição de cada barra, que é onde a história fica fina. Na barra de Flávio, 54,3% da exposição vem de textos de polarização moderada, 36,8% de baixa e 8,8% de alta — é a única barra do quadro em que o grau alto tem peso real, e é também, por margem mínima sobre Renan Santos, a que tem a menor fatia de baixa polarização entre todas. Renan é o segundo a registrar alta, com 7% da própria barra; Lula mal aparece nela, com 0,8%. Tarcísio de Freitas, Romeu Zema, Ronaldo Caiado e Ciro Gomes marcam zero no grau alto. Zema, aliás, é o nome de ambiente mais ameno de todo o painel: 80,8% da exposição que o cita é de baixa polarização, o que combina com um governador citado sobretudo para ser pressionado a desistir em favor do favorito, não para encarnar o confronto. Visto pelo conjunto, o quadro se reparte em 40,9% de baixa polarização, 52,1% de moderada e 7,1% de alta. A polarização alta não é o clima geral da pré-campanha — é uma ilha. E a ilha tem dono.

Vale dizer o que habita cada degrau. No grau moderado, a maior piscina de exposição, estão as acusações que dão liga ao escândalo: o apartamento de luxo que pertenceu ao cunhado e operador financeiro de Vercaro, o pedido de bloqueio de bens no Supremo, o rombo no Rioprevidência, o caso Master. É o terreno em que o enquadramento de corrupção — a leitura que organiza o episódio como desvio moral e material — rende audiência sem precisar incendiar. Na baixa polarização circulam o pronunciamento do próprio candidato, o Brasil precisa ser passado a limpo, a sabatina, a entrevista na Record, as pesquisas, inclusive aquela em que o incumbente aparece vencendo qualquer adversário no segundo turno. E no grau alto o que se vê é o choque frontal com a Corte, com o afastamento de um ministro em pauta e o pedido público de desculpas de outro. Repare na assimetria: o ataque ao tribunal não se converte em exposição contra Lula; o

nome que o absorve é o do desafiante. E quem se alinha à defesa da integridade da Corte, no material do período, também fala de Flávio — da advertência sobre o que todos temos a perder com a sua vitória ao apontamento do rabo preso ao Master. A polarização institucional orbita um só candidato, e isso pesa sobre a qualidade da democracia: o desgaste do tribunal virou combustível de exposição de um dos competidores, enquanto o campo que se apresentaria como fiador da legalidade faz sua defesa por reação, não por agenda.

O que isso diz sobre a saúde das instituições? Que a desconfiança concentrada é ativo eleitoral de uma candidatura. O vocabulário republicano da prestação de contas é mobilizado não contra um agente qualquer, mas contra o guardião da legalidade, e é nesse terreno que se arrecadam as maiores fatias de interação. Não é a impessoalidade da lei que organiza o debate no grau alto, nem a transparência tomada como bem comum: é a personalização do conflito, com um ministro no papel de alvo e um pré-candidato no papel de quem cobra. Do outro lado, a barra mais serena do quadro, a de Lula, com 63,1% de exposição em baixa polarização, sugere que o governo aparece mais em registro informativo do que no corpo a corpo institucional — o que o poupa do desgaste da crise ao preço de deixá-lo sem narrativa própria sobre ela. A alta polarização não se difundiu por todo o campo, o que fala a favor da contenção; mas concentrou-se de tal modo em um nome que o litígio contra a Corte passou a ter dono, público e mercado. Onde há mercado para o ataque à instituição, a resiliência democrática depende de que os demais atores não se calem — e este quadro mostra que, medidos por exposição, são poucos os que ocupam o jogo institucional, e quase sempre falando de um só.

As agendas em disputa fecham o diagnóstico com clareza incômoda: corrupção moral responde por 25,5% do engajamento em torno dos presidenciáveis e espetacularização política por 20,4%; com o conflito entre povo e elite (12,5%) e a guerra cultural (11,6%), os quatro enquadramentos do topo somam 70%, e com a ameaça à democracia (9%) chega-se a 79%. Oito de cada dez interações foram gastas em suspeita, dramaturgia, ressentimento antipolítico e trincheira cultural. A corrupção moral, sozinha, vale mais que os enquadramentos de ameaça à democracia, direitos e liberdades e defesa da ordem somados, que ficam em 16,4%. E a agenda de governo — oportunidade econômica (2,2%), prova material e entrega (1,9%), crise concreta (1,3%), incompetência estatal (1,1%), desigualdade estrutural (1%) — não chega a 9%. Uma eleição que engaja quatro vezes mais espetáculo de escândalo do que proposta econômica julga pessoas, não políticas públicas.



40 · As agendas em disputa na pré-campanha presidencial: enquadramentos específicos mais engajados

O gráfico mede quanto do engajamento total do recorte — as menções, na pré-campanha, a Flávio Bolsonaro, Lula, Tarcísio de Freitas, Ronaldo Caiado, Romeu Zema, Renan Santos e Ciro Gomes — se concentra em cada enquadramento específico, isto é, em cada tema de fundo que o texto assume ao tratar desses nomes, e a resposta é escancarada: corrupção moral responde por 25,5% do engajamento e espetacularização política por 20,4%; juntas, as duas pastas carregam 45,9%, quase metade de tudo o que o recorte moveu. Não é um empate de agendas: é uma campanha sendo consumida como escândalo e como palco. Os quatro enquadramentos do topo — corrupção moral, espetacularização, conflito entre povo e elite (12,5%) e guerra cultural (11,6%) — somam exatamente 70% do engajamento; com ameaça à democracia (9,0%), chega-se a 79%. Oito de cada dez interações do recorte foram gastas em suspeita, dramaturgia, ressentimento antipolítico e trincheira cultural. A corrupção moral, sozinha, vale mais que os enquadramentos de ameaça à democracia, direitos e liberdades e defesa da ordem somados, que ficam em 16,4%. O caso Master, o apartamento de luxo ligado ao operador de Vercaro, os R\$ 72 milhões bloqueados e o rombo do Rioprevidência pesam mais, no que o público engaja, do que a própria crise da Corte.

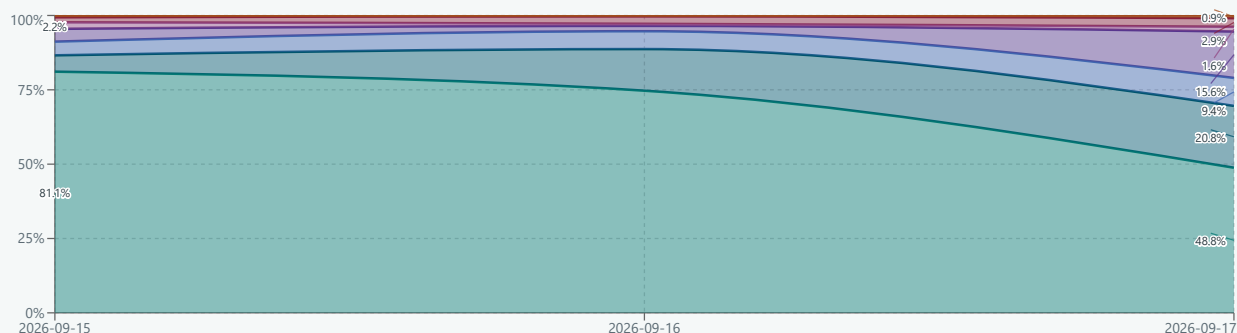
Vale dizer o que ficou fora do pódio. Oportunidade econômica (2,2%), prova material e entrega (1,9%), crise concreta (1,3%), incompetência estatal (1,1%), métodos de contenção (0,9%) e desigualdade estrutural (1,0%) somam menos de 9% do engajamento — a agenda de governo, o programa, a obra, a conta que fecha, tudo aquilo que numa eleição deveria ser o corpo do debate, ocupa a margem do que circula. Direitos e liberdades ficam em 4,3%, menos da metade da guerra cultural; violência de gênero, 1,7%; e os enquadramentos de raça e de violência doméstica não carregam engajamento neste recorte de pré-candidatos — o que não autoriza dizer que sumiram do debate, apenas que não é por ali que a disputa presidencial se move. Uma eleição que engaja quatro vezes mais espetáculo de escândalo do que proposta econômica julga pessoas, não políticas públicas.

Deve-se admitir o óbvio: este é um retrato de reputação em formação, e ele diz quem está sendo julgado e por qual gramática. Flávio Bolsonaro é, ao mesmo tempo, autor do enquadramento de espetacularização — o pronunciamento que interrompe o próprio programa eleitoral, o Brasil precisa ser passado a limpo, a mudança que tem nome — e alvo preferencial da corrupção moral, atacado por Lindbergh 1300, pelo PT e

por perfis de oposição com a mesma pasta. A corrupção moral funciona, neste gráfico, como a pasta em que o nome do adversário foi arquivado: escândalo financeiro, dinheiro de terceiros, patrimônio pessoal misturado ao público. É precisamente aí que os valores republicanos aparecem degradados a arma de campanha: a prestação de contas deixa de ser exigência de transparência e vira anátema pessoal; a separação entre público e privado é invocada caso a caso, conforme o alvo; o combate ao patrimonialismo é acionado contra o adversário e silenciado quando o caso é do próprio campo. E o conflito entre povo e elite, com 12,5%, mostra o outro combustível: a antipolítica que Renan Santos e, em parte, Zema tentam capitalizar, e que Lula e o PT devolvem na chave de trabalhadores, mulheres, defensores do meio ambiente e da soberania nacional contra o que está aí.

A crise institucional existe, é o assunto quente do período, e ainda assim ameaça à democracia não passa de 9% do engajamento em torno dos presidencialistas. Isso sugere que a Corte entrou na campanha menos como questão institucional e mais como matéria-prima de dois enquadramentos já dominantes — o escândalo moral e o espetáculo —, o que é sinal de erosão: quando a integridade das instituições não mobiliza engajamento próprio, o conflito entre Poderes é consumido como capítulo de novela eleitoral, e a confiança institucional perde o terreno em que poderia ser reconstruída pela razão pública. A resiliência que resta está em ver a disputa ainda nomear direitos e liberdades (4,3%) e ordem (3,1%) — pouco, mas não nulo. No recorte em que o público efetivamente se engaja, a democracia brasileira está sendo discutida não pelos seus procedimentos, mas pelos seus suspeitos.

A disputa por atenção, dia a dia, mostra o mercado monopolizado e sua dissolução. Flávio Bolsonaro responde por 74,6% do engajamento gerado pela citação nominal dos sete pré-candidatos no período; em 15 de setembro, absorveu 81,3% de toda a interação daquela jornada, contra 5,3% de Lula e 4,3% de Tarcísio. O conjunto perde tração em 48 horas — o engajamento do recorte desaba de 1,24 milhão para 325 mil —, e essa queda é, ela própria, a queda de Flávio: quase nove de cada dez interações perdidas no caminho eram do seu nome. Enquanto ele cai 84% em dois dias, Lula praticamente não se move e Tarcísio fica onde estava. Não foi uma maré geral que baixou, foi um pico que passou — o do pronunciamento transmitido à nação no dia 15 e da resposta presidencial que ele atraiu. E há a virada de composição: a fatia de Flávio dentro do dia recua de 81,3% para 74,7% e depois para 48,8%, enquanto os outros seis saltam de 18,7% para 51,2%. Quando o vendaval em torno da Corte arrefece, a atenção não migra para o debate institucional — migra para o próximo caso, com outro nome no centro. Ciro Gomes, com discurso econômico, responde por 0,5% do engajamento do período; Zema e Caiado, que fizeram do confronto aberto com o Supremo a sua plataforma, somam 3,7% entre si.



41 · Quem disputa a atenção na pré-campanha presidencial, dia a dia (engajamento por pré-candidato)

■ Flávio Bolsonaro
 ■ Luiz Inácio Lula da Silva
 ■ Renan Santos
 ■ Tarcísio de Freitas
 ■ Romeu Zema
 ■ Ronaldo Caiado
 ■ Ciro Gomes

Pré-campanha é mercado de atenção, e este gráfico mostra um mercado monopolizado. Somados os três dias, de 15 a 17 de setembro, Flávio Bolsonaro responde por 74,6% do engajamento gerado pela citação nominal dos sete pré-candidatos à Presidência — de cada quatro interações que o nome de um deles provocou, três pararam nele. Luiz Inácio Lula da Silva fica com 10,6%, Renan Santos com 5,8%, Tarcísio de Freitas com 4,9%, Ronaldo Caiado com 2,2%, Romeu Zema com 1,6% e Ciro Gomes com 0,5%. O que separa a liderança simples da hegemonia está no recorte do dia: em 15 de setembro, Flávio absorveu 81,3% de toda a interação daquela jornada, contra 5,3% de Lula, 4,6% de Renan Santos e 4,3% de Tarcísio de Freitas. E aqui convém a precisão que quase sempre se perde: engajamento é exposição, e a exposição medida é a do nome citado, não a da fala de quem cita — nenhuma destas linhas é programa de governo, todas são temperatura em torno de um alvo. Uma pré-campanha em que quatro de cada cinco interações de um dia se agarram a um único nome é uma pré-campanha que trocou a comparação de propostas pelo episódio, e isso, no quesito da qualidade da democracia, é menos sinal de vitalidade do debate do que de sua captura por um só protagonista.

A série conta, ainda, como a onda se formou e como se desfez. O conjunto perde tração em 48 horas — o engajamento do recorte desaba de 1,24 milhão em 15 de setembro para 325 mil no dia 17 —, e essa queda é, ela própria, a queda de Flávio: quase nove de cada dez interações perdidas no caminho eram do seu nome. Enquanto ele cai 84% em dois dias, Lula praticamente não se move (de 65 mil para 68 mil interações) e Tarcísio fica onde estava (de 54 mil para 51 mil). Ou por outra: não foi uma maré geral que baixou, foi um pico que passou — o do pronunciamento transmitido à nação no dia 15 e da resposta presidencial que ele atraiu. E há a virada de composição, que é o dado politicamente mais eloquente: a fatia de Flávio dentro do dia recua de 81,3% para 74,7% e depois para 48,8%, enquanto os outros seis saltam de 18,7% para 51,2%. No último dia, Lula e Tarcísio somam 36,4% da interação diária, e o nome do governador de São Paulo, que definha a 1,8% no dia 16, volta a 15,6% no dia 17, quando a conversa desliza para o PCC no transporte e para a suspeita de violação de lacres no caso Dark Horse. Leia-se o que isso indica sobre as instituições: quando o vendaval em torno da Corte arrefece, a atenção não migra para o debate institucional — migra para o próximo caso, com outro nome no centro.

O quadro dos que quase não existem na disputa diz tanto quanto o do que a domina. Ciro Gomes, que traz o rompimento com Cid Gomes no Ceará e uma pré-candidatura de discurso econômico, responde por 0,5% do engajamento do período. Zema e Caiado, que fizeram do confronto aberto com o Supremo a sua plataforma — um convocando ato contra o ministro, o outro transformando a crise na Corte em tema de palanque —, somam 3,7% entre si. A ofensiva frontal contra o tribunal, convertida em moeda eleitoral, não converte em exposição: quem puxa a interação é o nome que encarna o duelo, não o que o arremeda. Renan Santos, por seu turno, com 5,8% no período, chega a superar Tarcísio de Freitas no acumulado — e chega lá por atrito, pela frase sobre um laçao de Trump e pela declaração sobre violência contra a mulher. É a mesma gramática em toda parte: o que mobiliza é o choque, não a agenda.

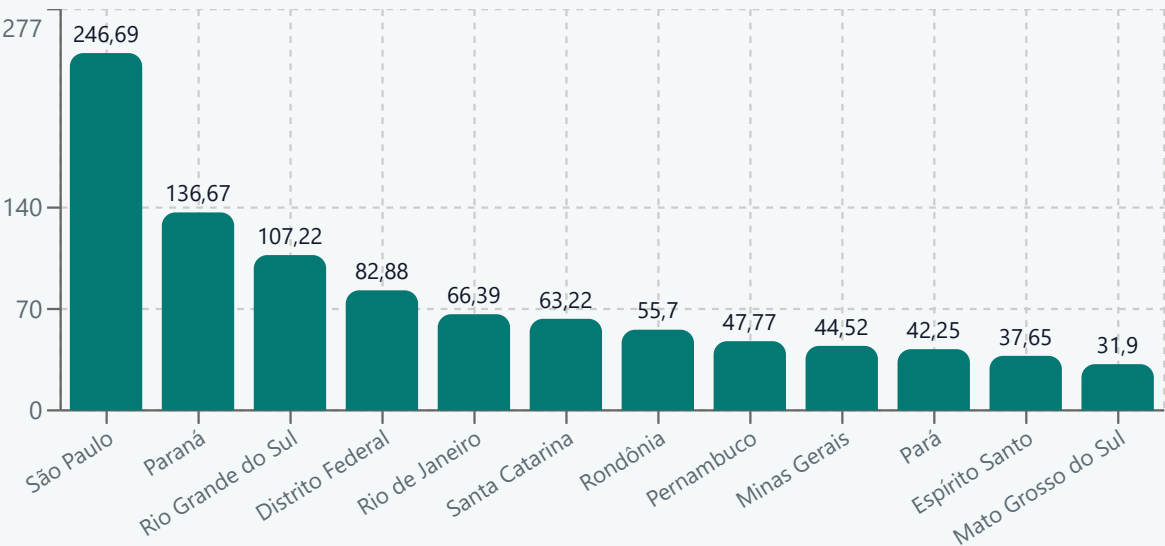
Resta o que este gráfico acrescenta à pergunta sobre a saúde democrática. A crise do Supremo irrigou a pré-campanha, mas irrigou como combustível de exposição, não como ocasião de escrutínio: o nome que mais acumulou interações é o do candidato que fez do ataque à Corte o seu pronunciamento, e é em torno dele que se concentram as peças de prestação de contas — o imóvel, o bloqueio de bens, o operador financeiro, o caso Master —, isto é, os valores republicanos da lei impessoal, da separação entre o público e o privado e da transparência entram no debate como munição de acusação, não como norma compartilhada a ser defendida. Há, no entanto, um sinal de resiliência na própria dispersão: passado o pico, a atenção se reparte, os dois polos reais da eleição (Lula e Tarcísio) retomam espaço e os arautos do confronto institucional como bandeira única ficam com migalhas. A democracia que este gráfico deixa entrever não está sitiada por um debate sobre instituições — está, isso sim, com suas instituições transformadas em palco de um espetáculo que dura o tempo de um pronunciamento.

O DINHEIRO DA PRÉ-CAMPANHA COMPRA A ACUSAÇÃO

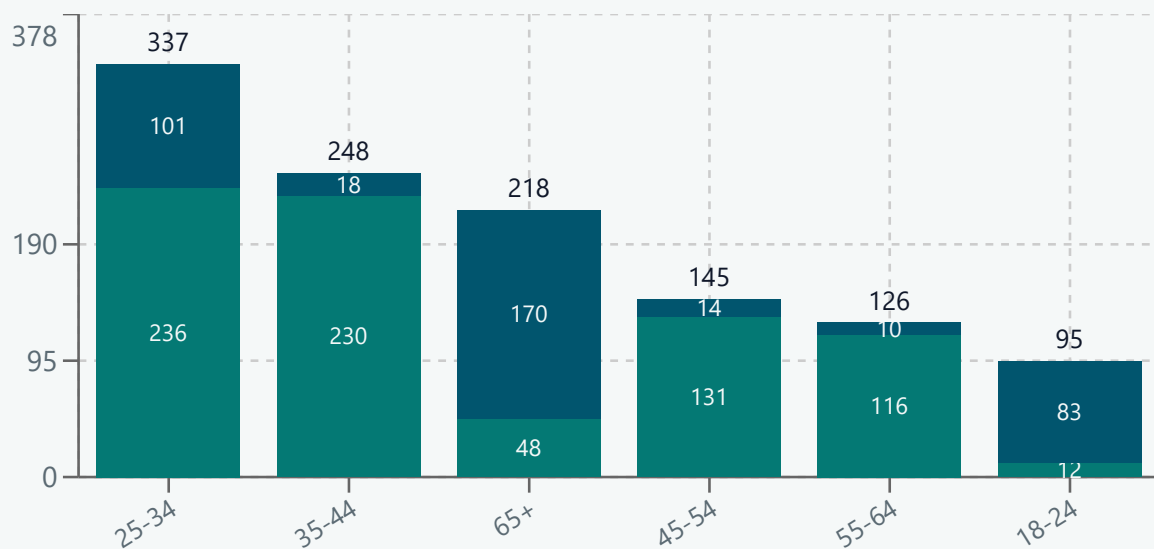
A crise mais ruidosa do ano no Judiciário já tem preço de mídia. Nas campanhas pagas que tocam o assunto, 1.294 anúncios, em 315 páginas e de 317 financiadores declarados, com gasto entre R\$ 397.700 e R\$ 580.006 nas faixas que a Meta informa — por peça, entre R\$ 307 e R\$ 448. Nove em cada dez anúncios caem no tema Política, Estado, democracia e eleições, e sete em cada dez seguiam no ar ao fim do recorte. Embaixo, a cauda: 56,1% das peças custaram menos de R\$ 100 e nove em cada dez, menos de R\$ 1 mil. Em cima, o núcleo que decide: as 123 peças de R\$ 1 mil ou mais somam dois terços do piso declarado, os dez maiores financiadores concentram 42% do dinheiro e os vinte maiores, 57,1%. Entre os dez maiores não há partido, comitê nacional ou entidade; há candidaturas, uma a uma, comprando o próprio lugar na crise. E o que essas peças dizem desmente a ideia de publicidade inofensiva: entre as que têm valência classificada, 84% são negativas; quase metade passou de 10 mil impressões, 145 passaram de 100 mil e nove, de um milhão. No topo do alcance está o ataque: das 30 peças que mais circularam, 18 são negativas e miram a Corte ou um ministro — Alexandre de Moraes em 15 delas, o STF em 9, André Mendonça em 4 e Edson Fachin em 3. O fogo cruzado vem dos dois campos: "FIM DA TIRANIA DO STF!" e "Alexandre de Moraes quer me prender" pela direita, "FORA ANDRÉ MENDONÇA!" pela esquerda, cada um com o pedido de voto ao lado. A dispersão entre centenas de financiadores impede falar em operação coordenada, mas não reduz o efeito: o dinheiro da pré-campanha amplifica exatamente o registro que corrói a autoridade de um tribunal, e o faz a pouco mais de duas semanas do voto.

Campanhas Ads · dinheiro e audiências

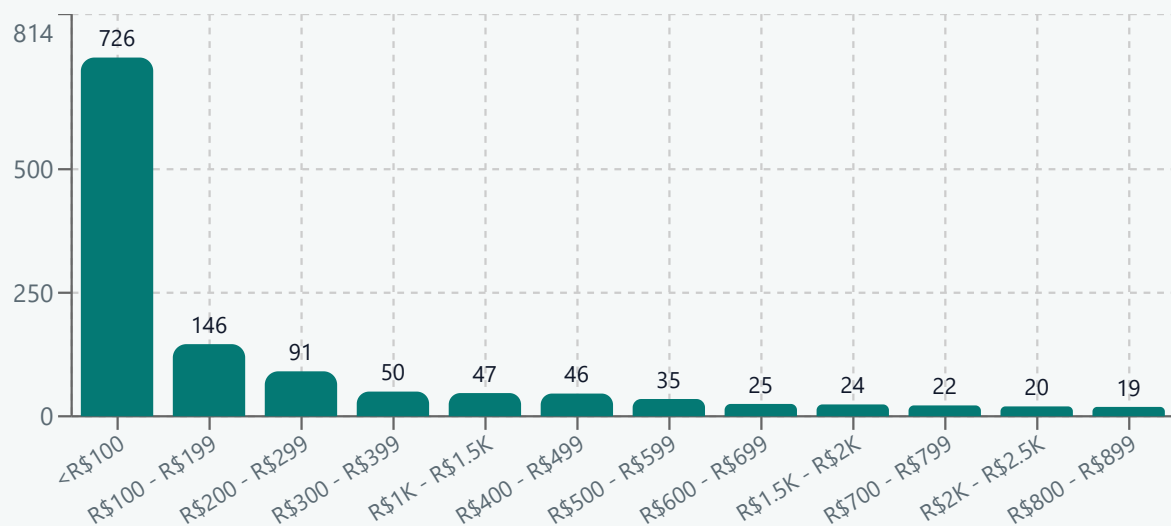
ANÚNCIOS	PÁGINAS	FINANCIADORES	GASTO ESTIMADO	ATIVOS	ESTADOS ALCANÇADOS
1.294	315	317	R\$ 397.700 – R\$ 580.006	920	34



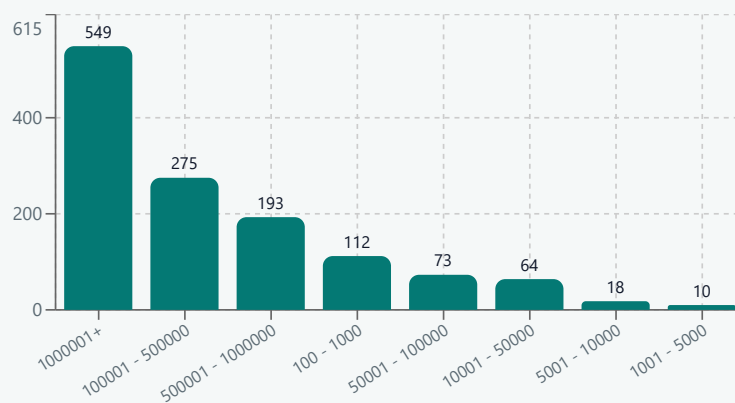
Audiência por estado (peso da entrega)



Audiência por idade x gênero (anúncios)



Faixas de gasto (R\$)



Audiência estimada por faixa

O que a crise do Supremo vira quando passa pelo caixa da pré-campanha: 1.294 anúncios políticos, em 315 páginas e de 317 financiadores declarados, com gasto entre R\$ 397.700 e R\$ 580.006 nas faixas que a Meta informa. Por peça, a conta fica entre R\$ 307 e R\$ 448; por financiador, entre R\$ 1.255 e R\$ 1.830.

Nove em cada dez anúncios caem no tema Política, Estado, democracia e eleições, e sete em cada dez seguiam no ar ao fim do recorte. Não é publicidade de marca nem de causa difusa: é dinheiro de disputa eleitoral, correndo em paralelo ao julgamento.

A distribuição tem dois andares. Embaixo, a cauda: 56,1% das peças custaram menos de R\$ 100 e nove em cada dez, menos de R\$ 1 mil. Em cima, o núcleo que decide: as 123 peças de R\$ 1 mil ou mais somam dois terços do piso declarado, os dez maiores financiadores concentram 42% do dinheiro e os vinte maiores, 57,1%. Quem lidera é a candidatura de Luna Zarattini a deputada federal, com quase um décimo do total; em seguida vêm duas candidaturas ao Senado, as de Ramon Moreira e de Alexandre Maranhão Khury, cada uma com cerca de 5%. Lula e Romeu Zema, pré-candidatos à Presidência, aparecem entre os dez maiores pagadores, com R\$ 13.500 e R\$ 12.200 de piso. Entre os dez maiores não há partido, comitê nacional ou entidade; há candidaturas, uma a uma, comprando o próprio lugar na crise.

A entrega mira um público específico. São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Rio de Janeiro concentram o maior peso de audiência, e a demografia dominante é masculina de 25 a 54 anos, com um bloco feminino relevante entre 18 e 24 e outro entre 65 anos ou mais. O que essas peças dizem desmente a ideia de publicidade inofensiva: entre as que têm valência classificada, 84% são negativas. Quase metade passou de 10 mil impressões, 145 passaram de 100 mil e nove, de um milhão. E no topo do alcance está o ataque: das 30 peças que mais circularam, 18 são negativas e miram a Corte ou um ministro, Alexandre de Moraes em 15 delas, o STF em 9, André Mendonça em 4 e Edson Fachin em 3. O fogo cruzado vem dos dois campos: "FIM DA TIRANIA DO STF!" e "Alexandre de Moraes quer me prender" pela direita, "FORA ANDRÉ MENDONÇA!" pela esquerda, cada um com o pedido de voto ao lado.

Para a saúde das instituições, a leitura é de erosão. A crise mais ruidosa do ano no Judiciário já tem preço de mídia, e esse preço compra a acusação pessoal contra ministros, não a defesa da Corte nem a discussão do problema institucional. A dispersão entre centenas de financiadores impede falar em operação coordenada, mas não reduz o efeito: o dinheiro da pré-campanha amplifica exatamente o registro que corrói a autoridade de um tribunal, e o faz a pouco mais de duas semanas do voto, quando o eleitor forma a imagem das instituições pelas quais vai escolher. A confiança institucional não se perde só no que se publica de graça; perde-se também no que se paga para dizer.

FINANCIADOR	ANÚNCIOS	GASTO ESTIMADO
PORTAL LAWLETTER	58	R\$ 0 – R\$ 5.742
CNPJ 68.438.235/0001-01 ELEICAO 2026 BRUNO SCHEID SENADOR	44	R\$ 1.200 – R\$ 5.556
ELEICAO 2026 CLARIANA ZACARKIM BARAO PRESIDENTE	36	R\$ 600 – R\$ 4.164
ALENCAR SANTANA	34	R\$ 4.900 – R\$ 9.066
ELEICAO 2026 LUIZ DE FRANCA E SILVA MEIRA DEPUTADO FEDERAL	33	R\$ 3.600 – R\$ 7.267

ELEICAO 2026 HUGO ROGERIO SARMANHO BARRA DEPUTADO FEDERAL	30	R\$ 19.200 – R\$ 25.370
STEFANUS ALEXSSANDRO FRANCA NOGUEIRA	29	R\$ 0 – R\$ 2.871
ELEICAO 2026 FABIO MAIA OSTERMANN DEPUTADO FEDERAL	28	R\$ 7.400 – R\$ 11.372
JONATAS TOLEDO	27	R\$ 0 – R\$ 2.673
ELEICAO 2026 LUNA ZARATTINI BRANDAO DEPUTADO FEDERAL	27	R\$ 37.200 – R\$ 47.473
ELEICAO 2026 MARINA HELENA CUNHA PEREIRA SANTOS DEPUTADO FEDERAL - 68.236.158/0001-07 - NOVO	26	R\$ 8.400 – R\$ 11.374
ELEICAO 2026 ELI DIAS BORGES SENADOR	25	R\$ 5.400 – R\$ 8.275

SÍNTESE: EROÇÃO E RESILIÊNCIA, COM OS NÚMEROS NA MÃO

Do lado da resiliência: a audiência engajada recusou a queda de Moraes por doze a um (71% de defesa da Corte contra 5,8% de pedido de afastamento); a polarização alta ficou em 16,2%, menor que a moderada e a baixa somadas; a vulnerabilidade democrática alta, em 13,7%, abaixo da rotina institucional; no debate eleitoral, o grau alto de contestação das normas existe em uma única barra e é zero em todos os outros seis nomes; a esperança lidera os estados atribuídos ao tribunal entre quem efetivamente o julga, com 40% do engajamento avaliado contra 23% do medo; e a ação institucional, ainda que minoritária, é o único canal em que a confiança seletiva tem peso sério. Do lado da erosão: a confiança plena nas instituições é estatisticamente nula; a desconfiança responde por 89,1% do que se diz sobre o tribunal e por 73,6% do que se diz sobre os presidenciáveis; a exigência de prova alta fica em 1,4%; a fundação moral acionada aparece no polo da violação em 94,4% dos casos; a causa direta, pessoal, responde por 83,8% das imputações; o enquadramento temático fica em 3%; a separação entre o público e o privado, num escândalo que é exatamente sobre essa fronteira, vale 9,4%; o bem comum, 1,3%; a participação cívica, 0,7%; e a pré-campanha converteu tudo isso em exposição de um só nome, com 87,4% da fatia. A crise não produziu maioria contra o Supremo — produziu um país que defende a instituição por conveniência, acusa por espetáculo e não tem quem fale em nome da regra.

O QUE ISSO DIZ SOBRE A SAÚDE DA DEMOCRACIA E DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A democracia brasileira, neste recorte, não está sob risco de ruptura — está sob risco de esvaziamento. Os números não mostram um eleitorado disposto a derrubar o Supremo: mostram um eleitorado que defende o Supremo sem confiar nele, que consome a crise como escândalo moral e não como questão constitucional, e que transformou a instituição em palco de uma disputa eleitoral que já começou. A confiança institucional plena é residual; a desconfiança é a língua franca; a exigência de prova responde

por 1,4% da audiência; e os valores republicanos comparecem como munição de lado, não como critério comum — a prestação de contas vale 54,9% quando serve para acusar, e o bem comum, 1,3%, quando serviria para reparar. Uma corte que chega ao pleito com nove décimos do que se fala sobre ela em registro de suspeição já perdeu alguma coisa antes de julgar qualquer coisa, e o que ela perdeu foi a blindagem impessoal que é a sua razão de ser: a instituição sobrevive como assunto, não como regra.

Há, contudo, um anticorpo que os dados registram com força: a ofensiva mais dura contra um ministro do Supremo não converteu exposição na mesma proporção em que ocupou a pauta política, e o campo que pede o afastamento fala por pouquíssimas vozes muito amplificadas, sem comando e sem constância. Isso é resiliência democrática medida em interação. O problema é que essa resiliência se organiza em torno de pessoas, não de normas: defende-se Moraes e a integridade da Corte, não o devido processo, a impessoalidade da lei ou o bem comum. E uma defesa que se apoia na estabilidade e na conveniência, e não no princípio, se desfaz no dia em que a estabilidade falhar — ou no dia em que a conveniência mudar de lado.

O que a eleição de 2026 herda desta crise, portanto, não é um debate sobre o desenho do Supremo, sobre o modelo de relatoria, sobre os limites do inquérito ou sobre a separação entre o público e o privado que o caso Vercaro escancarou. Herda uma galeria de suspeitos e um nome que absorveu a fatura. Quem capitaliza a crise não é quem propõe — é quem acusa, porque é o vocabulário da acusação que manda no alcance: a corrupção moral responde por 25,5% do engajamento em torno dos presidenciáveis e a espetacularização por 20,4%, enquanto a agenda de governo não chega a 9%. A pergunta que o painel deixa no ar não é se a Corte resiste — ela resistiu, e os números o dizem —, mas se a democracia brasileira encontrará, antes do voto, quem fale em nome da regra sem estar falando em nome de si mesmo. Por enquanto, quem fala mais alto não está defendendo a democracia nem a acusando: está apenas sentindo raiva em público, e cobrando a conta de um tribunal que a audiência insiste em poupar e ninguém se dispõe a defender por princípio.

FICHA METODOLÓGICA E SOBRE A PLATAFORMA

SOBRE A PLATAFORMA

A Orikom, plataforma de inteligência social da IPSE Global, acompanha diariamente o debate público brasileiro sobre política, clima e democracia em redes sociais, imprensa e anúncios políticos, e lê cada publicação com um conjunto de modelos de análise do discurso. Os painéis e relatórios do Laboratório cruzam esses modelos com apoio da Ori, a inteligência analítica da plataforma.

O QUE SE MONITORA

Redes e plataformas: Instagram, TikTok, X e YouTube; a Meta Ads, com o que foi veiculado como anúncio no Instagram, no Facebook, no Threads, no Messenger, no WhatsApp e na rede de parceiros da Meta; e a imprensa — os principais portais do país, mais tudo o que sai no Google News e no Bing. A coleta é contínua, por perfil e por palavra-chave: 4.446 perfis em coleta dedicada (Instagram 1.635, TikTok 891, X

828, YouTube 679) e 531 coletas por palavra-chave, sobre uma taxonomia de 7.320 termos em 58 temas e 283 subtemas (1.467 ativos no ciclo do momento e 772 em reserva, com termos emergentes entrando a cada cinco horas). Na imprensa, cerca de 900 veículos com cobertura recorrente.

Quem: todos os candidatos nacionais e estaduais de 2026 da lista oficial do TSE; os eleitos para presidente, governador, senador e deputado; os ministros nomeados; os perfis institucionais de órgãos públicos; influenciadores; e as mídias tradicionais e alternativas — 14.910 candidatos de 2026 da lista oficial do TSE, com 32.693 perfis declarados nas redes, entram tanto na coleta quanto na classificação. Quem fala e quem é citado são reconhecidos por um cadastro de 36.536 entidades: 19.994 candidatos e políticos (TSE), 2.939 pessoas, instituições e veículos do debate, e 13.603 entidades vindas do Wikidata (5.649 órgãos públicos, 5.602 lugares com código IBGE e 2.352 vozes digitais com ocupação e redes).

COMO SE CLASSIFICA

Cada publicação é lida por 19 modelos analíticos em 30 blocos de classificação, 43 dimensões de leitura e 16 métricas de exposição: tema e subtema; tipo de autor (político, influenciador, mídia, órgão público, cidadão comum); entidades citadas (pessoas, instituições, veículos, lugares, marcas); sentimento e emoções; enquadramentos genéricos e específicos; posicionamento (apoio, oposição, relato); as sete fundações morais de Haidt com o polo acionado; valores de Schwartz; visões de mundo de Kahan; papéis atribuídos (MAPAM, da IPSE); confiança, coragem, força e esperança atribuídas ao ator (CCFE, da IPSE); valores republicanos; padrão de confiança institucional; polarização (tipo e grau); causalidades atribuídas; tipos de desinformação; tipos de engajamento político; exigência de prova; permeabilidade e vulnerabilidade democrática. Os rótulos descrevem o que cada texto diz — retratam o debate público, não a opinião do eleitor.

ESTE RECORTE

Relatório “STF: Moraes x Mendonça e a crise institucional sem precedentes” com 41 gráficos; período: de 15/09/2026 a 17/09/2026, dia a dia. Recorte comum aos gráficos — publicações que atendem a qualquer um destes critérios — pessoas citadas: Alexandre de Moraes, André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino, José Antônio Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Jorge Messias; ou autor: Alexandre de Moraes, André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino, José Antônio Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Jorge Messias, Supremo Tribunal Federal, STF, Dias Toffoli, Nunes Marques; ou termos no texto: afastamento de Moraes, associações de magistrados, crise institucional, mal-estar cívico, oab, pedido de impeachment, sessão extraordinária, venda de sentenças, Moraes-Vorcaro, caso Master, Banco Master, Vorcaro, Dark Horse, pedido de vista, impedimento, pior dia da história do Supremo, desculpas aos brasileiros, julgamento de Moraes, bate-boca no plenário, racha no Supremo, trégua no STF, 8 de janeiro. Esse recorte envolve 6.479.928 interações (curtidas, comentários e compartilhamentos) de 938 autores distintos, em 3.762 publicações. A exposição é sempre medida por engajamento; as séries diárias são lidas em composição do dia; as composições percentuais fecham em 100%.

Ficha gerada em 18/09/2026; números de monitoramento atualizados em 2026-09-14.

Dados extraídos em 18/09/2026, 13:34.

IPSE GLOBAL · ORIKOM

A Orikom acompanha diariamente o debate público brasileiro sobre política, clima e democracia em redes sociais, portais de notícias e anúncios políticos, e o lê com um conjunto de frameworks de análise do discurso: sentimento, emoções, enquadramentos, fundações morais, valores, papéis actanciais, confiança institucional, polarização e vulnerabilidade democrática. O Laboratório cruza esses frameworks em painéis e relatórios como este, com apoio da Ori, a inteligência analítica da plataforma.

CONTATO

ipse.global

info@ipse.global

+55 21 99514-3404

RELATÓRIO GERADO PELA PLATAFORMA ORIKOM EM 18/09/2026